

SATERÉ-MAWÉ

RETRATO DE UM POVO INDÍGENA



Manaus, abril de 2005

REALIZAÇÃO Universidade Federal do Amazonas
Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas
Secretaria de Educação do Estado do Amazonas
Fundação Joaquim Nabuco
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

APOIO

unicef 


Fundo de População
das Nações Unidas

SATERÉ-MAWÉ

RETRATO DE UM POVO INDÍGENA

Organização e coordenação geral

Pery Teixeira

INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES DO PROJETO

• *Instituições executoras*

Fundação Joaquim Nabuco
Universidade Federal do Amazonas / Faculdade de Estudos Sociais
Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI– AM)
Secretaria de Educação do Estado do Amazonas / Gerência de Educação Indígena
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

• *Instituições parceiras*

Prefeitura do Município de Maués / Secretaria de Educação
Prefeitura do Município de Barreirinha / Secretaria de Educação
Prefeitura do Município de Parintins / Secretaria de Educação
Associação dos Tuchauas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi – TUMUPE
Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM
Associação dos Professores Indígenas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi (WOMUPE)
Associação dos Professores Indígenas Sateré-Mawé do Rio Andirá
Associação dos Agentes de Saúde Indígenas Sateré-Mawé do Rio Andirá
Fundação Nacional de Saúde
Fundação Nacional do Índio
Diocese de Parintins
Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Amazonas (IDAM)
Universidade do Estado do Amazonas
Fundação Djalma Batista

• *Apoio técnico e financeiro*

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

EQUIPES RESPONSÁVEIS PELO LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

ÁREA URBANA

CIDADES DE MAUÉS E PARINTINS

- **Coordenação**

Pery Teixeira (Coordenador, professor da Univ. Fed. do Amazonas)
Marília Brasil (Vice-coordenadora, professora da Univ. Federal do Amazonas)
Marilda Galvão (Representante da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas)
Luís Boaes Maciel (Rep. da Fund. Est. de Política Indigenista - FEPI - do Estado do Amazonas)

- **Estudantes entrevistadores**

MAUÉS

Jafé Ferreira Michiles
Euzídio Juvêncio de Oliveira
Sansão da Silva Lopes

PARINTINS

Delma da Silva Menezes
Alfredo Barbosa Cabral
Kelson da Costa Barbosa
Nassan de Souza Menezes
Giomar da Costa Tavares
Francismar da Costa Souza
Sigride Ferreira Souza
Selma Menezes
Márcia Souza das Neves

- **Assessor técnico na cidade de Parintins**

Antônio Mauro de C. Esteves

BARREIRINHA

- **Coordenação**

Pery Teixeira

- **Entrevistadores**

Maria Dijanira Valente dos Santos
Marinalva Araújo da Silva
Alfredo Barbosa Cabral (residente em Parintins)
Kelson da Costa Barbosa (residente em Parintins)

- **Assessor técnico**

Arílson Pereira Trindade

NOVA OLINDA DO NORTE

- **Coordenação**

Antônio Mauro C. Esteves

- **Entrevistador**

Damácio Muniz Viana (Boa Fé - Andirá)

TERRA INDÍGENA ANDIRA-MARAÚ

ÁREAS INDÍGENAS DO MARAU E DO URUPADI

- **Coordenação técnica**

Pery Teixeira (Coordenador, professor da Univ. Fed. do Amazonas)
Marília Brasil (Vice-coordenadora, professora da Univ. Federal do Amazonas)
Sineide Cosme de Carvalho (Fundação Estadual de Política Indigenista – FEPI)
Inafran da Silva Bastos (Secretaria de Educação do Estado do Amazonas)
Larissa Dânia Albuquerque de Assis (Assistente Técnica)
Léa de Assis Laranjeira (Assistente Técnica)

- **Assessores indígenas especiais**

Antônio Tibúrcio Michiles (Tuchaua-Geral – Vila Nova II)
Francisco Assis Alencar (Presidente da Associação dos Tuchauas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi - TUMUPE – Monte Horebe)

- ***Professores e suas respectivas comunidades de residência***

Lourenço dos Santos (Tuxaua de Campo do Meriti)
Bernardo Alves (Pres. da Associação dos Professores Indígenas - Terra Nova)
Selumiel Michiles Alencar (Nova Aldeia)
Filipe Soares (Novo Remanso)
Ercílio Vicente Gastão (Vila Nova II)
Aristides Michiles (Nova Esperança)
Emílio da Silva (Santa Maria)
Gélson da Silva de Oliveira (N.S. de Nazaré)
Antenor Oliveira (Menino Deus)
Mateus de Oliveira (Kuruatuba)
Rosenildo Sérgio da Silva (São Pedro)
Carlos Alves Ferreira (Nova União)
Édson dos Santos de Oliveira (Vila Nova II)
Edvaldo dos Santos de Oliveira (São José)
Ruel de Oliveira (São José)
Inácio Cristino da Silva (Santa Maria)

- ***Estudantes entrevistadores e respectivos locais de residência***

Jafé Ferreira Michiles (Cidade de Maués)
Euzídio Juvêncio de Oliveira (Comunidade de Nova Aldeia - Marau)

- ***Cozinheiras***

Madalena Coimbra dos Santos
Maria de Jesus Rodrigues de Miranda

ÁREA INDÍGENA DO ANDIRÁ

- ***Coordenação técnica***

Pery Teixeira (Coordenador, professor da Univ. Fed. do Amazonas)
Marília Brasil (Vice-coordenadora, professora da Univ. Federal do Amazonas)
Sineide Cosme de Carvalho (Fundação Estadual de Política Indigenista - FEPI)
Inafran da Silva Bastos (Secretaria de Educação do Estado do Amazonas)
Larissa Dânia Albuquerque de Assis (Assistente Técnica)
Léa de Assis Laranjeira (Assistente Técnica)
Ludiane Viana Campos (Assistente técnica)
Antônio Mauro C. Esteves (Assistente Técnico)

- ***Assessor indígena especial***

José Michiles (Zuzu), Tuchaua-Geral da Área do Andirá

- ***Professores e respectivas comunidades de residência***

Manoel Caetano Batista Neto (Pres. da Associação dos Professores Indígenas Araticum Novo)
José de Oliveira dos Santos da Silva (Marapatá)
Amílson de Souza (Ponta Alegre)
Santino Lopes de Oliveira (Simão I)
Santinho Miquiles (Molongotuba)
Atacil Trindade de Freitas (Fé em Deus)
Lúcio Batista Filho (Tuchaua - Araticum Novo)
Damácio Muniz Viana (Boa Fé)
Norberto Batista (Fortaleza)
Nelito Pereira Batista (Vila Nova)
Luciano Miquiles dos Santos (Vista Alegre)
Lico Lopes da Paz (Simão I)
Vander Lima Ferreira (Área indígena do Uaicurapá - Parintins)
Roberto Ferreira Trindade Filho (Área indígena do Uaicurapá - Parintins)

- ***Agentes Indígenas de Saúde:***

Osmar de Oliveira Batista (Nova Sateré)
Esmael Oliveira Batista (Pres. da Associação dos Agentes Indígenas de Saúde - Nova União)

- ***Cozinheiras***

Madalena Coimbra dos Santos
Marilda Rubens Simão

ÁREA INDÍGENA DO UAICURAPÁ

- **Coordenação**

Antônio Mauro C. Esteves

- **Professores e respectivas comunidades de residência**

José de Oliveira dos Santos da Silva (Marapatá – Rio Andirá)

Roberto Ferreira Trindade Filho (Área indígena do Uaicurapá)

TERRA INDÍGENA KOATÁ-LARANJAL

- **Coordenação**

Antônio Mauro C. Esteves

- **Entrevistador**

Damácio Muniz Viana (Boa Fé - Andirá)

ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA

Pery Teixeira (Univ. Federal do Amazonas)

Marília Brasil (Univ. Federal do Amazonas / Fiocruz)

Jecinaldo Cabral (FEPI/COIAB)

Luís Boaes Maciel (FEPI)

Marilda Galvão (Gerência de Educação Indígena / SEDUC-AM)

Larissa Dânia Albuquerque de Assis (equipe de coordenação técnica)

Léa de Assis Laranjeira (equipe de coordenação técnica)

- **Colaboradores:**

Maurício Fabroni (ACOIAMA – Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia)

Marta Azevedo (Instituto Sócio Ambiental)

Luís Donizete B. Grupioni (Consultor do Ministério da Educação)

ELABORAÇÃO DO RELATORIO TECNICO

- **Coordenação:**

Pery Teixeira (Univ. Federal do Amazonas)

- **Equipe técnica**

Pery Teixeira (Univ. Federal do Amazonas)

Marília Brasil (Univ. Federal do Amazonas / Fiocruz)

Eliana Mesquita (Univ. Fed. do Amazonas – Prog. de Mestrado em Desenvolvimento Regional)

Raylene Sena (Univ. Fed. do Amazonas – Prog. de Mestrado em Desenvolvimento Regional)

- **Consultores**

Heloísa Pagliaro (Faculdade Paulista de Medicina)

Luiza Garnelo (Univ. Fed. do Amazonas / Fiocruz)

Valéria Weigel (Univ. Fed. do Amazonas)

Ricardo Zimmerle da Nóbrega (Fundação Joaquim Nabuco)

- **Revisão**

Manuel S. Lima

- **Fotografias**

Sineide Cosme de Carvalho / Marília Carvalho Brasil / Eliana Mesquita / Antônio Mauro C. Esteves

- **Projeto gráfico e editoração eletrônica**

Miriti Multimídia: Hamilton Braga e Soraya Pessoa (Belém-PA/miriti@miriti.com.br)

- **Apoio técnico e financeiro**

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

UM INSTRUMENTO DE LIBERDADE E IGUALDADE

O Brasil descobre, pouco a pouco, a sua diversidade, e reconhece a riqueza de sua formação multicultural. Não era sem tempo!

Como índio sateré-mawé, quero dizer que não realizamos este trabalho para contar cada um de nós e conferir quantos somos. Com este diagnóstico, oferecemos à sociedade e aos governos municipais, estaduais e federal os dados concretos e necessários para que possamos, **juntos**, planejar o dia de amanhã do povo sateré-mawé.

Este relatório é um exemplo prático e real de uma nova maneira de se fazerem as coisas. Ele abre o caminho para a participação direta dos índios na construção de seu futuro. Ele caracteriza uma mudança da forma de olhar para os povos indígenas.

Antes, trabalhávamos sem informação e sem planejamento. Cometemos erros e deixamos o flanco aberto para o paternalismo, ao oportunismo e à politicagem. A partir de agora, com os dados nas mãos, cada comunidade poderá contribuir para o planejamento participativo e construção coletiva de um futuro melhor, em condições dignas para todos os Sateré-Mawé.

Este diagnóstico sócio-demográfico vai direcionar a forma pela qual iremos proteger, fiscalizar e conservar o território sateré, ajudando-nos na gestão de uma proposta de sustentabilidade para o povo da Terra Indígena Andirá-Marau. Ajudará também a definir a estrutura básica para a sustentação de nossas futuras gerações. Fortalecerá nossas práticas de educação indígena diferenciada, garantindo a permanência de nossos valores tradicionais. Apontará o caminho para a garantia de uma atenção em saúde, que tenha qualidade, respeito e espaço para a nossa medicina tradicional e força espiritual.

O que esperamos é que os resultados obtidos por este diagnóstico possam ser incorporados pelas lideranças indígenas e por nossas organizações e que passem a ser utilizados por cada Sateré, e também por nossos verdadeiros aliados. Que eles sirvam, ainda, para nos ajudar a reconhecer e afastar aqueles que até hoje exploram os Sateré-Mawé e as populações indígenas em geral.

Se não conseguirmos fazer isso, as perspectivas de nosso futuro serão incertas. As lideranças devem dar um caminho aos jovens e logo em seguida para as crianças. As crianças, na sua inocência, devem fazer parte de um projeto de engrandecimento de um povo que ainda hoje luta contra uma sociedade tão desigual.

Como presidente da COIAB, tenho que lembrar a experiência e o trabalho semelhante a este que foi feito há alguns anos no Alto Rio Negro por organizações como a FOIRN e outras, que deixaram de pensar de uma forma desordenada e buscam a autonomia dos povos indígenas na Amazônia Brasileira através de propostas construídas de baixo para cima. São organizações que começaram a construir planos e propostas a partir da realidade e das reais necessidades dos povos indígenas. Dessa forma, deixam de depender do governo e de servir de cobaias para pessoas que pensam que estão ajudando, mas na verdade estão destruindo nossa cultura ou tutelando as populações indígenas. O mapa do caminho

UM INSTRUMENTO DE LIBERDADE E IGUALDADE

de nossa libertação e de nosso futuro está em nós mesmos, que temos de decifrar e trilhar, com o auxílio e o apoio de pessoas que pensam como nós, um pensamento ético longe do autoritarismo e da arrogância. Nossos parceiros são aqueles que pensam e entendem, que vêem e respeitam os índios com tudo aquilo que nos faz iguais a todos seres humanos e com o que nos diferencia, pelo que temos de diferentes, de singulares e de autênticos.

Agora é preciso trabalhar para que todas as comunidades e etnias possam produzir seus diagnósticos. Todas elas precisam dispor das informações com as quais poderão dar uma direção a suas ações. É preciso que o governo e as entidades aliadas às causas indígenas possam aproveitar as experiências do Rio Negro e dos Sateré-Mawé para ampliar esse tipo de trabalho. São diagnósticos como este que irão dar o norte para os grandes projetos e aos grandes programas que vão realmente garantir a autonomia dos povos indígenas.

A COIAB é uma organização que tem por missão a luta pela garantia (e proteção) dos territórios indígenas. Lutamos pelo fortalecimento de nossa cultura, pela construção de um futuro melhor e pelo respeito aos direitos dos índios da Amazônia. Para nós, a união de esforços que viabilizou a realização deste diagnóstico é uma demonstração clara de que é perfeitamente possível trilhar o caminho da autonomia e da participação. Como uma das organizações mentoras deste projeto e, junto com todas as outras entidades que trabalharam conosco, estamos cheios de otimismo e acreditamos que, com ele nas mãos, o povo sateré-mawé possui hoje novas possibilidades e oportunidades, e dará passos importantes no caminho do futuro que merece.

Jecinaldo Cabral

*Coordenador Geral da Coordenação das Organizações
Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB*

RESPOSTAS PARA UM PLENO DESENVOLVIMENTO INDÍGENA

Quantos eram os índios brasileiros em 1500? Quantos foram exterminados? Quantos são os índios brasileiros hoje?

As respostas são pouco precisas. Por si só, as histórias de cada uma das etnias de índios brasileiros constituem uma formidável epopéia e um incrível testemunho de coragem, tenacidade e engenhosidade. Mas essas histórias se perderam no tempo. Perderam-se as histórias e, com elas, os números que – ao contrário das histórias – provavelmente nunca foram contados.

Trabalhando hoje ao lado dos índios brasileiros, na garantia de condições que viabilizem a sobrevivência e o pleno desenvolvimento de suas crianças, o UNICEF e seus parceiros constataam a necessidade de contribuir para a produção de dados sócio-demográficos consistentes sobre a realidade dos povos indígenas.

Muitos estudos e levantamentos importantes já foram feitos. Sabemos que nas últimas décadas, pela primeira vez desde a chegada das caravelas, a população indígena voltou a crescer. Pesquisadores e profissionais que trabalham com esta população constataam que, no princípio deste novo milênio, a maioria das etnias tem crescido, em média, 3,5% ao ano. Trata-se de um percentual muito superior ao da média de 1,6% estimada para a população brasileira em geral e, a nosso ver, de uma das melhores notícias da contemporaneidade brasileira.

Mas como vive cada uma dessas etnias? Como vivem as comunidades – freqüentemente multi-étnicas – instaladas nas Terras Indígenas? Têm acesso à saúde? Praticam alguma religião não-indígena? Quantos filhos tem em média, cada mulher? O que produzem? Estão empregados? Como geram renda? Quantos sabem ler e escrever? Quantas crianças freqüentam a escola? As gestantes fazem o pré-natal? Vivem até que idade? Como se alimentam? Têm acesso a serviços públicos e programas sociais? Recebem aposentadoria? Migram internamente, no limite de suas terras, ou tendem a permanecer nas aldeias em que nasceram? Trocam a Terra Indígena pela cidade? E nas cidades, como vivem? Identificam-se como índios ou se dissolvem culturalmente na heterogeneidade da sociedade brasileira? O atual crescimento demográfico dos povos indígenas é consequência de uma melhor qualidade de vida, ou trata-se de um crescimento consciente, estimulado por comportamentos reprodutivos de populações que buscam recuperar perdas demográficas históricas? São muitas as perguntas que permanecem sem resposta.

Quem faz estas perguntas e busca construir um retrato estatístico de sua realidade são as organizações e lideranças indígenas de todo o país. Para contribuir para a formulação de projetos, programas e políticas públicas consistentes, essas lideranças estão buscando apoio técnico para a realização de levantamentos como o presente **Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo**. Foi com objetivos muito semelhantes que, há alguns anos, a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro realizou um exercício semelhante no município de São Gabriel da Cachoeira.

Fundamental, para este tipo de esforço, parece-nos ser o caráter participativo do processo. Acreditamos que não faz sentido, nem é possível, realizar um trabalho deste tipo sem o envolvimento ativo das comunidades interessadas. Consideramos importante lembrar também, que o trabalho a ser realizado não pode se limitar ao levantamento de dados, à sua tabulação e à elaboração de relatórios. No momento mesmo em que estamos escrevendo estas linhas, as lideranças, os professores, os agentes comunitários indígenas e os estudantes sateré-

RESPOSTAS PARA UM PLENO DESENVOLVIMENTO INDÍGENA

mawé que participaram do processo de elaboração deste diagnóstico desde seus primeiros momentos, estão levando de volta às aldeias e às comunidades os resultados por ele produzidos. Através de técnicas de visualização desenvolvidas especificamente para este fim, números, percentuais e médias aritméticas foram adaptados aos códigos culturais das populações e estão sendo a elas apresentados. A realização deste estudo deve permitir aos Sateré-Mawé um exercício de auto-reconhecimento e de reflexão sobre a evolução de sua identidade.

Temos em mãos o produto de uma ousadia, que só foi levada a bom termo graças ao apoio de todos, pessoas e instituições, índios e não-índios, que deram a sua contribuição. Uma referência especial deve ser feita à dedicação pessoal e à competência profissional do Dr. Pery Teixeira e da equipe que desenhou o estudo e coordenou os trabalhos em todas suas etapas. A nós, do UNICEF, cabe compartilhar com todos a satisfação de ter participado desta iniciativa e reiterar, mais uma vez, nosso compromisso para com a garantia dos direitos de **todas** as crianças brasileiras.

Marie-Pierre Poirier

*Representante do UNICEF no Brasil
Belém - Abril de 2005*

COMPROMISSO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

A população indígena no Brasil tem sido objeto de vários estudos, em especial antropológicos, com investigações em que o enfoque primordialmente está voltado para a sua organização social e dinâmica sócio-cultural. Apesar dos esforços direcionados a ampliar o conhecimento da realidade em que vivem e que possibilitem buscar caminhos para melhorar essa realidade, muito ainda temos que aprender sobre essa população, particularmente sobre aspectos relacionados à sua dinâmica demográfica. De um total de 5 milhões de pessoas estimadas no início da colonização brasileira, as populações indígenas sofreram drásticas reduções no decorrer dos séculos, vitimadas por doenças trazidas pelos brancos ou durante conflitos com os colonizadores. Estima-se que atualmente existam 216 nações identificadas, com uma população em torno de 300 mil indivíduos, vivendo em sua maioria em áreas reconhecidas, mas não necessariamente demarcadas. Estima-se também que existam mais 50 grupos ainda não-contatados.

À semelhança das dificuldades encontradas nos estudos sobre a população negra no Brasil, vários fatores têm contribuído para dificultar um melhor conhecimento do assunto. O primeiro deles, refere-se às implicações decorrentes do tipo de pergunta que aparece nos registros oficiais, que às vezes se refere à cor, outras vezes à raça. Além disso, em um país de alta miscigenação, como o Brasil, não fica muito clara a diferenciação entre índio e pardo, principalmente em situações onde o grupo indígena, por razões diversas, não detém mais as características culturais que o distingue das populações não-indígenas. Além da precariedade das informações e das fontes de dados, a fragilidade das estimativas demográficas é fator de peso, dadas as restrições que caracterizam as pequenas amostras.

A presente publicação, “Sateré-Mawé - Retrato de um Povo Indígena”, contribui com os esforços anteriormente realizados para ampliar o conhecimento sobre a população indígena brasileira. Ao apoiar a pesquisa que culminou com as reflexões apresentadas neste livro, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) reitera o compromisso assumido durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994, e reafirmado posteriormente durante o Cairo+5 e Cairo+10, para advogar uma qualidade melhor de vida para a população do planeta, eliminando-se toda forma de discriminação e marginalização.

Segundo o Programa de Ação do Cairo (PoA), as populações indígenas têm uma perspectiva importante e distinta nas relações entre população e desenvolvimento, muitas vezes diferentes daquela das populações com as quais elas interagem dentro do território nacional. Necessidades específicas e inerentes a essas populações deveriam ser reconhecidas. Em trabalho conjunto com essas populações, dados sobre suas características demográficas poderiam ser compilados e integrados de forma mais eficiente ao sistema nacional de dados. Sua cultura deveria ser respeitada e essas populações deveriam estar aptas a gerenciar a própria terra, enquanto que o ecossistema do qual dependem, deveria ser protegido e restaurado.

A produção de informações confiáveis é o primeiro passo para a implementação do PoA. De fato, essas informações são imprescindíveis para que as políticas possam ser

COMPROMISSO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

convertidas em estratégias e para o desenvolvimento de indicadores apropriados ao processo de monitoramento dos objetivos estabelecidos, seja pela CIPD, seja pela Declaração do Milênio.

Finalmente, é necessário enfatizar que o conhecimento sobre a dinâmica demográfica e sócio-cultural das populações indígenas não deveria se constituir em uma prerrogativa apenas para os acadêmicos e pesquisadores. De fato, esse conhecimento deveria ser compartilhado com as sociedades indígenas, de forma que elas possam ter mais clareza sobre sua própria realidade e possam realizar uma participação ativa na elaboração de políticas e programas que respondam às suas necessidades e reflitam seus direitos, considerando-se em particular suas culturas e línguas. De fato, uma política para os indígenas deve considerar a participação dos interessados em seu desenho, e não vê-los simplesmente como beneficiários dos programas e serviços.

Taís de Freitas Santos

UNFPA- Representante Auxiliar

Í N D I C E

1. APRESENTAÇÃO	17
2. INTRODUÇÃO	21
2.1 Antecedentes históricos	21
2.2 Aspectos contemporâneos da territorialidade Sateré-Mawé	22
2.3 Demarcação das terras Sateré-Mawé	23
2.4 Expansão de aldeias	23
2.5 Sateré-Mawé em território Munduruku: Terra Indígena Koatá-Laranjal	24
2.6 Aldeias no território Sateré-Mawé	24
3. ABRANGÊNCIA DO DIAGNÓSTICO SÓCIO-DEMOGRÁFICO	25
3.1 Objetivos	25
3.2 Áreas e localidades cobertas	25
4. METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO	27
4.1 Estratégias gerais para coleta de dados	27
4.2 Instrumento de coleta	28
4.3 Participação das lideranças, dos professores e das comunidades	29
4.4 Levantamento nas cidades	29
4.4.1 Treinamento de entrevistadores e mapeamento de domicílios	29
4.5 Levantamento nas comunidades	31
4.5.1 Procedimento de abordagem	31
4.5.2 Articulação local	32
4.5.3 Trabalho de campo nas terras indígenas	32
4.6 Metodologia para devolução das informações às comunidades	34
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS: DIFICULDADES E APOIO LOCAL	35
5.1 Áreas urbanas	35
5.2 Terras indígenas	35
5.3 Apoio institucional local	36
5.4 Importância da participação dos professores, alunos, agentes de saúde e lideranças tradicionais	37
5.4.1 Participação dos professores	37
5.4.2 Participação de agentes de saúde	38
5.4.3 Participação de estudantes	38
5.4.4 Impacto da participação de lideranças no trabalho de campo	38
6. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO SATERÉ-MAWÉ	39
6.1 Composição por sexo e idade	41
6.1.1 Composição por idade	41
6.1.2 Repartição por sexo	43
6.2 Fecundidade e reprodução	44
6.3 As migrações entre os Sateré-Mawé	48

Í N D I C E

6.3.1	Fatores que influem na migração	50
6.3.2	Fluxos migratórios	51
6.3.3	Tempo de residência e origem dos migrantes	53
6.4	Estado conjugal	57
6.5	Registro Civil	58
6.6	Práticas Religiosas	59
7.	ATENÇÃO À SAÚDE DO POVO SATERÉ-MAWÉ	61
7.1	Atendimento à população residente em terras indígenas e nas áreas urbanas	61
7.1.1	Atendimento prestado por agentes de saúde	63
7.1.2	Considerações sobre a percepção de atendimento manifestada pelos Sateré-Mawé	64
7.1.3	Encaminhamentos de doentes para unidades de saúde fora das aldeias	66
7.2	Atenção à saúde Sateré-Mawé na área urbana	69
7.3	Considerações sobre a origem da medicação utilizada	70
7.4	Análise da percepção da População Sateré-Mawé sobre AIDS em área urbana	72
7.5	Saúde reprodutiva da população sateré-mawé	76
7.6	Cobertura dos serviços segundo a óptica do usuário	78
7.7	Aleitamento materno	89
8.	SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA E EDUCACIONAL SATERÉ-MAWÉ	91
8.1	O conhecimento do idioma Sateré-Mawé	92
8.1.1.	Nas terras indígenas	92
	Falar o idioma materno em terra indígena	93
	Ler e escrever o idioma Sateré-Mawé em terra indígena	96
8.1.2	O idioma Sateré-Mawé nas cidades	98
8.1.3	O idioma falado em casa e na comunidade	102
8.2	Escolarização e escolaridade entre os Sateré-Mawé	103
8.2.1	Nas terras indígenas e nas áreas urbanas	104
8.2.2	Diferenciação na educação e nas oportunidades escolares por gênero e idade	107
9.	ATIVIDADES ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO SATERÉ-MAWÉ	111
9.1	Nas terras indígenas	111
9.1.1	Produção dos meios de subsistência em terras sateré-mawé	116
9.1.1.1	Produção agrícola	117
9.1.1.2	As frutas em terras sateré-mawé	121
9.1.1.3	Os derivados da mandioca	125
9.1.1.4	A produção do guaraná	130
9.1.1.5	Extração vegetal	132
9.1.1.6	Criação de Animais	134
9.1.1.7	Atividades de caça e de pesca	135
	A caça nas terras indígenas	136
	A pesca nos rios das áreas indígenas	139
9.2	Ocupação e rendimento dos Sateré-Mawé residentes em área urbana	143
10.	CONCLUSÃO	145
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

1. APRESENTAÇÃO

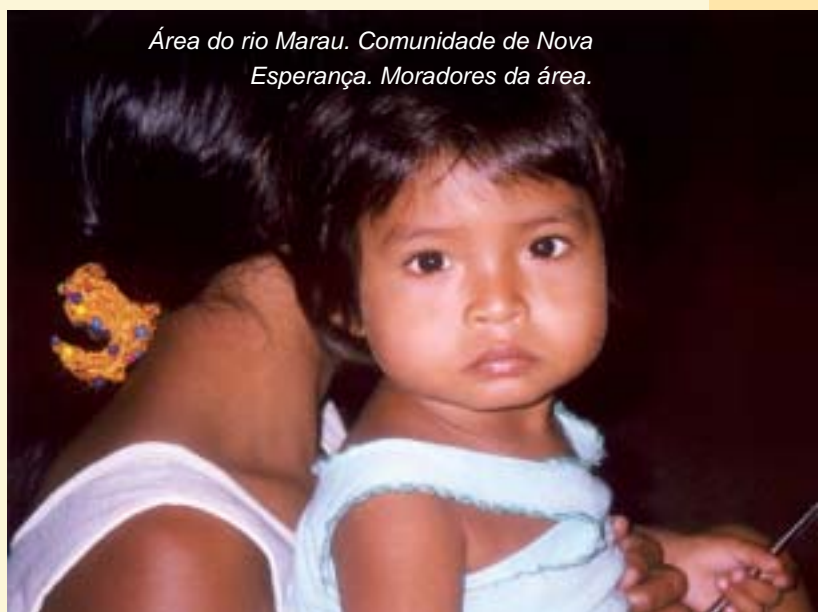
O Diagnóstico Sócio-demográfico Participativo da População Sateré-Mawé nasceu por volta de fevereiro de 2002, da convergência de interesses de um grupo de instituições e organizações indígenas e não-indígenas, governamentais e não-governamentais. O objetivo era conhecer as condições de vida e de sustentabilidade dos povos indígenas da Amazônia Brasileira e, em especial, do estado do Amazonas. Naquela ocasião, o governo do estado do Amazonas, por meio da Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), propôs um programa de sustentabilidade econômica voltado às comunidades sateré-mawé, prevendo-se, como uma das principais atividades, a identificação das condições sociais e econômicas dessas comunidades.

Com o apoio financeiro e técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a articulação institucional para conceber o projeto, conduzida pela FEPI, resultou na consolidação de um conjunto de entidades parceiras, reunindo a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Fundação Joaquim Nabuco, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI) e a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, representada pela sua Gerência de Educação Escolar Indígena.

O projeto passou a contar também com o apoio das organizações indígenas sateré-mawé, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), das prefeituras dos municípios abrangidos e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A proposta foi aceita pelas instituições envolvidas nas discussões preliminares e o Instituto de Estudos sobre a Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco assumiu a responsabilidade de elaborar um projeto para viabilizá-la. Posteriormente, tendo a Fundação Joaquim Nabuco encerrado suas atividades de pesquisa na Região Norte, a coordenação técnica do Projeto ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas.

No transcorrer da fase de articulação institucional para conceber o projeto emergiu o consenso de que, na sua fase de execução, o Diagnóstico deveria contemplar um forte componente participativo das comunidades sateré-mawé. O presente Diagnóstico, portanto, foi implementado respeitando e promovendo a participação das comunidades locais, tornando-se uma experiência inovadora e pioneira, virtualmente em condições de ser replicada no contexto de atividades da mesma natureza na Região Amazônica, num futuro próximo.



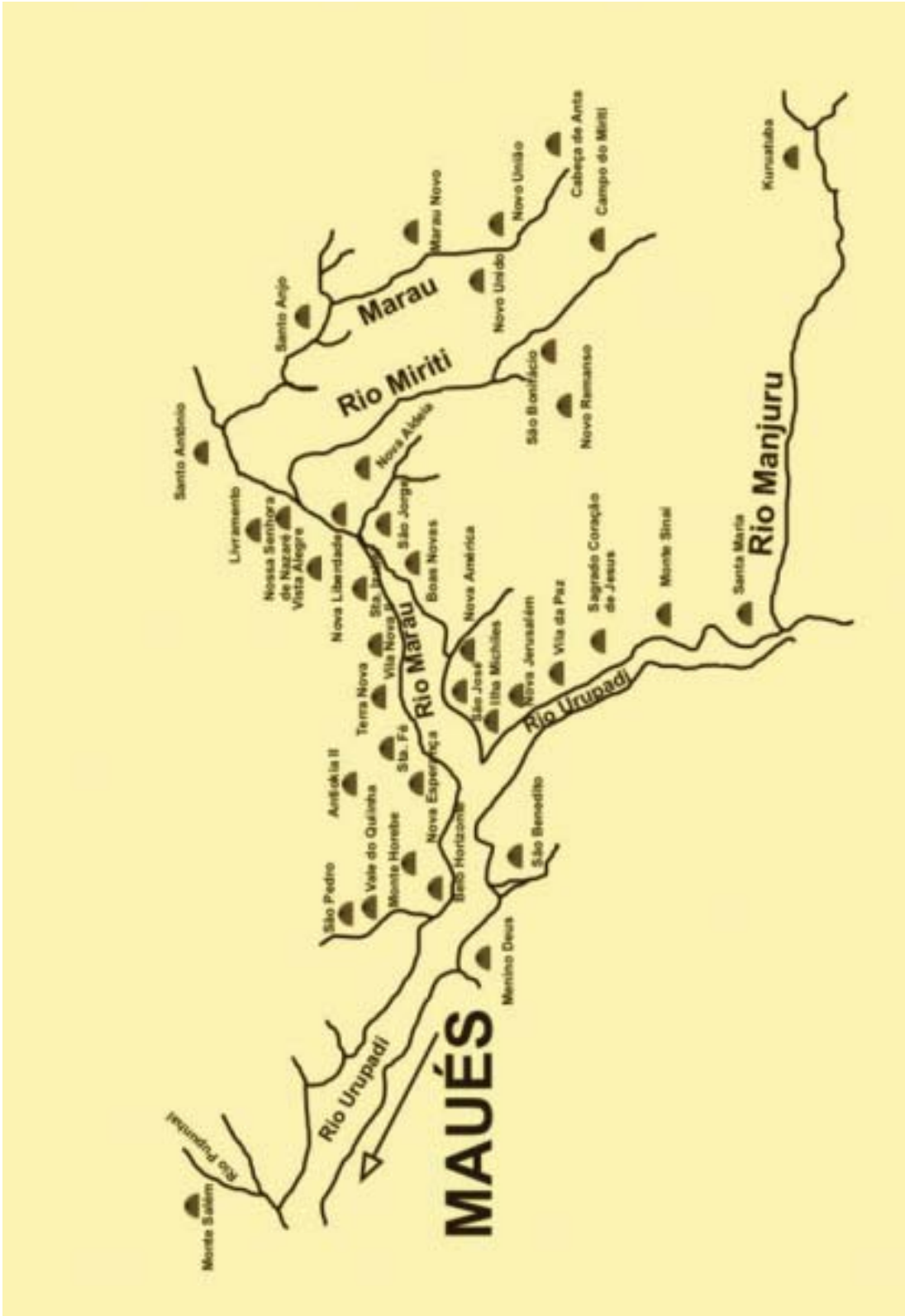
Área do rio Marau. Comunidade de Nova Esperança. Moradores da área.

Municípios do estado do Amazonas onde foi realizado o Levantamento Sócio-Demográfico



[illegible]

Mapa da Área Indígena do Rio Marau



2. INTRODUÇÃO



2.1 Antecedentes históricos

Os Sateré-Mawé habitam a Terra Indígena Andirá-Marau, localizada na região do médio rio Amazonas, entre os estados do Amazonas e Pará. Ocupam também uma pequena área dentro da Terra indígena Koatá-Laranjal junto com o povo Munduruku.

O primeiro nome, Sateré, significa “lagarta de fogo” e é referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, o que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos. O segundo nome, Mawé, quer dizer “papagaio inteligente e curioso” e não é designação clânica¹. E a língua é o Mawé, do tronco lingüístico tupi.

Esse povo é originário de uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira, delimitado ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós. Seu local de origem, segundo Batista (2001), é “à margem esquerda do rio Tapajós, numa região sagrada para nossa gente, de densa floresta e cheio de pedras, e, como dizem os velhos, ‘nesse lugar as pedras falam’.”²

O primeiro registro histórico do contato desse povo com os “brancos” data de 1669, com a fundação de missão jesuíta na ilha Tupinambarana, atual Parintins. Devido às guerras com os Munduruku e Parintintim e ao contato com os portugueses, os Sateré-Mawé perderam grande parte de seu território original³. Em 1691, os Mawé surgem na

¹ Lorenz, Sônia da Silva. Sateré-Mawé: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

² Batista, Mecias Pereira. (2001). O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá. (mimeo. P. 2).

³ Lorenz. Op. cit. p. 16.



*Tela de Antônio Parreiras: “A conquista da Amazônia”.
Note que logo acima desta legenda aparecem as
silhuetas dos índios, que, certamente, não
imaginavam os acontecimentos seguintes*

cartografia regional com o nome de *Mabué* (mapa do Padre Samuel Fritz). Missões foram localizadas para os índios *Magué*, denominadas São João (Pinhel) e Santo Inácio (Boim).

Posteriormente, em 1835, lutando ao lado dos Munduruku e dos Mura, como também de outras tribos indígenas do rio Negro, os Sateré-Mawé aderiram ao movimento cabano, até que, em 1839, o conflito foi debelado. Devido às epidemias, às lutas e às perseguições aos povos indígenas que combatiam ao lado dos cabanos, enormes áreas da Amazônia foram devastadas, o que provocou deslocamentos desses grupos populacionais de seus territórios ancestrais e de população⁴.

Segundo relatos de viajantes, desde o século XVIII o território dos Sateré-Mawé vem sendo, paulatinamente, reduzido. Essa redução se deu a partir das tropas de resgate que penetraram grandes áreas da Amazônia; da implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da “busca desenfreada” das drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da “*expansão econômica das cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Itaituba para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraíndo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões*”⁵. As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

2.2 Aspectos contemporâneos da territorialidade sateré-mawé

O processo de demarcação foi iniciado em 1978, quando foi realizada a delimitação da área por técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sob orientação dos líderes indígenas Raimundo Ferreira da Silva (Dico), Donato Lopez da Paz, Emílio Tiburcio e Manoelzinho. No entanto, durante dois anos, os trabalhos foram interrompidos, período em que os Sateré sofreram várias ameaças de invasão do seu território. Dentre essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Após a constatação de uma série de irregularidades, esse projeto foi embargado. Outras invasões importantes foram as realizadas pela empresa francesa de petróleo Elf-Aquitaine, durante os anos de 1981 e 1982. Interessada na exploração desse mineral, realizou

⁴ Idem, p. 16

⁵ Idem. p. 18.

estudos sismológicos que causaram grandes prejuízos à flora e fauna da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela área.

Além dessas invasões, ocorreram também penetrações de garimpeiros provenientes da região do Tapajós e de posseiros moradores nas proximidades dos limites fronteiriços da Terra Indígena.

2.3 Demarcação das terras Sateré-Mawé

No início de 1981, o processo de demarcação foi retomado devido às cobranças constantes dos Sateré-Mawé junto à FUNAI, intensificadas após as invasões da Elf-Aquitaine, de forma que em 6/5/1982 foi publicada a portaria de demarcação e sua homologação ocorreu em 6/8/1986. Assim, a Terra Indígena do Andirá-Marau compreende atualmente uma área de 788.528 ha e perímetro de 477,7 km. No Estado do Amazonas está distribuída pelos municípios de Maués (148.622 ha), Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha), e no Estado do Pará pelos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha).

Os principais rios da área são o Marau, o Miriti, o Urupadi, o Manjuru, o Andirá e o Uaicurapá, compreendendo, apenas, uma pequena extensão do território tradicional. No entanto, segundo o ponto de vista dos Sateré-Mawé, o que conseguiram preservar constitui uma área privilegiada do território ancestral. Por se caracterizarem como índios da floresta, do centro, até início do século XX escolhiam para estabelecer suas aldeias as regiões mais centrais da mata, próximas às nascentes dos rios. A abundância de caça, de guaraná (*Paullinia sorbilis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha e bacaba, importantes para a alimentação, e outros vegetais, é muito maior nessas áreas⁶.

2.4 Expansão de aldeias

As antigas aldeias Araticum Velho e Terra Preta, nas cabeceiras do rio Andirá, foram os pólos que deram origem às aldeias que surgiram ao longo das margens desse rio nos últimos oitenta anos. Da mesma forma, a aldeia Marau Velho foi o pólo difusor das aldeias criadas ao longo dos rios Marau, Manjuru, Urupadi e Miriti. Hoje aquelas aldeias originais não existem mais, elas desapareceram em torno da década de 1920. De acordo com observações dos próprios índios, as aldeias que ficam nas proximidades das antigas aldeias Araticum Velho, Terra Preta e Marau Velho, guardam melhor as tradições milenares do povo sateré, quando comparadas às aldeias mais próximas das cidades⁷.

Nos últimos oitenta anos, uma série de fatores vem provocando a multiplicação e estabelecimento das comunidades/aldeias, nas margens dos rios Andirá e Marau, em localidades mais próximas às cidades, provocando mudanças significativas na sua localização tradicional, conseqüentemente, no modo de vida do povo sateré. Dentre esses fatores, podemos mencionar a interferência das missões religiosas (tanto católicas, quanto evangélicas), do órgão oficial encarregado de garantir a preservação das Terras Indígenas.

⁶ Lorenz, pg. 22 e 24.

⁷ Batista, op. cit.pg. 2-3.

nas (inicialmente o Serviço de Proteção ao Índio – SPI e, posteriormente, a sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI), dos regatões e das epidemias.

2.5 Sateré-Mawé em território Munduruku: Terra Indígena Koatá-Laranjal

Os Sateré-Mawé, além da Terra Indígena Andirá-Marau, também ocupam parte da Terra Indígena Koatá-Laranjal. Os grupos ali estabelecidos são originários da região do rio Andirá, mais especificamente da Comunidade Araticum Novo. Após conflito ocorrido nessa aldeia em 1975, um grupo de índios saiu dessa área e se dirigiu à Terra Indígena dos Waimiri-Atroari, no rio Camanaú, afluente do rio Negro. Ali estabeleceram uma comunidade sateré-mawé, porém, devido a uma série de dificuldades, principalmente a hostilidade do povo waimiri-atroari, tiveram que deixar a área. Ao saírem dali, instalaram nova comunidade no rio Mari-Mari, na Terra indígena Koatá-Laranjal, desta vez sob a concordância do povo indígena que ali residia, os Munduruku. Essa mudança ocorreu no ano de 1980 e, desde então, os Sateré-Mawé foram aos poucos se adaptando ao novo local, criando o seu próprio *habitat*, construindo suas casas, criando suas roças de farinha e fazendo outras plantações, caçando, pescando, erigindo, enfim, a nova comunidade, que denominaram de Vila Batista II, pois todas as famílias que para ali se deslocaram são da mesma família (Batista).

Após alguns anos de moradia, quando a comunidade já estava razoavelmente estruturada, alguns Sateré-Mawé retornaram à Terra Indígena Andirá-Marau, porém se estabeleceram em área diferente daquela onde moravam originalmente. Foram para o rio Uaicurapa, no município de Parintins, onde instalaram nova aldeia com o mesmo nome (Vila Batista). Esta nova mudança ocorreu no início da década de 90 e existem, atualmente, na área do Uaicurapa, quatro aldeias.

2.6 Aldeias no território Sateré-Mawé

Atualmente, na Terra indígena Andirá-Marau há 91 aldeias distribuídas ao longo dos principais rios e igarapés que cortam essa área. Residem aí aproximadamente 1.600 famílias, correspondendo a 7,5 mil habitantes. A região mais populosa localiza-se ao longo do rio Andirá e seus principais tributários, no município de Barreirinha, onde existem 50 aldeias com população aproximada de 3,8 mil pessoas e média de 4,9 pessoas por domicílio. A outra área com população expressiva localiza-se na região do rio Marau, município de Maués, com 37 aldeias, 3,3 mil pessoas e 5 pessoas por domicílio.

A região do Uaicurapá, no município de Parintins, é a que apresenta a maior média de pessoas por domicílio (5,3) dentro da Terra Indígena do Andirá-Marau, porém conta com menor número de comunidades, apenas quatro. Nesta região encontramos aproximadamente 300 pessoas.

3. ABRANGÊNCIA DO DIAGNÓSTICO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

3.1 Objetivos

O objetivo geral do projeto consistiu na quantificação e verificação das características sócio-demográficas e ocupacionais da população sateré-mawé residente nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal.

Objetivos específicos

- a) Estudar as características demográficas (estrutura por sexo e idade, fecundidade, mortalidade, distribuição espacial, comportamento migratório) da população residente na área indígena em questão;
- b) Analisar a ocupação dos moradores, incluindo tipos de atividade produtiva, meios técnicos de produção, formas de remuneração, destino da produção, salários, local de trabalho, etc.;
- c) Identificar a situação educacional das crianças, jovens e adultos;
- d) Verificar as condições de saúde da população, com ênfase para a morbidade e a mortalidade, a saúde da mãe e da criança, o acesso aos serviços de saúde e a qualidade do atendimento prestado, a medicina tradicional, etc.;
- e) Examinar as condições de vida das populações fragilizadas, como crianças e idosos;
- f) Identificar as práticas religiosas na comunidade e suas relações com outros fatores sócio-demográfico-culturais locais;
- g) Verificar o domínio e a extensão de uso da língua tradicional.

3.2 Áreas e localidades cobertas

A investigação foi realizada nas cidades de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Olinda do Norte (novembro de 2002 a janeiro de 2003) e nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal (junho a outubro de 2003). Não foram cobertas nem a população Sateré-Mawé residente em Manaus (AM) nem nas áreas rurais não-indígenas dos municípios citados.

No total, foram levantados exatamente 8.500 residentes que se autodenominaram Sateré-Mawé (ou que assim foram denominados por pais ou responsáveis), correspondentes a um total de 1.759 domicílios. Desses domicílios, 216 (com 998 moradores) situam-se nas áreas urbanas e 1531 (com 7502 moradores) nas terras indígenas. Segue-se a distribuição dos entrevistados por local de residência:



Professor sateré-mawé realizando entrevista

Números de domicílios levantados e de moradores entrevistados segundo os locais de residência

LOCAL DE RESIDÊNCIA	DOMICÍLIOS	MORADORES
Terras indígenas	1.531	7.502
Marau	662	3.288
Andirá	779	3.795
Uaicurapá	59	292
Koatá-Laranjal	31	127
Áreas urbanas (municípios)	228	998
Maués	48	200
Parintins	127	512
Barreirinha	50	276
Nova Olinda do Norte	3	10
Total	1.759	8.500

É importante esclarecer que, em razão do esforço de se conferir caráter censitário à pesquisa, a população contabilizada corresponde à totalidade dos residentes nos locais mencionados. Na área indígena, todavia, apesar de terem sido contabilizados, não foram entrevistados os que não se encontravam presentes no momento da pesquisa e os moradores ausentes há mais tempo. Vale ressaltar que, nas cidades, é provável que não tenham sido incluídos na pesquisa os residentes Sateré-Mawé desconhecidos daqueles que foram entrevistados e que, portanto, não foram localizados para efeito de entrevista.

4. METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO



Maués: saída do barco de Maués com destino à área indígena

4.1 Estratégias gerais para coleta de dados

No levantamento das informações necessárias ao conhecimento da realidade sócio-demográfica e ocupacional e das condições de vida da população Sateré-Mawé, residente nas terras indígenas e nas cidades, foi desenvolvido e aplicado um instrumento de coleta (questionário específico). Por solicitação das lideranças Sateré-Mawé, que desejavam a obtenção de números definitivos sobre o volume populacional, e para garantir a existência de informações ao nível de cada comunidade, o levantamento teve caráter censitário, isto é, com cobertura de todos os residentes, tanto nas terras indígenas como nas cidades.

Nas áreas indígenas, não obstante a ausência de algumas famílias, o aspecto censitário do levantamento não foi comprometido, pois, mesmo em caso de ausência, o mínimo de informações (pelo menos o sexo e a idade dos ausentes) pôde ser obtido com o tuxaua, o agente de saúde ou outros moradores. Isto significa que dificilmente um morador das terras indígenas tenha deixado de ser entrevistado ou contabilizado. Já nas cidades não ocorria o mesmo, pois se fazia necessário localizar, um por um, todos os moradores Sateré-Mawé, cuja condição de residentes eram informadas por parentes indígenas ou, mesmo, por moradores não-indígenas. Frequentemente, uma pessoa, ao ser entrevistada, indicava outra pessoa ou família conhecida que ainda não tinha sido contatada para entrevista. Apesar desse esforço para a localização de todo morador Sateré-Mawé das cidades, é provável que algum morador ou mesmo alguma família tenha ficado de fora do levantamento.

Considerou-se como morador sateré-awé aquele que tem residência fixa e declarada nas terras indígenas, ou nas cidades percorridas, é conhecido pela origem Sateré-

Mawé e que se auto-identifica (ou identifica seus filhos ou outras crianças da casa) como Sateré-Mawé. Os moradores identificados pelos entrevistadores como não-indígenas que, por qualquer motivo, se declararam Sateré-Mawé, não foram entrevistados ou tiveram sua entrevista cancelada pela coordenação do levantamento.

4.2 Instrumento de coleta



Área do rio Marau, comunidade de Nossa Sra. de Nazaré. Professor indígena, Emílio, entrevistando um dos moradores.

Como já foi mencionado, no trabalho de campo do Diagnóstico Participativo foi aplicado um questionário nos domicílios habitados pelos Sateré-Mawé. Entre as perguntas estão as que abordam os seguintes fatores: condições de habitação; composição familiar e social (sexo, idade, relação com chefe, clã, etc.); capacidade de ler, falar e escrever o idioma materno, ocupações e atividades econômicas dos membros das famílias; variedade e destino da produção familiar; nível de instrução e acesso à escola; condições de saúde (inclusive da saúde reprodutiva) e de acesso ao sistema de saúde; mobilidade territorial e nível de satisfação quanto à localidade (aldeia ou cidade) em que reside.

Em seus aspectos mais gerais (demografia, educação, idioma, saúde reprodutiva, etc.), não há diferenças substanciais entre os questionários aplicados nas cidades e os das terras indígenas. No entanto, elas aparecem em relação a outros temas abordados, como a saúde e a atividade econômica da população. Em relação a essa última, deve-se notar que, enquanto na área urbana o trabalho assalariado é a fonte principal de rendimentos da população, a atividade econômica na área indígena consiste da produção primária de subsistência, não-assalariada, mesmo havendo uma pequena parcela de assalariados constituída de professores (de educação indígena), de agentes de saúde e, ocasionalmente, de empregados em outras áreas do serviço público.

A diferença de questionário, portanto, é associada à sua aplicação: área urbana ou terra indígena. Além disso, para a terra indígena, um fascículo especial foi utilizado, sobre a produção econômica da família e opinião dos responsáveis pelos domicílios sobre a situação da caça e da pesca nas comunidades, atividades essas vitais para a população e com risco de extinção, especialmente a pesca.

Assim, o questionário para a área urbana ficou composto de dois fascículos: um para o domicílio e outro para os indivíduos (este último, por sua vez, em dois formatos: um destinado à população com menos de 10 anos de idade e outro para os residentes com 10 anos e mais). Para a área indígena, além dos dois fascículos mencionados foi incluído um terceiro fascículo, sobre a produção econômica.

4.3 Participação das lideranças, dos professores e das comunidades

Conforme constante no próprio título, este Diagnóstico Sócio-Demográfico tem caráter participativo, na medida em que:

- a) No levantamento, as lideranças sateré-mawé tiveram papel importante, tal como ocorreu na discussão do questionário da pesquisa e da operacionalização do levantamento dos dados;
- b) O tuchaua-geral de cada área (representante de todos os tuxauas) integraram a equipe de campo, orientando-a e facilitando o contato com as comunidades;
- c) Os professores indígenas e os agentes indígenas de saúde assessoraram a coordenação técnica do Diagnóstico, no planejamento de atividades e na operacionalização do trabalho de campo;
- d) Todas as entrevistas foram realizadas pelos professores, agentes de saúde e alunos sateré-mawé;
- e) A disseminação e a popularização dos resultados junto às comunidades será organizada e executada pelos professores indígenas.

4.4 Levantamento nas cidades

Em cada uma das cidades abrangidas, foram realizadas, nos dias que precederam os levantamentos, atividades preparatórias com participação da população indígena residente, de suas lideranças e de autoridades e técnicos de órgãos municipais, estaduais e federais, além de representantes de ONGs e da Diocese de Parintins. De um modo geral, tais atividades compreenderam:

- a) Informe e discussão sobre o levantamento censitário na cidade, o planejamento e as principais providências a serem adotadas para sua realização, tais como a seleção e treinamento dos entrevistadores, estratégia para o levantamento de campo, etc;
- b) Seleção dos entrevistadores (estudantes sateré-mawé do ensino fundamental ou do médio) indicados pelas lideranças indígenas locais;
- c) Localização e mapeamento preliminar da população sateré-mawé residente na cidade, com apoio das lideranças indígenas e de instituições como FUNAI, FUNASA, Prefeituras Municipais e outras;

4.4.1 Treinamento de entrevistadores e mapeamento de domicílios

O treinamento dos entrevistadores tinha por objetivo familiarizá-los com as questões do instrumento de pesquisa e exercitá-los quanto à sua aplicação, além de orientá-





Área do rio Marau. Comunidade de Santo Anjo: chegada da equipe de pesquisa à comunidade

los sobre as formas de abordar os entrevistados e de elaborar as perguntas para obter os resultados mais precisos e confiáveis possíveis. Antes de iniciar o trabalho de campo, todos fizeram aplicações práticas do questionário, inicialmente entre colegas e, posteriormente, com entrevistas nas suas próprias residências e junto aos vizinhos.

Para a coleta das informações e a localização dos residentes Sateré-Mawé das cidades, foi feito um levantamento preliminar das famílias residentes, com base nas informações existentes nas instituições responsáveis pelo atendimento à população indígena e através dos moradores indígenas ou não-indígenas conhecedores da cidade. No caso de Parintins foi possível mapear, antecipadamente, a maioria dos domicílios habitados por famílias ou pessoas Sateré-Mawé.

Ainda em relação à pesquisa nas cidades, um procedimento muito utilizado consistiu em indagar aos entrevistados se conheciam algum outro morador da comunidade Sateré-Mawé, e, caso positivo, o nome da pessoa, o local de moradia e, quando possível, o endereço completo. Dessa forma, fez-se uma busca exaustiva dos possíveis moradores Sateré-Mawé nas cidades abrangidas. Com isso, o levantamento dos residentes em Maués e Barreirinha superou em muito as estimativas fornecidas por instituições locais. No caso de Parintins, o número aproximado de moradores Sateré-Mawé levantado não diferiu muito das estimativas existentes.

Nas cidades de Maués, Parintins e Barreirinha, as entrevistas foram realizadas em novembro e dezembro de 2002, enquanto em Nova Olinda do Norte, ocorreram em outubro de 2003.

Participaram do levantamento, como entrevistadores, em Maués, três estudantes Sateré-Mawé; em Parintins, nove; em Barreirinha, quatro (dois estudantes residentes na cidade e dois em Parintins). Na cidade de Parintins, a equipe de coordenação contou com o apoio de um assessor local e, em Barreirinha, com o de um funcionário da Prefeitura. Já em Nova Olinda do Norte, o entrevistador era professor Sateré-Mawé residente no Andirá, acompanhado por um assessor da coordenação do projeto.

Em razão da falta de experiência anterior dos entrevistadores estudantes, a equipe de coordenação fazia a crítica dos questionários imediatamente após as entrevistas. Caso ocorressem erros de preenchimento que não pudessem ser solucionados diretamente com o entrevistador, este voltava à residência para a correção do questionário.

Nas cidades pesquisadas foram localizados 225 domicílios particulares habitados por moradores Sateré-Mawé, dos quais 45 em Maués, 127 em Parintins, 50 em Barreirinha

e três em Nova Olinda do Norte. Houve também entrevistas em três domicílios coletivos em Maués, incluindo duas Casas do Estudante (feminina e masculina), habitadas por estudantes indígenas que não têm familiares na cidade. Nesses domicílios, foram entrevistadas mais de 30 pessoas.

Os efetivos da população Sateré-Mawé entrevistada nas cidades superaram bastante o esperado. O total de moradores entrevistados atingiu 998 pessoas, dos quais 200 pessoas residiam em Maués, 512 em Parintins, 276 em Barreirinha e 10 em Nova Olinda do Norte. Em Maués e Parintins, uma quantidade significativa de Sateré-Mawé reside com não-índios, seja na qualidade de cônjuges, estudantes ou de moças que trabalham como empregadas domésticas. Contrariamente, em Barreirinha, a quase totalidade dos moradores Sateré-Mawé reside com as próprias famílias ou em casas de parentes próximos.

4.5 Levantamento nas comunidades

A estratégia de cobertura nas terras indígenas foi elaborada com base nas informações e nas sugestões fornecidas pelos professores, agentes de saúde e lideranças que participaram das atividades de coleta dos dados.

Dadas às características geográficas das terras habitadas pelos Sateré-Mawé, o levantamento das informações foi feito, ali, exclusivamente através de transporte fluvial. Nos rios Andirá e Marau, a equipe de campo (coordenação, entrevistadores e o tuxaua geral de cada área) permaneceu todo o tempo alojada em barco com motor de centro. No Uaicurapá e no Koatá-Laranjal, devido ao tamanho reduzido da equipe de campo, utilizaram-se como transporte as voadeiras (lanchas de pequeno porte, que consistem de canoas de alumínio equipadas com motores possantes).

4.5.1 Procedimento de abordagem

Os membros da coordenação da pesquisa foram responsáveis pela organização das atividades nas comunidades e pela crítica dos questionários preenchidos. Na chegada em cada comunidade, o tuxaua-geral, ou, na ausência deste, um professor ou agente de saúde da equipe (este último, no caso do Rio Andirá), apresentava ao tuxaua da comunidade os principais aspectos da pesquisa, salientando sua importância para a população Sateré-Mawé e solicitando autorização para o levantamento local.

Após ser concedida autorização, um membro da coordenação técnica procurava o agente indígena de saúde para solicitar a relação dos moradores registrados no censo da FUNASA, a localização das moradias de cada família e a condição de presença ou ausência dos responsáveis pelos domicílios¹⁰. Na ausência dos agentes de saúde, as informações eram solicitadas ao próprio tuxaua ou a outro morador bem-informado. A partir de tais informações, o coordenador da pesquisa na comunidade organizava a distribuição dos entrevistadores pelas residências. Após preenchidos, os questionários eram

¹⁰ Para a área do Andirá a equipe contava com uma lista de moradores fornecida pela FUNAI, conforme já mencionado. Ali, o coordenador técnico para a comunidade apenas apresentava a referida lista ao agente de saúde ou ao tuxaua, solicitando a confirmação, ou não, da condição de moradores entre os relacionados, e, se fosse o caso, a identificação de novos moradores ou de moradores ausentes da relação da FUNAI.



entregues aos membros da equipe técnica, para serem criticados. Conforme o caso, os erros de preenchimento eram discutidos e, se necessário, o entrevistador voltava à residência para providenciar as correções.

4.5.2 Articulação local

Participaram do levantamento da área indígena do Marau/Urupadi, além do grupo de coordenação técnica da pesquisa, 16 professores e dois alunos Sateré-Mawé residentes na área, o presidente da Associação dos Tuxauas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi (TUMUPE) e o tuxaua-geral da referida área. No Andirá, a equipe contou com 13 professores Sateré-Mawé, dois agentes indígenas de saúde, dois professores da área do Uaicurapá e o tuxaua-geral do Andirá. No Uaicurapá participaram dois professores e um elemento da coordenação e, no Koatá-Laranjal, um membro da coordenação e um professor residente no Andirá.



Área do rio Marau. Componentes da equipe no barco

Para o levantamento das áreas do Andirá e do Marau, os prefeitos dos municípios onde elas se situam (respectivamente, Barreirinha e Maués) solicitaram a inclusão, na pesquisa, de perguntas sobre a posse da documentação pessoal pelos moradores. Assim, os dados levantados nessas áreas incluem, também, a situação de os moradores terem ou não CPF, RG, Título Eleitoral e Carteira Profissional.

4.5.3 Trabalho de campo nas terras indígenas

a) Rio Marau

Levantamento realizado entre 25/6/2003 e 20/7/2003, incluindo-se o período reservado para o treinamento dos entrevistadores. Observando critérios técnicos estabelecidos pela coordenação da Pesquisa¹¹, a Associação dos Tuxauas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi (TUMUPE) e a Associação dos Professores Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi (WOMUPE) indicaram 20 professores para o treinamento sobre o levantamento de campo da pesquisa. Desse grupo, cinco eram suplentes e deveriam substituir os titulares em caso de necessidade.

O treinamento foi realizado na cidade de Maués durante cinco dias, nas instalações da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Daqueles cinco dias, dois foram dedicados à realização de trabalhos práticos, que constaram de entrevistas realizadas na Casa do Índio da cidade.

Encerrado o treinamento, teve início o trabalho de campo, que durou de 30/6/2003 a 20/7/2003. Como meio de transporte, foram utilizados um barco com motor de centro e de três

¹¹ Os critérios básicos para a escolha dos professores contemplaram expressão fluente em Sateré-Mawé e em português e a representatividade geográfica, o que garantiu a participação de professores das comunidades mais distantes, situadas no Alto Marau, no Miriti e no Manjuru, assim como representantes tanto de comunidades próximas como daquelas distantes da primeira a contar da sede municipal.

voadeiras. O barco se dirigiu, inicialmente, para Nossa Senhora de Nazaré, última comunidade, para quem sobre o rio Marau, em que uma embarcação daquele porte podia atracar.

Dois grupos de entrevistadores, transportados por voadeiras, deixaram o barco com destino às comunidades situadas nas cabeceiras do Rio Marau e no Rio Miriti. No barco, o restante da equipe desceu o Rio Marau com destino a outras comunidades. Reencontrando-se após uma semana na comunidade de Vila Nova II, situada aproximadamente a meio caminho entre as partes alta e baixa do Rio Marau, os três grupos passaram a cobrir o restante das comunidades do Rio Marau e também as do Rio Urupadi. Concluídas as visitas às comunidades, o barco regressou a Maués em 19 de julho.

b) Rio Andirá

O treinamento dos entrevistadores foi realizado entre 19/8/2003 e 23/8/2003, na Escola Técnica Agrícola de São Pedro, instituição educacional da Diocese de Parintins situada em área indígena. Os dois últimos dias do treinamento foram dedicados ao trabalho no campo, em que foram cobertas as famílias de duas comunidades próximas à Escola Agrícola.



Área do rio Marau. Transporte utilizado para executar a pesquisa

Trabalho de campo

Assim como no Rio Marau, os trabalhos de campo na Área do Andirá começaram na parte superior do rio, mais precisamente na comunidade de Torrado. Para cobrir as comunidades acima de Torrado, três grupos foram formados. Dois deles, utilizando voadeiras, encarregaram-se das aldeias situadas na cabeceira. Coube à terceira equipe, transportada por barco com motor de centro, descer o rio, cobrindo as comunidades ali existentes e aguardando a junção das outras duas equipes após o término dos trabalhos nas cabeceiras do Andirá. O encontro das três equipes ocorreu aproximadamente uma semana após o início dos trabalhos de cada uma, na comunidade de Simão I. A partir daí, utilizando o barco maior como base, as equipes, trabalhando simultaneamente, visitaram o restante das comunidades.

c) Uaicurapá

O levantamento realizado no Rio Uaicurapá, onde se encontram quatro comunidades Sateré-Mawé, durou cinco dias e foi realizado por uma equipe de três pessoas, incluindo um coordenador - membro da equipe de coordenação da pesquisa - e dois professores indígenas. Todo o percurso percorrido no rio, a partir da cidade de Parintins, foi realizado com o uso de uma voadeira, cedida pelo escritório da FUNAI daquela cidade. O combustível utilizado, bem como a alimentação da equipe, foram custeados com recursos do próprio Projeto.

d) Koatá-Laranjal

Situada no município de Borba (AM), a comunidade de Vila Batista II foi percorrida por um professor Sateré-Mawé, que já havia participado como entrevistador no Rio Andirá, e um assessor técnico da coordenação do Diagnóstico Sócio-Demográfico.



Área do rio Andirá. Escola agrícola, treinamento de professores

4.6 Metodologia para devolução das informações às comunidades

Em uma primeira instância, a disseminação das informações entre a população Sateré-Mawé será feita através de seminários e reuniões nas sedes dos municípios e nas áreas indígenas. Para tanto, uma versão na linguagem Sateré-Mawé do Relatório Técnico, em formato simplificado, será elaborada, de forma a facilitar a discussão dos resultados entre as lideranças e viabilizar a divulgação e a discussão nas comunidades. Assim, as informações levantadas retornarão para a população em um formato mais elaborado e de entendimento mais fácil. Participarão desses seminários as lideranças indígenas, os professores, os agentes de saúde e outros indígenas, como também pessoas e instituições ligadas ao movimento e às questões indígenas.

A escola indígena deverá ser um local privilegiado de divulgação das informações junto aos estudantes. A esse propósito, é importante ressaltar o papel reservado aos professores na disseminação dos resultados da pesquisa, uma vez que serão multiplicadores junto às crianças, aos adolescentes e aos jovens indígenas. Serão os professores, portanto, que irão proporcionar aos alunos o acesso às informações sobre as condições de vida de seu povo.

Evidentemente, o principal beneficiário do Diagnóstico Participativo será o povo sateré-mawé, que passa a contar com ampla e valiosa base de dados, a ser utilizada segundo seus próprios critérios e interesses. Essa apropriação dos resultados do Diagnóstico pelos próprios indígenas colocará a seu dispor um importante instrumento de apoio para a elaboração de programas de desenvolvimento em distintas áreas, tais como: meio ambiente, habitação, educação, saúde, produção econômica e outras. Os dados contidos no Diagnóstico poderão ainda ser utilizados na produção e no acompanhamento de Projetos de desenvolvimento sustentável e outros correlacionados (produção de guaraná, apicultura, piscicultura, coleta de lixo, etc.), produzidos pelas próprias organizações Sateré-Mawé.

Em especial, devido ao significativo peso que têm na pesquisa as informações sobre saúde e educação das crianças e dos adolescentes disponíveis no Diagnóstico Participativo, elas poderão constituir-se em base importante para a elaboração de programas de intervenção objetivando a melhoria da atual situação da infância e da adolescência Sateré-Mawé.

Participando do Diagnóstico na dupla condição de moradores e entrevistadores de suas próprias comunidades, envolvendo-se no desenvolvimento dos trabalhos em quase todas as suas etapas (elaboração dos instrumentos de coleta, divulgação do Projeto nas comunidades, contato com as lideranças das comunidades, seleção dos entrevistadores, divulgação dos resultados e, evidentemente, realização das entrevistas), os Sateré-Mawé vêm vivenciando uma experiência quase única no Brasil de auto-avaliação das condições de vida de um povo indígena.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS: DIFICULDADES E APOIO LOCAL



Além de problemas relacionados à logística do levantamento, inevitáveis em qualquer atividade dessa natureza, a equipe responsável pelas atividades de investigação enfrentou ainda dificuldades inerentes a trabalhos da natureza do presente Diagnóstico, mas cujas características e possíveis soluções merecem destaque e reflexão especiais.

5.1 Áreas urbanas

Nas áreas urbanas ocorreram situações em que pessoas da etnia Sateré-Mawé, reconhecidas como tal por outros do mesmo povo, não se consideravam indígenas. Nesses casos, adotou-se a metodologia da auto-identificação, ou seja, é a própria pessoa que se identifica ou não como indígena. Se a pessoa não se considerava Sateré-Mawé, não foi entrevistada. Por outro lado, ocorreram casos em que não-índios se autodenominaram indígenas, porque pensavam obter benefícios materiais a partir dessa caracterização. Fatos como esses eram comunicados pelos entrevistadores à coordenação e os respectivos questionários eram anulados.

5.2 Terras indígenas

Relativamente às questões técnicas do levantamento nas terras indígenas, a principal e permanente dificuldade encontrada foi o significativo número de pessoas e famílias que não se encontravam na residência quando da passagem dos entrevistadores. Entre esses, havia os que estavam fora da comunidade, seja no puchirum (mutirão), na roça ou na cozinha (casa de farinha). Nesses casos, se se tratasse da ausência de apenas uma ou duas pessoas, a respeito das quais um membro da família pudesse dar informações, o questionário individual era preenchido normalmente. Caso contrário, era necessário que se aguardasse a chegada dos ausentes ou que as entrevistas fossem feitas de manhã bem cedo, antes que as pessoas partissem, caso concordassem em ser entrevistadas antes de sair. Tais situações fizeram com que, em algumas comunidades, as atividades de pesquisa atrasassem até um dia inteiro.



Área do rio
Marau.
Comunidade
de Menino
Deus

Outros casos de ausência eram constituídos pelos que se encontravam provisoriamente em outras comunidades da própria área indígena ou de outras áreas, nas cidades próximas (Barreirinha, Parintins, Maués) ou em cidades mais distantes, como Manaus. Os motivos das ausências são variados. O deslocamento para as cidades, geralmente, ocorre pela procura de serviços médicos (para tratamento e hospedagem na Casa do Índio - caso de Maués e

Parintins), visita aos filhos e parentes estudantes, recebimento de salários (professores, agentes indígenas de saúde e outros) e de aposentadorias¹², ou a busca de apoio no escritório da FUNAI (em Parintins), além de outros motivos. Vale destacar que muitas pessoas se deslocam acompanhadas pelos familiares, não permanecendo na residência quem possa prestar as informações necessárias ao levantamento. Durante a pesquisa ocorreu um número significativo de situações como essas. Grande parte dessas dificuldades foi resolvida quando a família em questão era encontrada na comunidade que estava visitando, ou ao retornar da cidade quando o levantamento ainda estava sendo realizado, ou por meio de entrevistas posteriores realizadas na Casa do Índio. Em outros casos, a família não era entrevistada. No entanto, todos os membros eram contabilizados segundo as informações obtidas com o agente de saúde, parentes e tuchaua.

Também ocorreram várias situações em que uma família, ou uma pessoa, encontrava-se numa cidade ou numa localidade sem data de retorno prevista, ou, ainda, sem que se soubesse se ela houvera ou não migrado definitivamente. Nestes casos, quando não houvesse previsão de levantamento no local em que estava (como em Manaus e nas áreas rurais), a entrevista também não era realizada, e as pessoas, portanto, não eram recenseadas.

Outro caso de ausência bastante importante foi de jovens que se transferiram para as cidades de Maués, Parintins e Barreirinha, com o objetivo de continuar os estudos. Os que residiam naquelas cidades em 2002 foram entrevistados por ocasião da pesquisa nas áreas urbanas, realizada em novembro e dezembro daquele ano. E para não deixar fora do Diagnóstico as pessoas que viajaram, em 2003, para as cidades mencionadas e, portanto, não estavam em suas casas durante o levantamento na área indígena, optou-se por preencher o questionário como se os estudantes residissem na comunidade, através de informações dadas pelos familiares moradores da área.

5.3 Apoio institucional local

Tanto para as atividades desenvolvidas nas cidades como nas terras indígenas houve um expressivo apoio das administrações municipais locais. No caso do Marau e do Andirá, além de apoio administrativo aos treinamentos e durante a permanência da equipe de coordenação e dos professores nas cidades., as respectivas prefeituras (Maués e Barreirinha) contribuíram com a cessão de barcos e voadeiras e participação nas despesas com combustível e lubrificantes. Em Parintins, a Secretaria Municipal de Educação colaborou ativamente com a equipe de coordenação do Projeto durante o levantamento na área urbana.

¹² Os vencimentos dos aposentados são pagos nos dias múltiplos de 5, durante todo o mês. Assim, a cada cinco dias, um grupo diferente de pessoas aposentadas retira seus vencimentos nas agências bancárias situadas nas cidades. A ocasião é aproveitada para fazer a compra mensal do que for necessário à família.

Ressalte-se também o apoio prestado pela Fundação Nacional do Índio, por meio da Administração Regional de Parintins, no empréstimo de embarcações e no fornecimento de informações indispensáveis ao bom êxito das atividades. A utilização da lista de moradores existente no Órgão, constituiu-se em elemento crucial para a localização das famílias nas comunidades indígenas.

Devem, finalmente, ser citadas, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela cessão do espaço utilizado no treinamento dos entrevistadores e no levantamento da cidade de Parintins, e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), pela cessão das salas de aula do campus de Maués para treinamento das equipes de entrevistadores daquela cidade e da área indígena do Marau.

5.4 Importância da participação dos professores, alunos, agentes de saúde e lideranças tradicionais

Durante o levantamento, a participação de professores, alunos, agentes de saúde e lideranças contribuiu decisivamente para que os trabalhos se desenrolassem conforme o esperado. Destacam-se, entre os fatores que caracterizaram tal contribuição, os seguintes:

- a) Facilidade nos contatos com as comunidades, devido à respeitabilidade e liderança de que desfrutam tuxauas, professores e agentes indígenas de saúde;
- b) Comunicação mais fluente e fácil com os moradores, uma vez que todos os entrevistadores dominam o idioma Sateré-Mawé, o qual é falado em todas as comunidades. O conhecimento do idioma Sateré-Mawé é de importância determinante nesse tipo de levantamento, visto que muitos dos moradores ainda não compreendem e mal falam o português - principalmente as crianças e os idosos das localidades mais distantes -, e a maioria da população das áreas levantadas tem compreensão limitada desse idioma.
- c) Maior conhecimento adquirido pela equipe de coordenação técnica (não-indígena) sobre a sociedade e a cultura Sateré-Mawé, adquirido ao longo do período de convivência de que pôde desfrutar durante o levantamento nas duas áreas indígenas.

5.4.1 Participação dos professores

Os professores Sateré-Mawé estabelecidos na área Andirá-Marau estavam cursando a última (IX) etapa do Curso de Formação de Professores Indígenas, através do Projeto Pira-Yawara. A Secretaria de Educação do Estado do Amazonas é o órgão responsável pelo referido curso com o apoio das Secretarias Municipais de Educação. Um dos objetivos do curso, além da formação exigida por lei (9394/96), é tornar os professores pesquisadores de sua cultura, fazendo-os aliados do meio ambiente em que vivem. Esse caráter pedagógico torna a educação diferenciada, pois há orientação para que, nos processos escolares indígenas e no Curso de Formação, os meios alimentares, a própria educação e a saúde indígena sejam preservados. A “Educação Escolar Indígena”, hoje, não pode se distanciar da “educação indígena” (desenvolvida no âmbito familiar), embora esta, ao longo do tempo, venha sendo culturalmente modificada, processo normal em qualquer sociedade.



Quando o Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo optou por “professores pesquisadores”, estabeleceu um elo entre o processo educacional que vem ocorrendo e o caráter prático de sua vivência entre o povo Sateré-Mawé. Os professores formados no Curso de Formação de Professores Indígenas tiveram a oportunidade de desenvolver e conhecer mais profundamente a língua, assim como o valor econômico e o valor social do seu povo, uma vez que todas as localidades indígenas foram visitadas no levantamento. A maioria dos professores indígenas (80%) ainda não conhecia toda a área em que atua e mora, e fez deste Diagnóstico um grande laboratório, com vistas a ampliar seus conhecimentos pedagógicos e tornar suas aulas uma extensão desses conhecimentos adquiridos.

5.4.2 Participação de agentes de saúde

No Andirá, além dos professores, deve-se ressaltar a participação de agentes de saúde indígena, para que eles também pudessem ter a oportunidade de aumentar sua base de conhecimento dos processos sociais que ali se desenvolvem. Conhecedor de cada morador da aldeia onde trabalha e reside, o agente indígena de saúde tem como uma de suas atividades a elaboração e a atualização do cadastro local das famílias, geralmente registrada segundo o sexo e idade de seus componentes. De fato, como já foi mencionado, a consulta ao cadastro do agente de saúde representava uma das primeiras e mais importantes atividades da coordenação do projeto no levantamento local.

5.4.3 Participação de estudantes

Na área do Marau, dois estudantes indígenas que haviam participado do levantamento na cidade de Maués também tiveram a oportunidade de integrar a equipe de entrevistadores, procurando enriquecer, assim, seus conhecimentos sobre a realidade de seu povo.

5.4.4 Impacto da participação de lideranças no trabalho de campo

Especificamente quanto ao levantamento de campo nas áreas onde reside o povo Sateré-Mawé, nas calhas dos rios Marau e Andirá, o caráter participativo do Diagnóstico Sócio-Demográfico mostrou a relevância do apoio atuante de professores, alunos, agentes de saúde e lideranças indígenas a projetos dessa natureza. A interação da equipe multidisciplinar de coordenação, formada por técnicos e representantes de várias instituições (não-indígenas), com nossos associados indígenas, constituiu-se num dos principais pilares do sucesso das atividades do Projeto nos rios Andirá e no Marau. Numa avaliação a posteriori da eficácia dos trabalhos realizados nessas áreas, pode-se afirmar com convicção que a qualidade dos resultados obtidos certamente é infinitamente melhor do que teria ocorrido sem a participação da comunidade da forma como ela se deu.

Uma das principais características do levantamento, assim como da afirmação do caráter participativo do Diagnóstico Sócio-Demográfico, constituiu-se na socialização da busca de soluções para os problemas enfrentados em campo - inevitáveis, dado o caráter experimental do Diagnóstico. Reuniões entre as equipes (coordenação e entrevistadores) e discussões com as lideranças presentes foram sempre utilizadas para o equacionamento dos (poucos) problemas surgidos, para a correção de eventuais erros ou distorções e para o estabelecimento de novas orientações e diretrizes.

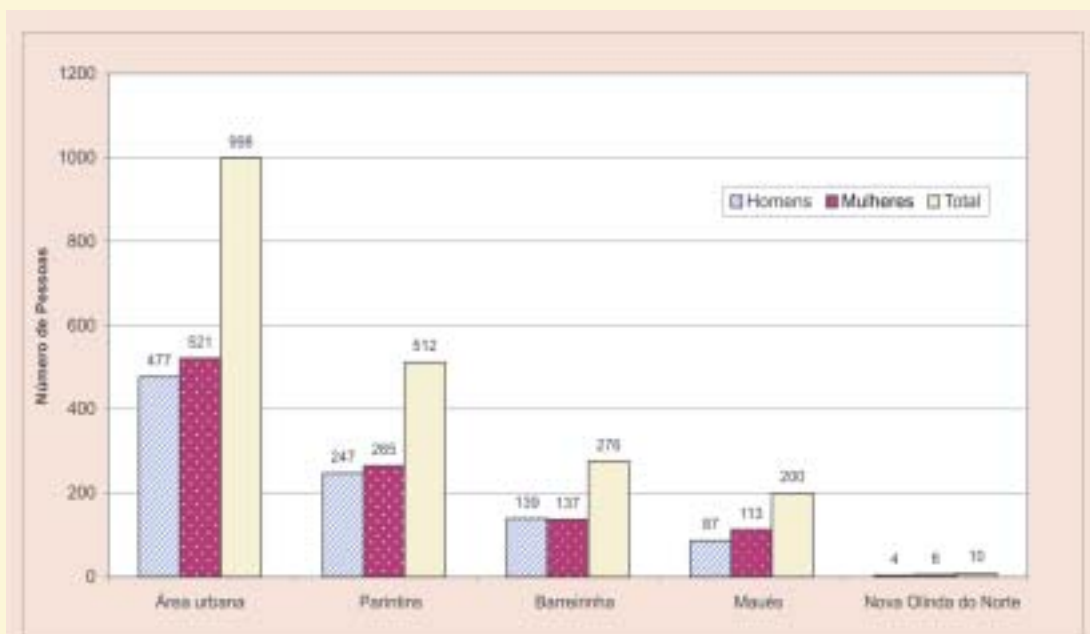
6. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO SATERÉ-MAWÉ



O Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo registrou 8.500 moradores Sateré-Mawé nas áreas pesquisadas, sendo 998 habitantes nas sedes dos municípios de Parintins, Barreirinha, Maués e Nova Olinda do Norte e 7.502 habitantes em 91 comunidades indígenas localizadas nos três primeiros daqueles municípios e no município de Borba. Entre os Sateré-Mawé moradores de áreas urbanas, 512 vivem em Parintins, 276 em Barreirinha, 200 em Maués e 10 em Nova Olinda do Norte, conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1

Pessoas morando na Área Urbana - 2002/2003

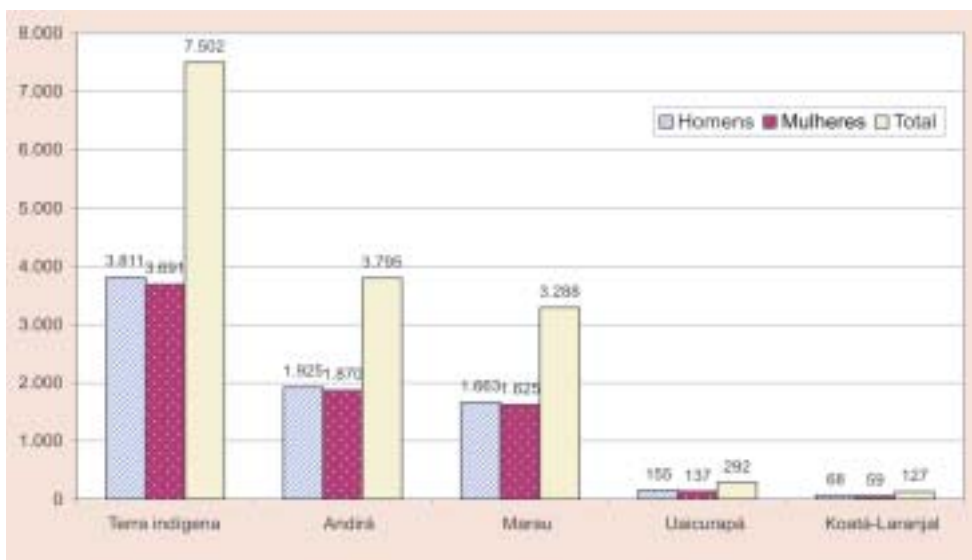


Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

As áreas indígenas Sateré-Mawé localizam-se basicamente em quatro regiões, banhadas pelos Marau, Andirá, Uaicurapá e Koatá-Laranjal, situados, respectivamente, nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins e Borba. O Gráfico 2 mostra a população de cada uma dessas áreas, por sexo.

Gráfico 2

Pessoas morando em Terra Indígena - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

No Rio Andirá estão localizadas 49 aldeias, habitadas por 3.795 indígenas. Nessa região, as maiores aldeias são: Ponta Alegre (397 hab.), Simão I (287 hab.), Molongotuba (281 hab.), Vila Nova (270 hab.), Castanhal (185 hab.), Conceição (144 hab.), Araticum Novo (148 hab.), Fortaleza (121 hab.), Umirituba (136 hab.) e Nova América (105 hab.). As outras 39 comunidades da região são habitadas por menos de 100 pessoas cada uma, chegando algumas a ter menos de 20 habitantes, como Ponto Alto, São Miguel, Boa Vista, Itaubal, São João, Jatuatuba I, Limoal, São Gabriel, São Marcos, São Sebastião do Arco, Tigre e Ipiranga.

No Rio Marau vivem 3.288 Sateré-Mawé, distribuídos em 37 comunidades. As maiores aldeias são Santa Maria (335 hab.), Vila Nova II (316 hab.), Campo do Miriti (233 hab.), Nossa Sra. de Nazaré (192 hab.), Boas Novas (144 hab.), Nova Aldeia (106 hab.), Marau Novo (121 hab.), Kuruatuba (115 hab.) e Menino Deus (101 hab.). As 28 comunidades restantes possuem menos de 100 habitantes cada.

Na região do Rio Uaicurapá estão localizadas quatro comunidades, habitadas por 292 indivíduos - Vila Batista I (109 hab.), São Francisco (65 hab.), Nova Alegria (59 hab.) e Vila da Paz (59 hab.).

Existe apenas uma aldeia Sateré-Mawé na Terra Indígena do Koatá-Laranjal, a Vila Batista II, com 127 habitantes. As demais comunidades dessa terra indígena são habitadas pela etnia Munduruku.

6.1 Composição por sexo e idade

6.1.1 Composição por idade

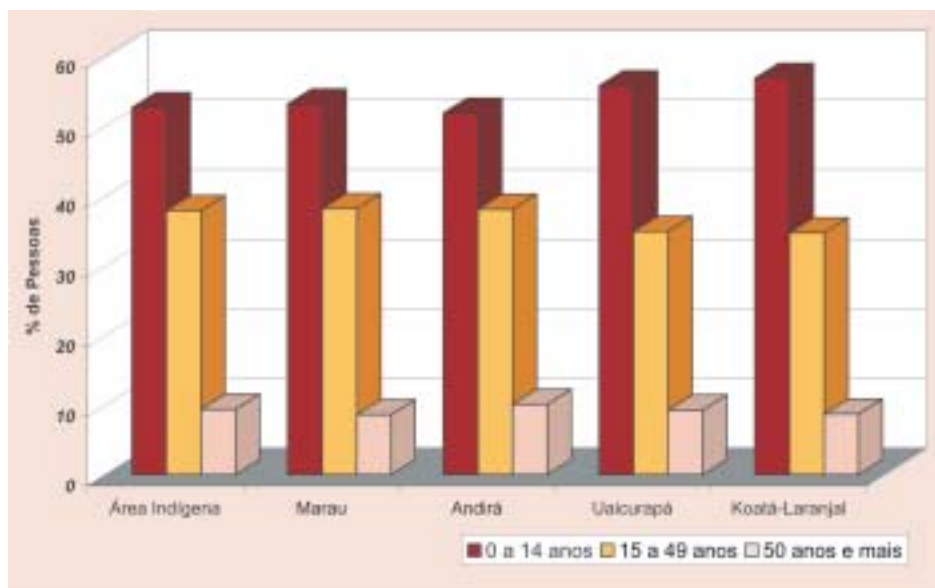
O padrão demográfico dos Sateré-Mawé é típico de povos indígenas em processo de recuperação populacional, caracterizando-se por altos níveis de natalidade e por mortalidade em declínio. Isto se confirma no exame das informações sobre a população segundo grandes grupos de idades.

Os dados expostos no Gráfico 3, referentes à distribuição proporcional da população das Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal e das 4 regiões em que se subdividem, indicam estruturas populacionais muito jovens. Os menores de 15 anos de idade correspondem a 51,8% do total da população, variando de 51,9%, na região do rio Andirá, a 56,7% na região do Koatá-Laranjal. Por outro lado, os moradores de 50 ou mais anos de idade constituem 9,8% no total das terras indígenas, sendo as regiões dos rios Marau e Andirá as de menor e maior proporção de população neste grupo etário, respectivamente, 8,6% e 10,1%.

Para efeito de comparação com dados da sociedade envolvente, calculou-se a proporção de idosos com 60 ou mais anos entre os moradores da Terra Indígena Andirá-Marau, encontrando-se 6,7% como resultado. As áreas rurais do Estado do Amazonas apresentavam, no ano de 2000, uma proporção bem menor, de 4,1% de população idosa sobre a população total (IBGE, 2000).

Gráfico 3

População por idade - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Estudos demográficos recentes vêm apontando para essa característica de população jovem em áreas indígenas da região amazônica que retomaram altos níveis de fecundidade e se encontram em processo de recuperação populacional. Entre os Xavante de Pimentel Barbosa e os de Sangradouro Volta-Grande, Flowers (1994) e Souza e San-

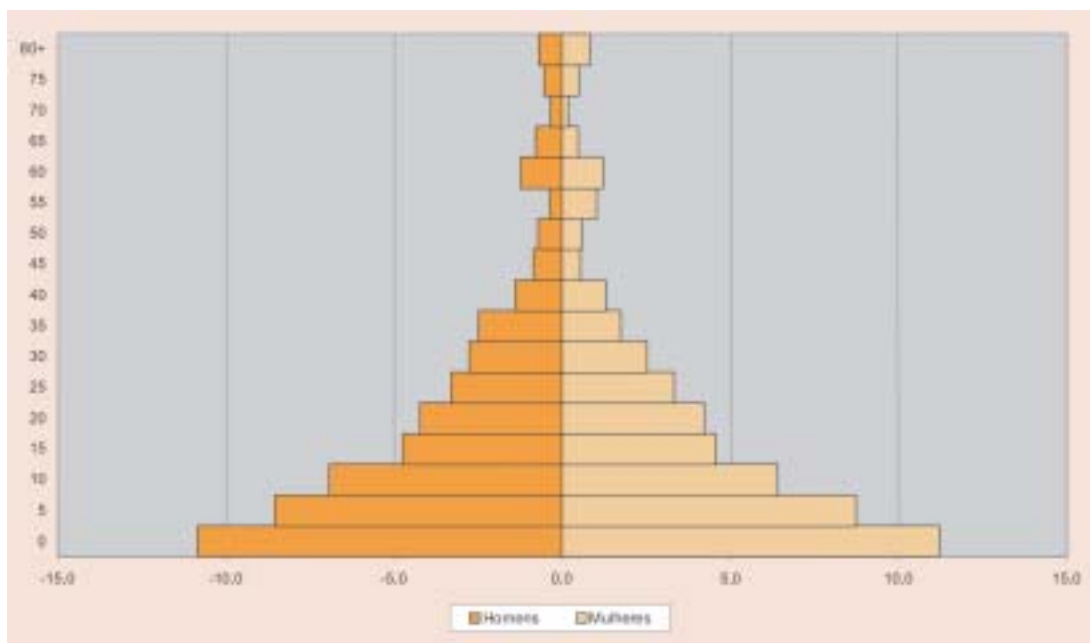
tos (2001) encontraram proporções de população menores de 15 anos de idade que variaram de 48% a 57%. Em povos moradores do Parque Indígena do Xingu, como os Kaiabi, Juruna, Waurá e Kamaiurá, Pagliaro (2002) e Pagliaro e al. (2001 e 2003) encontraram estruturas etárias muito jovens, onde as proporções de menores de 15 anos variaram de 49 a 58% e as de maiores de 50 anos ficavam entre 8% e 10%..

As estruturas por idade e sexo dos Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas e nas cidades, detalhadas em grupos quinquenais de idades, estão representadas em forma de pirâmides etárias nas figuras que se seguem.

A primeira pirâmide, referente aos moradores das terras indígenas, apresenta contorno semelhante e desenho compatível com o de estruturas populacionais jovens, caracterizadas por altos níveis de natalidade, ou seja, possui uma base larga e seus retângulos se estreitam à medida que aumentam as idades. Destaca-se a irregularidade dessa pirâmide nas idades superiores a 45 anos, característica própria de populações indígenas que sofreram elevadas perdas populacionais por contato com a sociedade envolvente em anos relativamente recentes (até meados da década de 1960). A proporção relativamente elevada de idosos entre 60 e 70 anos poderia estar relacionada à aposentadoria precoce de parte importante da população idosa Sateré-Mawé. Muitos desses moradores somente adquirem a Certidão de Nascimento no momento em que se faz necessária para a obtenção da aposentadoria.

Figura 1

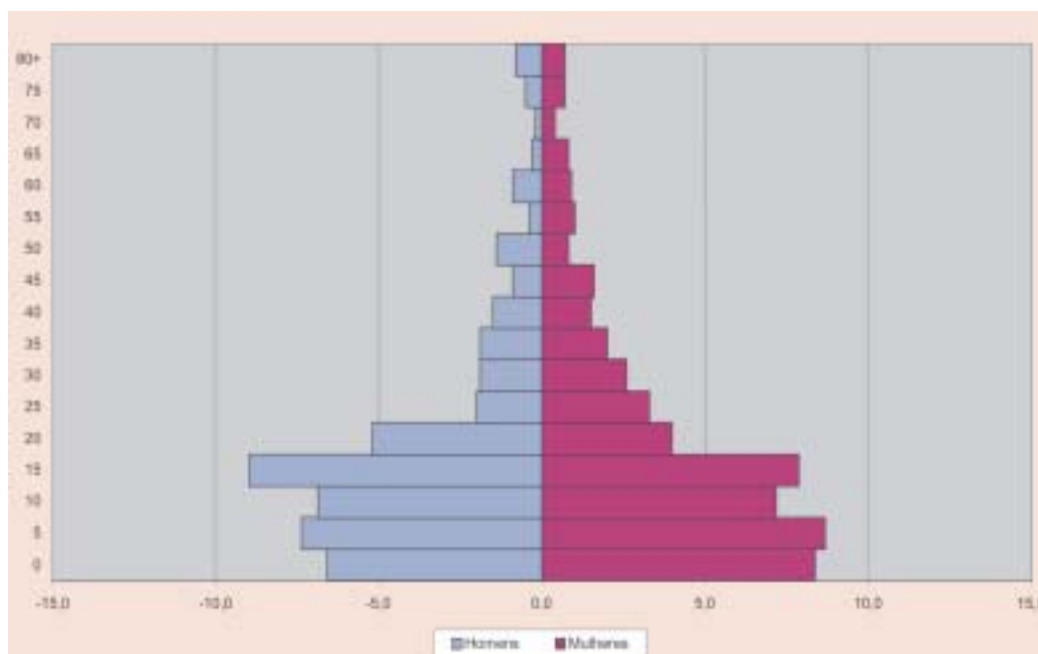
Repartição da população por sexo e idade - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Figura 2

Repartição da população por sexo e idade - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Nas áreas urbanas, a pirâmide etária apresenta um padrão mais característico das populações com movimento migratório intenso, especialmente entre os 15 e 25 anos de idade. Na realidade, são justamente os adolescentes e jovens, com predominância dos homens, que vão completar seus estudos nas cidades. Convém salientar, a propósito, as diferenças de sexo que se observam na figura, com vantagem para os homens naquelas idades e das mulheres a partir de 25 anos.

6.1.2 Repartição por sexo

Vê-se na tabela abaixo a composição por sexo da população Sateré-Mawé recenseada nas áreas indígenas. O indicador de razão de sexo mostra haver, no conjunto da população, em média, 103,3 homens para cada 100 mulheres. A superioridade da população masculina existe em quase todos os grupos etários, não se manifestando nas idades de 0 a 9 anos, 55 a 59 anos e 80 anos e mais.

Comparando-se as quatro áreas indígenas levantadas, observa-se um maior número de homens que de mulheres em todas elas, sendo encontrada na região do Koatá-Laranjal o valor mais elevado (115,3 homens para cada 100 mulheres), e no rio Marau o mais baixo, 102,4.

Tabela 1

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Distribuição da população por sexo e Razão de sexo - 2003

Regiões	HOMENS	MULHERES	RAZÃO DE SEXO
Área Indígena	3.747	3.628	103,3
Marau	1.635	1.597	102,4
Andirá	1.889	1.835	102,9
Uaicurapá	155	137	113,1
Koatá	68	59	115,3
Área Urbana	478	525	91,0
Total	4.225	4.153	101,7

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Ao contrário do que ocorre nas terras indígenas, na área urbana a quantidade de mulheres é superior à de homens, tal como se vê na tabela, o que reduz a razão de sexo a apenas 91 homens para cada 100 mulheres.

Essa oposição entre a participação quantitativa dos homens e das mulheres na população das terras indígenas e das áreas urbanas poderia estar indicando um movimento migratório feminino superior ao masculino com destino às cidades.

6.2 Fecundidade e reprodução

Considerando-se estudos recentes sobre a fecundidade indígena no Brasil (Flowers, 1994; Santos, Souza, 2001; Pagliaro, 2001; Pagliaro, 2002, entre outros), os níveis de natalidade da população Sateré-Mawé apresentam-se próximas às de outras etnias em processo de crescimento demográfico nas últimas décadas, após um longo período de tempo de redução populacional

No ano que antecedeu o início da pesquisa em área urbana nasceram vivos 28 Sateré-Mawé, nas cidades de Barreirinha, Nova Olinda do Norte, Maués e Parintins (Tabela 2). Nas áreas indígenas, mais populosas, ocorreu um número bem maior de nascimentos vivos (385).

Independentemente das relações desses números com os efetivos populacionais respectivos, a natalidade dos moradores em terras indígenas mostra-se bastante superior à dos que residem nas cidades. Com efeito, a Taxa Bruta de Natalidade das terras indígenas chega a 51,3 por mil habitantes, contra apenas 28,1 nas áreas urbanas. Mesmo considerando-se a flutuação aleatória nos pequenos números referentes à reduzida quantidade de nascimentos observada nas cidades, fica evidente a diferença na natalidade entre esses dois espaços de observação.

Nas terras indígenas existem também diferenças entre os níveis de natalidade das duas áreas mais populosas (Marau e Andirá), que podem ser observadas na próxima

tabela. Os valores respectivos de 54,1 e 47,7 nascimentos vivos para cada 1.000 habitantes daquelas duas regiões apontam para a possibilidade de distintos comportamentos reprodutivos de seus habitantes, o que, de certa forma, não deveria ser esperado, dada a semelhança das características sociais, econômicas e culturais nas duas áreas, além da relativa proximidade geográfica entre elas e da relativa facilidade de comunicação entre seus habitantes.

Tabela 2

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal e Área Urbana
Nascidos vivos, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa de Fecundidade Total e Idade Média à Fecundidade - 2002/2003

REGIÕES	Nascidos Vivos	Taxa Bruta de Natalidade (por mil hab.)	Taxa de Fecundidade Total	Idade Média à fecundidade
Área Indígena	385	51,31	8,1	29,1
Marau	178	54,14	8,5	28,8
Andirá	181	47,69	7,9	29,9
Área Urbana	28	28,06	...	31,4
Total	413

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nota: Não foram consideradas as áreas do Uaicurapá e do Koatá-Laranjal devido ao pequeno número dos nascimentos ali registrados. No entanto, os nascimentos dessas áreas foram computados no cálculo das taxas da área indígena.

Os níveis de fecundidade da população Sateré-Mawé são elevados, na casa de 8 filhos por mulher (ver a tabela anterior) e não apresentam paralelo com o que ocorre na população não-indígena de qualquer parte do Brasil e da maioria dos demais países. No interior de algumas nações africanas, como os países de língua portuguesa (especialmente Angola e Moçambique, os mais populosos), ainda se encontram níveis de fecundidade como os verificados entre os Sateré-Mawé e em um expressivo número de etnias indígenas no Brasil. Esse nível de fecundidade encontrado para a população feminina Sateré-Mawé é compatível com os níveis estimados para outros povos indígenas como os Kaiabi, na região do Xingu (Pagliaro, 2002), os Xavante (Flowers, 1994; Santos, Souza, 2001) e outros.



Área do rio Marau. Comunidade de Livramento II

Da mesma forma que se observou para a natalidade dos Sateré-Mawé, os níveis de fecundidade dessa população variam muito quando se comparam resultados das terras indígenas com os da área urbana, e têm pequena variação no interior das terras indígenas. Os dados obtidos permitiram estimar a Taxa de Fecundidade Total para as áreas do Andirá e do Marau, indicando uma reduzida diferença entre elas. Assim, ainda de acordo

com a Tabela 2, vê-se que a fecundidade das mulheres do Marau (8,5 filhos) é pouco superior às do Andirá (7,9 filhos), sugerindo a possível existência de fatores, não-detectáveis em levantamentos do tipo do que foi realizado, que poderiam estar influenciando no comportamento reprodutivo e no nível de fecundidade de cada uma delas.

Já no caso dos diferenciais entre terras indígenas e áreas urbanas, o reduzido número (28) de nascimentos declarados pelas mulheres em idade reprodutiva daquelas últimas não permite proceder às estimativas das taxas vistas anteriormente para as áreas indígenas. Pode-se, no entanto, utilizar, para efeito de comparação entre áreas indígenas e urbanas, a Taxa de Fecundidade Geral, dada pelo quociente entre o número total de nascidos vivos no ano e o total de mulheres em idade reprodutiva. Esse indicador tem o valor de 29,3 filhos por mulher para o Marau e de 25,0 para o Andirá, mostrando coerência com as taxas de fecundidade total de cada uma dessas áreas, vistas anteriormente. No entanto, seu valor para o total das terras indígenas (27,5 filhos por mulher) distancia-se significativamente do encontrado nas cidades (12,2 filhos por mulher), podendo estar apontando para prováveis diferenças entre o comportamento reprodutivo nas terras indígenas e na área urbana.



As taxas de fecundidade das mulheres Sateré-Mawé são mais elevadas nas idades mais jovens, com pico no grupo etário 20-24

Assim, os resultados anteriores parecem indicar que a comunidade Sateré-Mawé residente nas áreas urbanas próximas às terras indígenas, apesar do relativamente reduzido tempo de moradia nessas cidades, já esteja começando a adquirir hábitos reprodutivos da população brasileira não-indígena, o que pode estar ocorrendo especialmente com as gerações mais novas. Essas hipóteses necessitam ser investigadas com mais profundidade, tendo inicialmente como fonte de informações a base de dados do levantamento ora estudado. A utilização dessa base de dados, composta também por informações sobre educação, aspectos culturais, trabalho e ocupação, saúde reprodutiva e outras, seria, assim, um primeiro campo de busca de explicações para esses outros contrastes observados entre os Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas e os moradores nas cidades próximas.

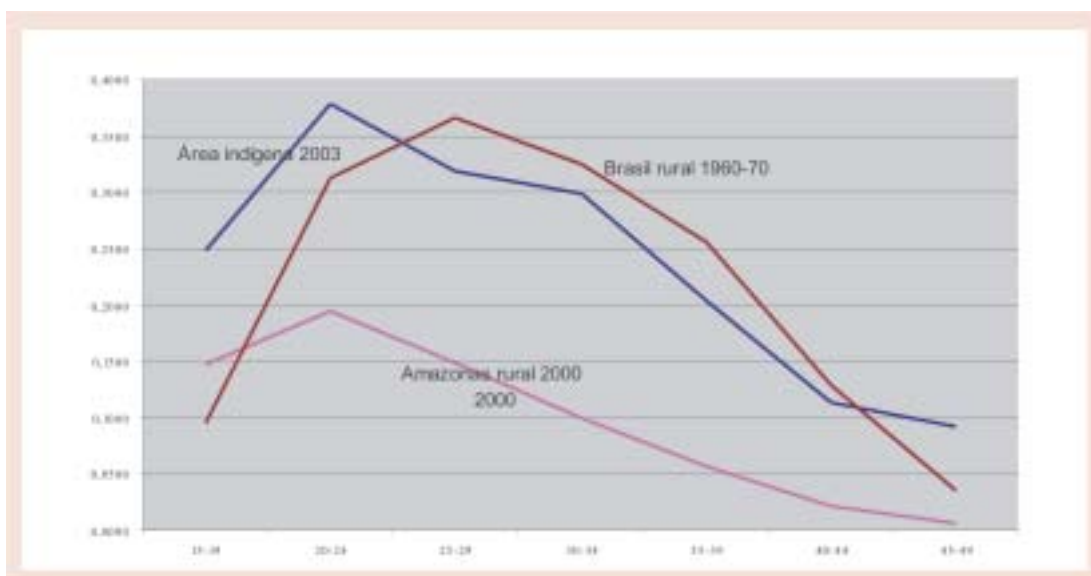
Na população feminina Sateré-Mawé, a idade em que as mulheres, em média, têm o maior número de filhos é aos 29,1 anos. No entanto, encontramos meninas de 13 anos que já tiveram filhos e mulheres com idade acima de 49 anos que ainda continuam tendo filhos. Essa idade média à reprodução nas cidades está 2,3 anos acima da referente à área indígena.

A fecundidade da população Sateré-Mawé também pode ser observada com base nas taxas específicas de fecundidade por idade, que mostram o comportamento reprodutivo das mulheres por grupos etários quinquenais (Figura 3). De acordo com as informações levantadas, as taxas de fecundidade das mulheres Sateré-Mawé são mais elevadas nas idades mais jovens, com pico no grupo etário 20-24. Isto faz com que o padrão reprodutivo dessas

mulheres tenha uma configuração “rejuvenescida”, e, apesar da significativa diferença nos níveis, apresente alguma semelhança com o atual padrão das mulheres das áreas rurais do estado do Amazonas. Ressalte-se ainda a comparação entre esse padrão Sateré-Mawé e o da população rural do Brasil nos anos sessenta, cuja curva sugere um nível de fecundidade bastante próximo (como, de fato, o é, conforme Carvalho, 1978). A fecundidade atual dos Sateré-Mawé é mais elevada que a do Brasil nos dois primeiros grupos etários e mais reduzida nos demais (com exceção do último). Nessas primeiras idades ocorrem 27% dos partos no Brasil de 1960/70 e 38% nas terras Sateré-Mawé de 2003. E, nas duas populações, a fecundidade continua relativamente elevada nos grupos etários subsequentes.

Figura 3

Terra Indígena Andirá-Marau e áreas rurais do Brasil e do Estado do Amazonas
Diferenciais de fecundidade por idade



Fontes: Dados brutos: *Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé e IBGE, Censo Demográfico de 2000 (população rural do Amazonas); Níveis de fecundidade em 1960/70: Carvalho, J. A. M., 1978*

Lamentavelmente, não se dispõem de informações históricas sobre a fecundidade dos Sateré-Mawé, com as quais se pudesse avaliar a evolução dos padrões anteriores e verificar o caráter dos elevados valores atuais para as idades jovens. A utilização dos dados censitários de 2000 poderia ser útil na compreensão do fenômeno, à medida em que as estimativas resultantes possam permitir a comparação dos padrões atuais de fecundidade com os de outras nações indígenas da Região Amazônica. De qualquer forma, ficam dados, assim, os primeiros passos para a discussão sobre os atuais níveis e padrões de fecundidade do povo Sateré-Mawé, tais como estimados a partir do levantamento realizado em 2003.

6.3 As migrações entre os Sateré-Mawé

As informações sobre migração foram obtidas através de perguntas a todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Portanto, toda vez em que for referido o tema migração deve ser levada em consideração esta particularidade.

Conforme já visto anteriormente, dos 8500 moradores Sateré-Mawé entrevistados na pesquisa sócio-demográfica, 7502 vivem nas Terras Indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal e 998 vivem nas cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Nova Olinda do Norte. Isto significa que mais de 10% da população Sateré-Mawé recenseada mora em área urbana. Destes moradores urbanos, muitos nasceram nas próprias cidades onde moram, mas a maioria nasceu nas áreas indígenas próximas. Os comentários a seguir vão se referir aos deslocamentos (migrações) que a população Sateré-Mawé faz, tanto no interior das áreas indígenas, como destas para as cidades e outras áreas e vice-versa.

Cerca de 95% de toda a população sateré-sawé residente nas terras indígenas e nas cidades em que foi feito o levantamento sócio-demográfico nasceu em terra indígena.

Se considerarmos apenas as terras indígenas, a proporção dos residentes que aí nasceram chega a 96,8%, dos quais apenas 8 não nasceram no Andirá-Marau ou no Koatá-Laranjal. Os restantes nasceram em áreas urbanas ou em áreas rurais de vários municípios do estado do Amazonas.

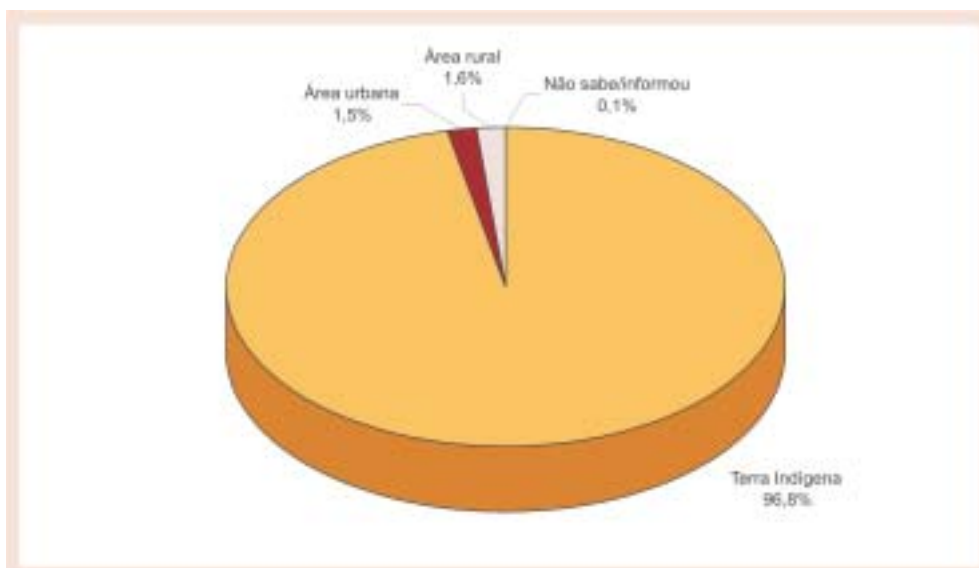
Dos 679 moradores nas áreas urbanas com idade igual ou superior a 10 anos, apenas 108 declararam terem nascido nesses locais. A proporção dos que nasceram em terra indígena é muito elevada (66%, correspondendo a 448 moradores). Há, ainda, uma parcela significativa da população (13%) que declarou ter nascido em áreas rurais próximas. Isto ocorre porque, nas regiões dos rios Marau, Andirá e Uaicurapá, nos municípios investigados, há moradores Sateré-Mawé residindo em comunidades, lugarejos ou sítios fora das áreas indígenas. Uma proporção menor de moradores das áreas urbanas visitadas (cerca de 4%) nasceu em outras cidades.

Área do rio Marau. Crianças a caminho da escola



Gráfico 4.1

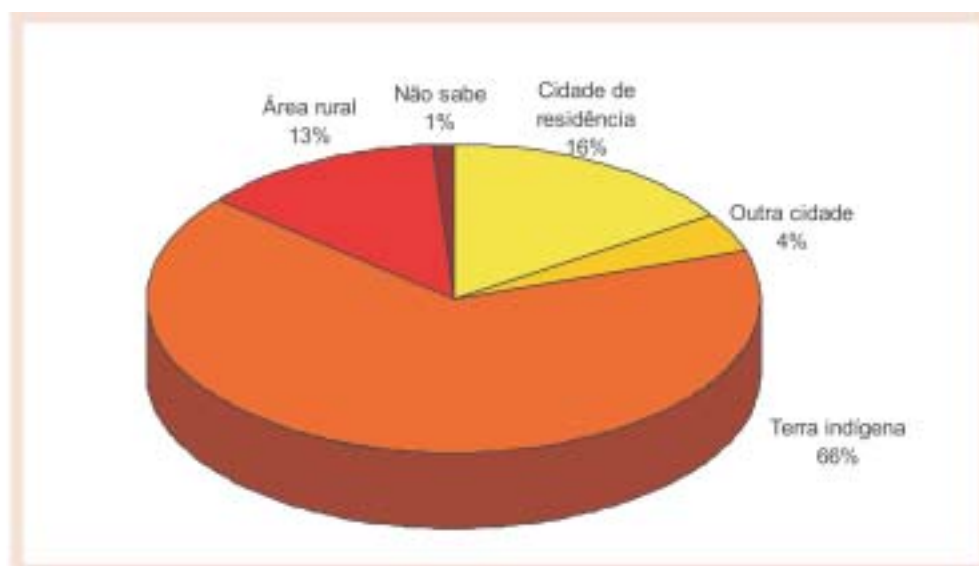
Local de nascimento dos moradores (%) - Terra Indígena, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Gráfico 4.2

Local de Nascimento dos moradores (%) - Área urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

6.3.1 Fatores que influem na migração

Tanto em direção às cidades como no interior da própria área indígena, os Sateré-Mawé apresentam uma significativa mobilidade populacional, cujas razões estão freqüentemente associadas às tradições culturais, à constituição de famílias, à pequena distância entre as diversas aldeias e entre estas e as áreas urbanas circunvizinhas, além do progresso havido nos meios de transporte, com a intensificação do uso de “rabetas”¹³, “voadeiras”¹⁴ e barcos de pequeno porte que passaram a cruzar, com maior freqüência, os rios e igarapés localizados naquela região.



Área do rio Andirá. Chegada da equipe de pesquisa na comunidade de Santa Fé

Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, muitas vezes, nos períodos das festas tradicionais do povo Sateré-Mawé, como a dança da tucandeira e a festa do guaraná, entre outras, muitas pessoas se dirigem aos locais onde são realizadas as comemorações, ficando hospedadas nas casas de parentes. Após o término das festividades, várias delas acabam por permanecer durante meses nesses locais, auxiliando as famílias com quem moram no trabalho da farinha, pescando, caçando e realizando outras atividades ou, mesmo, construindo suas próprias casas e passando a residir naquele local de forma definitiva.

A locomoção das pessoas foi facilitada com a intensificação do uso de “rabetas”, de voadeiras e dos pequenos barcos, doados pelos governos municipais, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por outras instituições governamentais ou, ainda, obtidas através de projetos e programas governamentais e não-governamentais, como os referentes ao Distrito Sanitário Especial Indígena e os coordenados por organizações indígenas sediadas na Área do Andirá-Marau. Isto favoreceu, grandemente, o transporte da população entre as várias aldeias, mas principalmente propiciou o contato mais efetivo com as áreas urbanas próximas. Com freqüência observamos o deslocamento de pessoas para as cidades durante, por exemplo, o período em que os aposentados vão receber seus benefícios. Freqüentemente, nessas ocasiões, a família acompanha o aposentado até a cidade, ali permanecendo o tempo necessário para fazer compras, visitar parentes, utilizar serviços de saúde, etc.

Em relação à população total pesquisada, verifica-se que 56,5% se constitui de migrantes, ou seja, pessoas que saíram de seus locais de nascimento e fixaram residência em outras localidades, sejam estas nas áreas urbanas vizinhas à área indígena, sejam em outras comunidades da própria área indígena. Esta é uma propensão a migrar bastante elevada e, em comparação com a migração de populações não-indígenas, assemelha-se à verificada no Estado de Rondônia durante a segunda metade do século passado, período em que ocorreu a maior entrada de migrantes na Região Norte. Nos anos setenta, cerca de 57% da população daquele estado era composta de migrantes provenientes, principalmente, dos estados do Centro-Oeste, Sul e do Sudeste do Brasil.

¹³ Barco pequeno, com toldo ou não, com motor de pequeno porte, utilizado para transporte de pessoas ou de carga. Tem baixo custo de manutenção, uma vez que consome pouca gasolina durante sua locomoção.

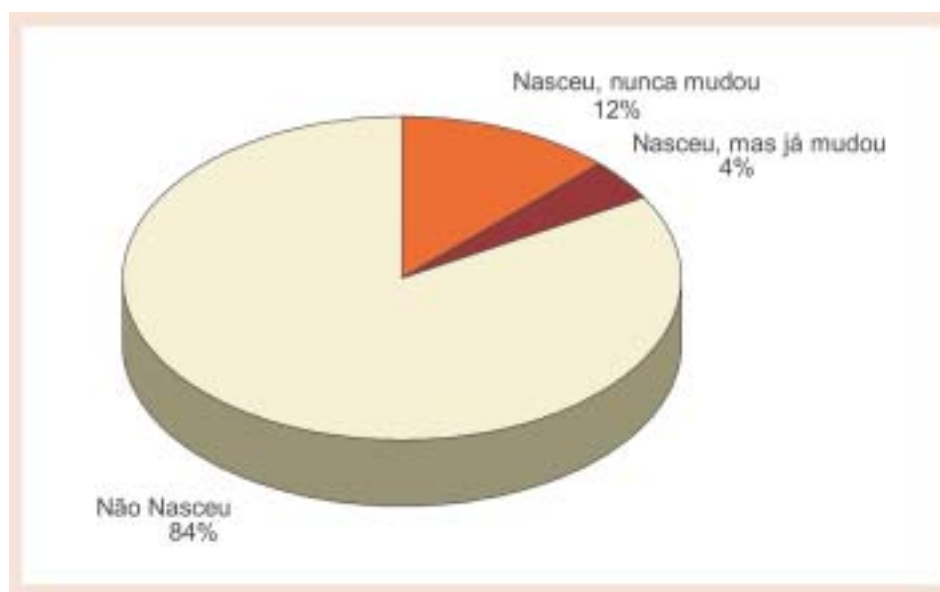
¹⁴ Lancha pequena com capacidade para até 10 pessoas, com motor de 15 até 85 HP, utilizada para transporte de pessoas e carga. Este tipo de embarcação consome mais gasolina que as “rabetas” e são mais velozes.

6.3.2 Fluxos migratórios

Em sua maioria (84,1%), a população Sateré-Mawé com 10 anos e mais residente nas cidades de Barreirinha, Borba, Maués e Parintins nasceu fora da cidade onde reside. Se agregarmos a esta parcela o contingente que nasceu na cidade, viveu fora algum tempo e depois retornou, estaremos falando de toda a população migrante residente nas cidades, que totaliza 599 pessoas e um elevado percentual de 88,3% (Gráfico 5).

Gráfico 5

Pessoas residentes na Área Urbana por comunidade de moradia e nascimento - 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

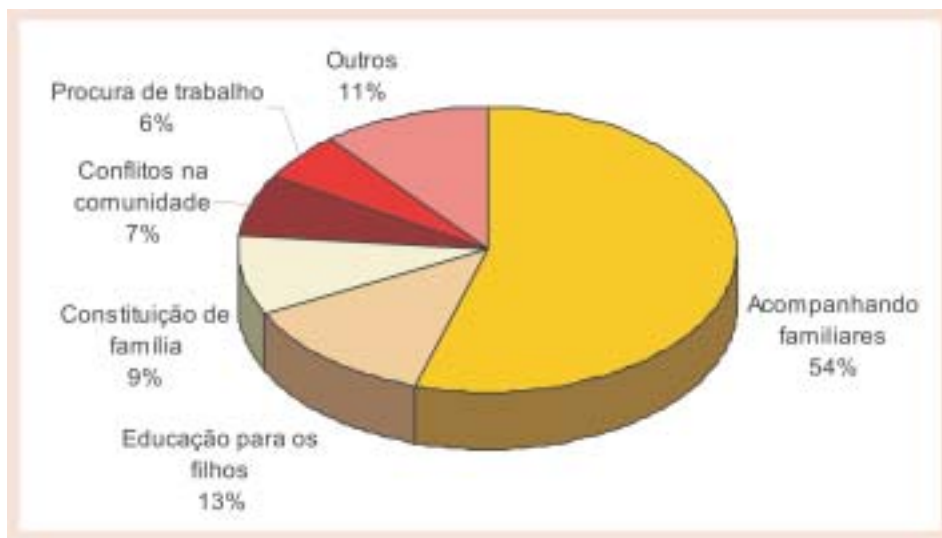
Nota: a mudança referida diz respeito à mudança de domicílio ocorrida a mais de seis meses

No caso da população residente na área indígena, observamos que há quase um equilíbrio entre o número de pessoas que nunca saíram de sua comunidade de nascimento (2.148 pessoas) e aquelas que já fizeram alguma mudança residencial¹⁵ (2.325 pessoas). O percentual de migrantes é bastante elevado e corresponde a 52% da população com 10 anos ou mais de idade, indicando que as mudanças de domicílio são realmente bastante comuns entre os moradores. Os motivos mais comuns associados às mudanças de moradia são: acompanhando familiares - pais e cônjuges - (54,8%); procura de melhores condições de educação para os filhos (12,8%); constituição de família (9,2%); conflitos na comunidade (6,9%) e procura de trabalho (5,5%).

¹⁵ Aqui estão incluídas as pessoas que não nasceram na comunidade em que vivem (2.246) e aquelas que nasceram na comunidade, mas já moraram em outros lugares (79).

Gráfico 6

Migrantes das terras indígenas segundo o motivo da migração - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Observando a pirâmide etária da população migrante¹⁶ e a não-migrante¹⁷ das áreas indígenas, constatamos que a população migrante é mais “velha” que a não-migrante (ver as figuras que se seguem). O segmento de menores de 20 anos de idade é significativamente inferior na população migrante. A partir dos 20 anos, a estrutura da população migrante começa a tomar um formato irregular, onde as idades adulta e idosa se mostram significativas. O caráter da população migrante residente em terra indígena de ser mais “velha” é reforçado pela idade média dessa população, que é de 35,6 anos, ao passo que a da população não-migrante é de 24,3 anos.

A pirâmide de idade da população Sateré-Mawé que migrou para as cidades tem uma forma semelhante à da área indígena, mas é muito mais larga para o grupo de idade de 15 a 19 anos, provavelmente por causa da grande quantidade de jovens que se mudam com o objetivo de estudar.



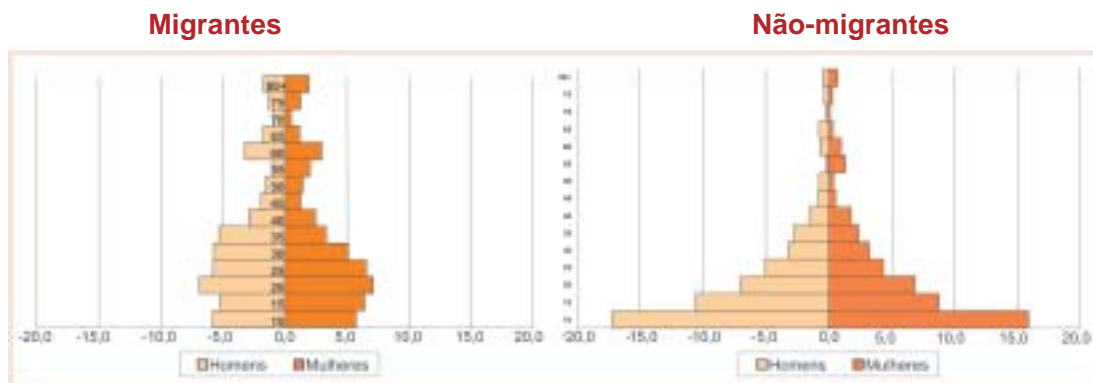
Área de rio Marau. Comunidade de Vila Nova II. Reunião com os moradores para devolução dos resultados

16 Migrantes são pessoas não nascidas no local de residência ou nascidos naquele, mas que já moraram em outros locais.

17 Não-migrantes são pessoas nascidas no local de residência e que nunca residiram em outro local.

Figura 4

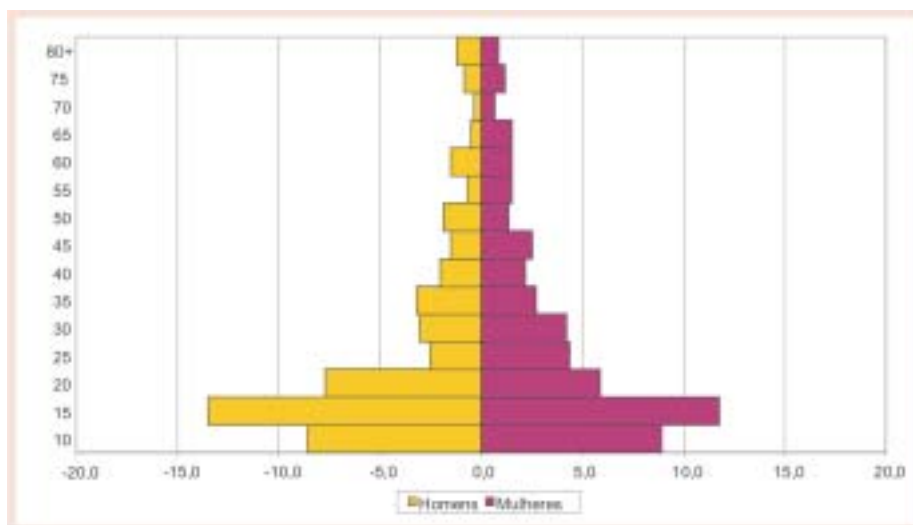
Repartição da população migrante e não-migrante por sexo e idade - Terras indígenas, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Figura 5

Repartição da população migrante por sexo e idade - Área urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

6.3.3 Tempo de residência e origem dos migrantes

Para a população Sateré-Mawé (incluindo-se terras indígenas e área urbana), é bastante elevada (45%) a proporção de residentes que mudou de moradia nos últimos 10 anos, quando comparada com a dos que mudaram há mais tempo, indicando que a mobilidade desta população tem sido intensa. O fato de que população migrante com 10 anos ou mais de residência não superar muito os de menos de 10 anos, pode sugerir que a mobilidade demográfica dos Sateré-Mawé esteja, inclusive, sendo intensificada no período mais recente, pois nesta última categoria (10 anos ou mais) estão incluídos todos os fluxos migratórios do passado.

Essa mobilidade tem sido significativa em todos os locais pesquisados (cidades e áreas indígenas). Nas áreas indígenas, 39% dos migrantes residem em suas comunidades há menos de 10 anos. No entanto, são nas áreas urbanas que o fenômeno se apresenta com bastante força, já que, de toda imigração ocorrida em direção às cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Nova Olinda *do Norte, aproximadamente 70% aconteceu nos 10 anos anteriores à pesquisa.

Gráfico 7.1

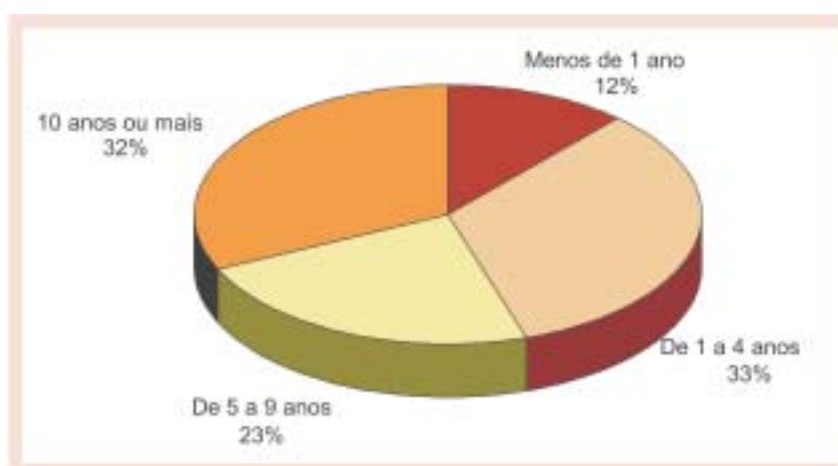
Tempo de moradia na comunidade - Terra Indígena (%), 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 7.2

Tempo de moradia nas áreas urbanas - 2002/2003 (%)

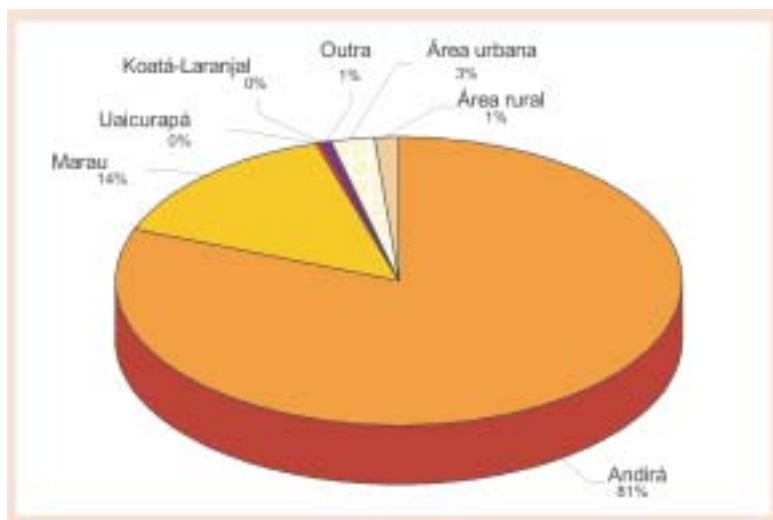


Fonte: Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Outra questão interessante com relação à migração é conhecer a origem dos migrantes. Já sabemos que a terra indígena, como vimos anteriormente, é a área onde aproximadamente 95% de todos os Sateré-Mawé entrevistados nasceram. A maioria dos migrantes que moram atualmente nas regiões do Andirá (80,8%) e do Marau (83,7%) nasceu em comunidades dessas duas áreas, tendo migrado de uma comunidade para outra dentro da mesma área.

Gráfico 8.1

Local de nascimento dos migrantes residentes no Andirá - 2002/2003 (%)

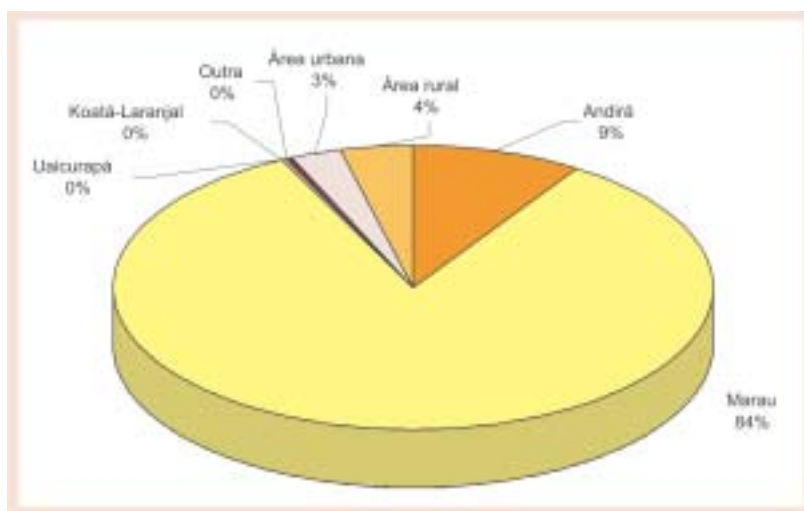


Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

O mesmo não ocorre com os migrantes do Uaicurapá e Koatá-Laranjal. Apenas cinco moradores do Uaicurapá, com 10 anos e mais de idade, nasceram naquela área, dado que é consistente com o pouco tempo de existência das comunidades da área. Por sua vez, não nasceram no Koatá-Laranjal 49 de seus 67 moradores da mesma faixa etária. Dessa forma, considerando-se apenas a população com 10 anos e mais de idade, o Uaicurapá é habitado quase que exclusivamente por migrantes, que, no Koatá-Laranjal, compõem a maioria da população, mas numa proporção menor.

Gráfico 8.2

Local de nascimento dos migrantes residentes no Marau - 2003



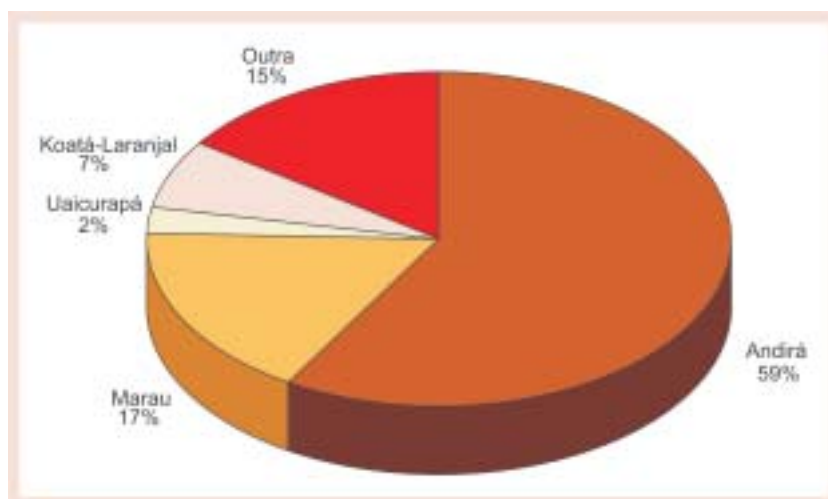
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

As áreas do Koatá-Laranjal e do Uaicurapá têm história populacional diferente do Andirá e do Marau. A migração para o Koatá-Laranjal data de pouco mais de duas décadas e resultou de conflitos na comunidade de origem, no Rio Andirá. Portanto, uma parcela relativamente pequena dessa população realmente nasceu naquela área, ou seja, apenas os filhos mais novos. O Uaicurapá também é uma área de recente ocupação, com aproximadamente 10 anos de existência, criada por migrantes vindos da Terra Indígena Koatá-Laranjal.

A maior parte dos moradores dessas duas áreas indígenas nasceu no Andirá e no Marau, com ênfase para a primeira dessas duas áreas, conforme mostram os Gráficos 9 e 10. O Andirá contribui com 57% dos moradores do Uaicurapá e 43% dos moradores do Koatá-Laranjal. É interessante notar que 11 moradores do Uaicurapá nasceram no Koatá-Laranjal, certamente pertencentes ao grupo familiar que povoou inicialmente aquela primeira área indígena.

Gráfico 9

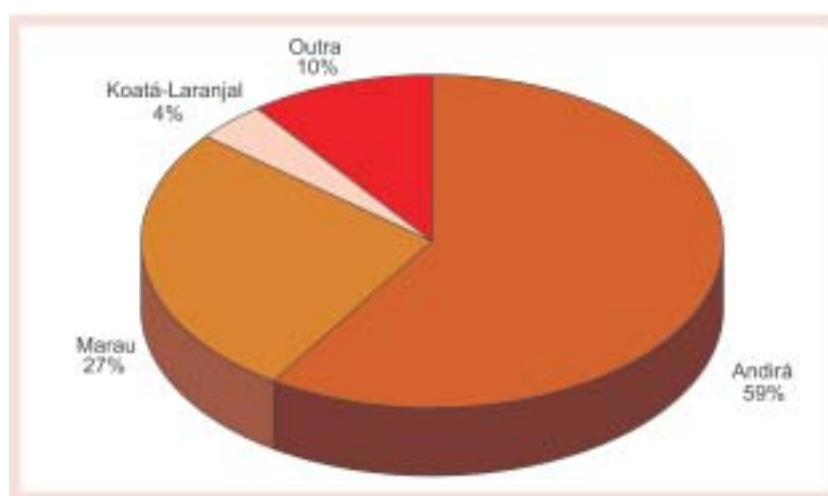
Origem dos habitantes da área do Uaicurapá - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Gráfico 10

Origem dos habitantes da área do Koatá-Laranjal - 2003



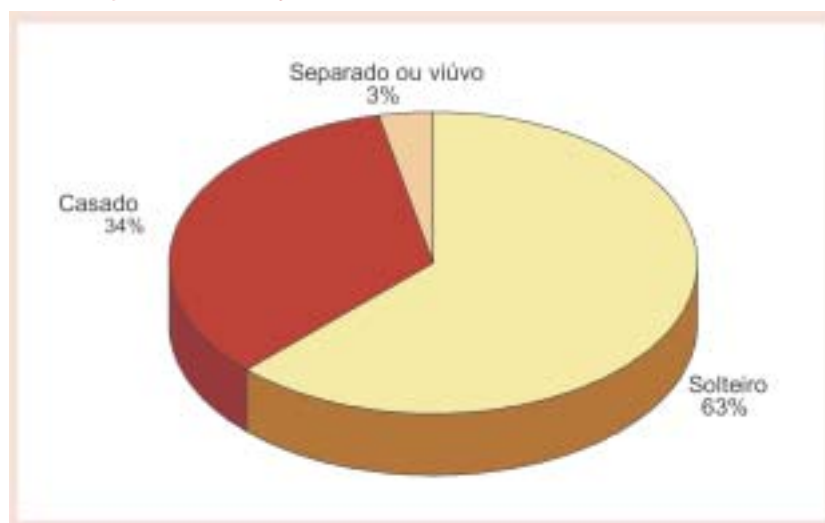
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

6.4 Estado conjugal

No que diz respeito ao estado conjugal dos Sateré-Mawé maiores de 10 anos de idade, moradores das áreas urbanas, 62,4% são solteiros, 34,4% casados e 3,2% separados ou viúvos, conforme mostra o Gráfico 11.1. Nessa área de residência, o tipo mais freqüente de união é o civil e/ou religioso (88,6%), seguido das uniões tradicionais indígenas.

Gráfico 11.1

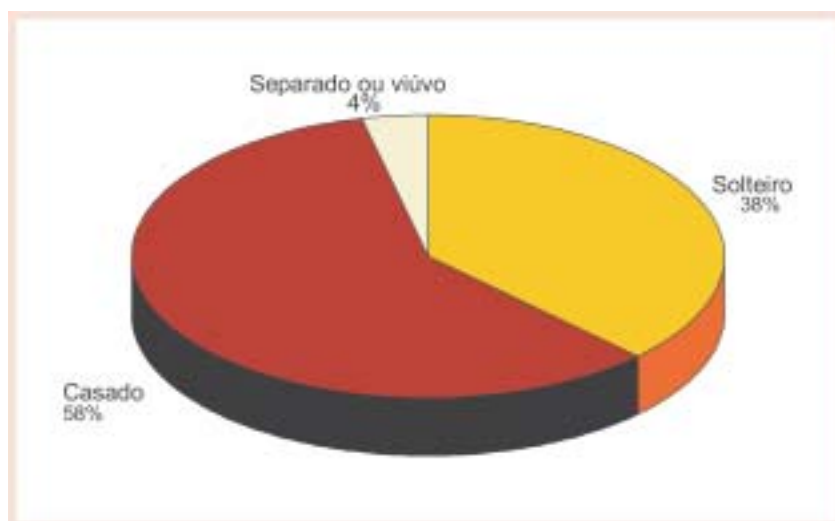
Estado conjugal da população - Área Urbana, 2002/2003 (%)



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Gráfico 11.2

Estado conjugal da população - Terra Indígena 2003 (%)



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

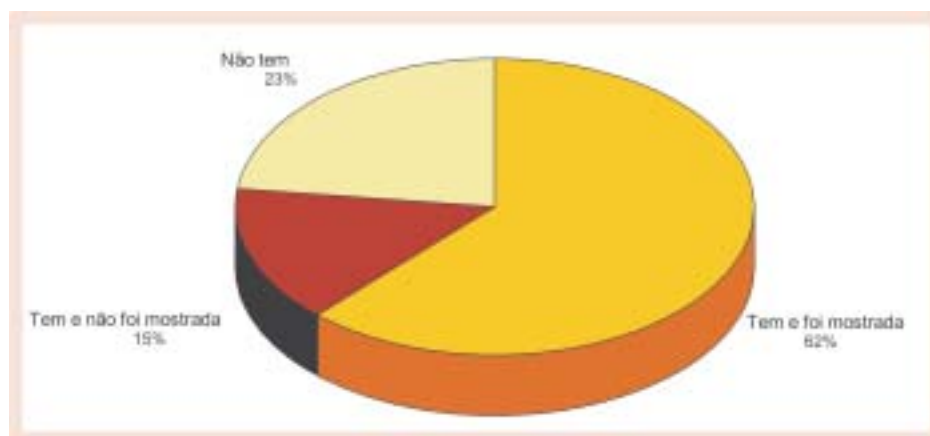
Nas áreas indígenas, apenas 37,5% da população maior de 10 anos de idade é solteira, sendo 58,9% constituída de casados e 3,6% de separados ou viúvos. Diferentemente dos Sateré-Mawé moradores das áreas urbanas, o tipo de união mais freqüente entre os que vivem nas áreas indígenas é o casamento tradicional indígena.

6.5 Registro Civil

Um entre cinco moradores Sateré-Mawé (20,8%) declararam não possuir certidão de nascimento. Nas áreas urbanas em que foi realizado o Diagnóstico Sócio-Demográfico, o grau de cobertura do Registro Civil é bem mais elevado que nas áreas indígenas. Nestas últimas, ele mal chega aos 77%, enquanto que naquelas ultrapassa os 96%, conforme mostram as figuras a seguir (Gráficos 12.1 e 12.2).

Gráfico 12.1

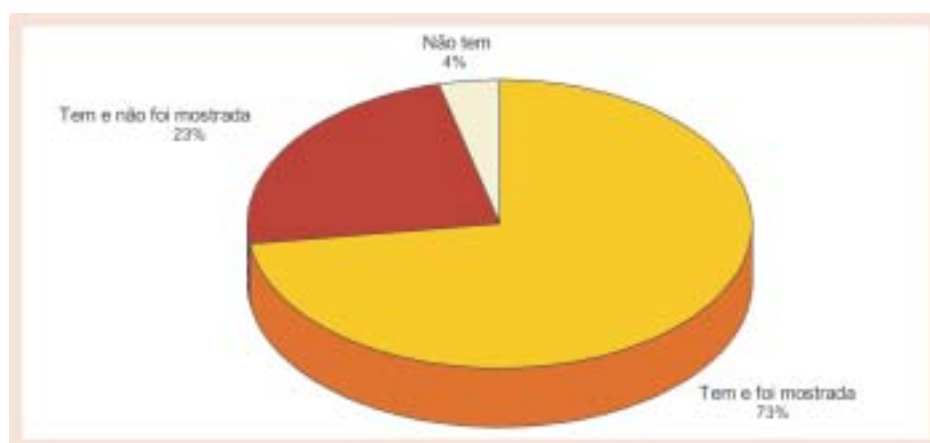
Moradores com ou sem certidão de nascimento (%) - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Gráfico 12.2

Moradores com ou sem certidão de nascimento (%) - Área urbana, 2002/2003 (%)



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nas áreas indígenas, as proporções de população com certidão de nascimento se elevam à medida que aumenta a idade. Nos grupos etários de 70 ou mais anos estas proporções atingem mais de 90%. Esta constatação se explica em razão da necessidade de posse desse documento para requerer os benefícios sociais da União, como aposentadorias e seguros-maternidade, por exemplo.

Entre as crianças menores de 1 ano, a pesquisa mostrou que 65,4% das que moram nas áreas urbanas possuem certidão de nascimento, ao passo que, entre as moradoras das áreas indígenas, apenas 34% são registradas. Esses dados mostram que há uma defasagem muito grande entre o grau de cobertura real, observado entre os Sateré-Mawé, e o ideal, que deveria indicar a cobertura de todas as crianças, sem exceção. Em especial, mesmo que haja relativamente mais crianças registradas nas cidades que nas áreas indígenas, a cobertura nas áreas urbanas está muito aquém do que poderia ser considerado razoável para esse índice, o que estaria a indicar dificuldades de acesso ao registro de nascimento pelas crianças Sateré-Mawé naquelas áreas.

6.6 Práticas Religiosas

Quanto às práticas religiosas, a maioria dos Sateré-Mawé declarou freqüentar igrejas católicas.

Nas áreas indígenas, concentra-se maior proporção daqueles que declararam praticar a religião católica, 64,0%. Nessa área de moradia 15,2% declararam freqüentar igrejas batistas, 9,3% as adventistas do 7º dia e 6,7% as assembléias de Deus. Os demais freqüentam outras religiões e, apenas 1,4% declararam não praticar nenhuma religião.

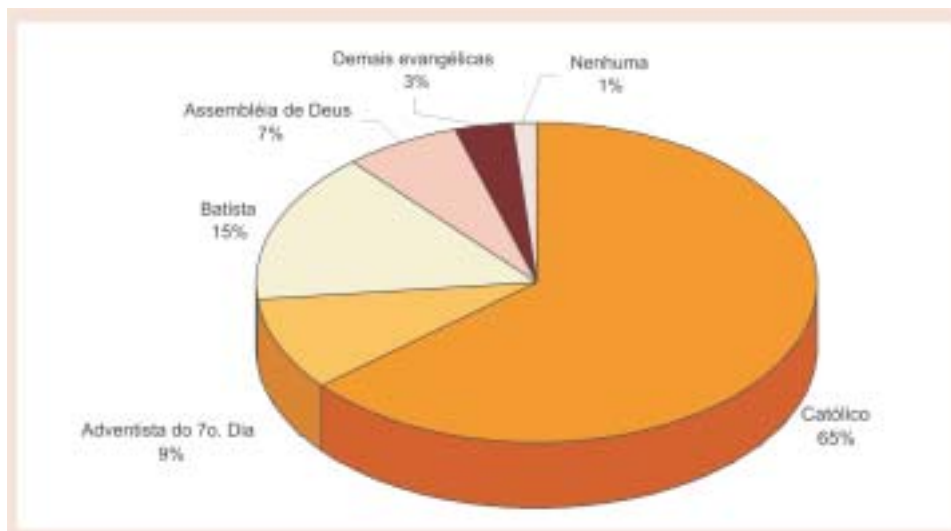
Entre os moradores das áreas urbanas, 56,5% freqüentam igrejas católicas, 28,0% os templos adventistas do 7º Dia, 4,7% as igrejas batistas e 7,8% uma série de outras seitas (Igrejas da paz, metodista, pentecostal, evangélica e Deus é amor). Vale destacar que somente 3,1% dos Sateré-Mawé moradores das cidades declararam não praticar nenhuma religião (Gráficos 13.1 e 13.2).

Área do rio Marau. Comunidade de Nova Aldeia



Gráfico 13.1

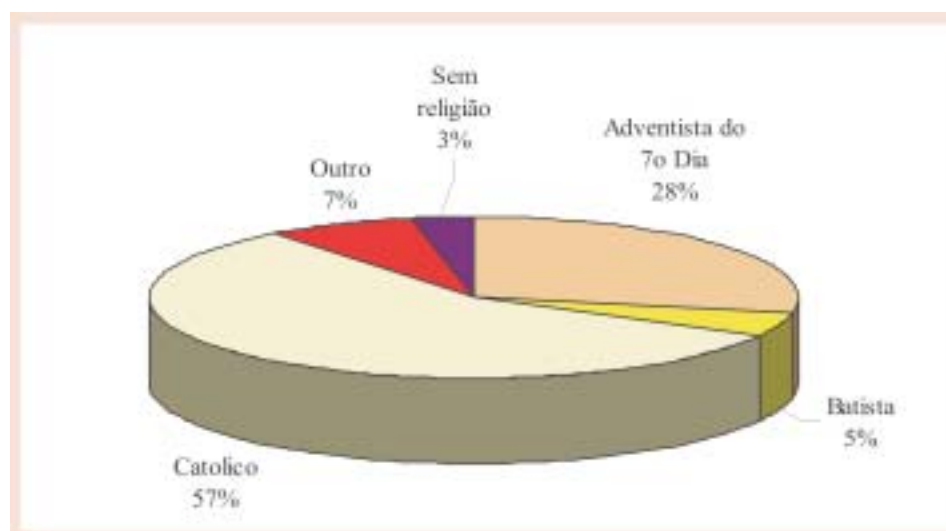
Culto religioso dos moradores de 10 anos ou mais de idade -
Terra Indígena, 2002/2003 (%)



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Gráfico 13.2

Culto religioso dos moradores de 10 anos ou mais de idade -
Área Urbana, 2002/2003 (%)



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

7. ATENÇÃO À SAÚDE DO POVO SATERÉ-MAWÉ

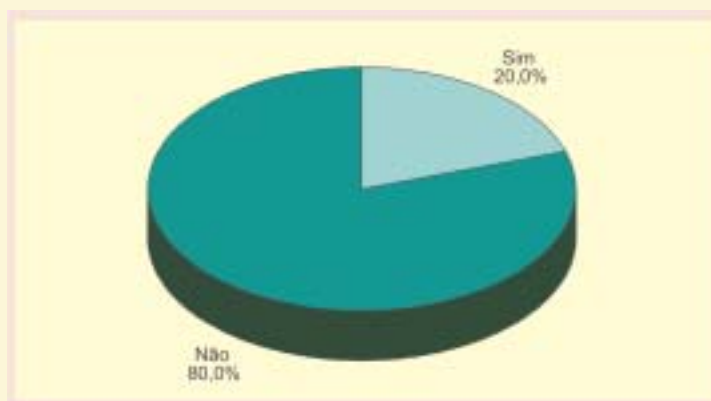


7.1 Atendimento à população residente em terras indígenas e nas áreas urbanas

Os dados abaixo se referem ao uso de serviços por pessoas residentes nas terras indígenas e nas áreas urbanas. Para fins desta pesquisa, o questionário foi dividido em duas partes, uma das quais aplicadas à população a partir de dez anos e a outra às crianças menores de 10 anos. Privilegiando sempre a ótica do usuário, o instrumento buscou avaliar a frequência, intensidade e formas de utilização dos serviços de saúde, estabelecendo uma série de questões que visavam a atingir essa finalidade. A primeira questão referente ao tema da saúde aparece no Gráfico 14, que expressa o número de pessoas que, em qualquer momento de suas vidas, usaram os serviços públicos de saúde. Segundo os usuários sateré-mawé, 80,0% do grupo nunca recorreram aos referidos serviços.

Gráfico 14

Pessoas que usaram serviço de saúde - Terra Indígena e Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

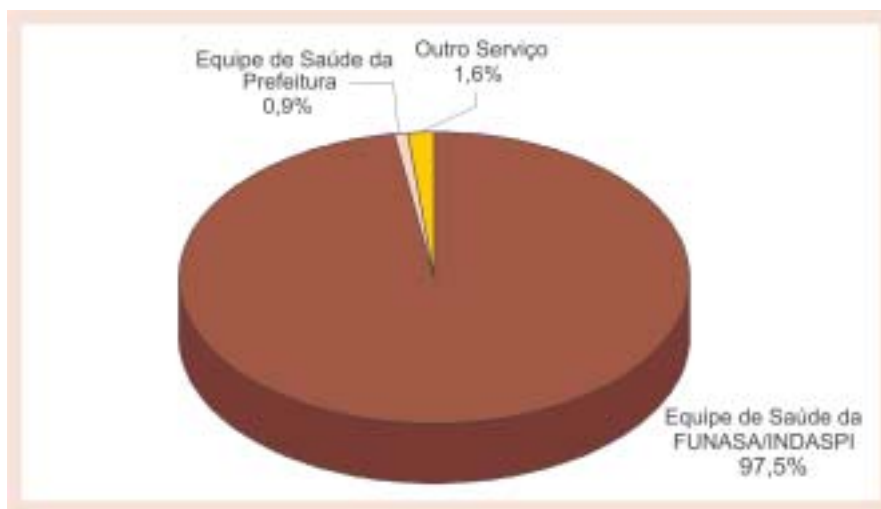
O uso dos serviços pela população infantil não difere significativamente daquele referido pela população adulta, já que 78,8% das crianças foram apontadas como não usuárias do sistema. Essa informação é um tanto surpreendente já que a população infantil costuma ser uma clientela assídua de uso dos serviços de saúde.

Passa-se, agora, a focar os 994 adultos e as 679 crianças, residentes nas áreas indígenas, que se declararam usuários dos serviços de saúde.

O atendimento à saúde da população indígena é realizado de forma departamentalizada, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), sob responsabilidade da FUNASA. Os serviços em cada DSEI ficam a cargo de instituições contratadas pela FUNASA (geralmente, organizações não-governamentais). Na Terra Indígena Andirá-Marau, os serviços são de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento de Atividades de Auto-Sustentação das Populações Indígenas (INDASPI), e nas do Koatá-Laranjal o atendimento é feito pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Os moradores indígenas das áreas urbanas recebem o atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Gráfico 15.1

Tipo de serviço de saúde utilizado pela população sateré-mawé - Área Indígena, 2003 (%)

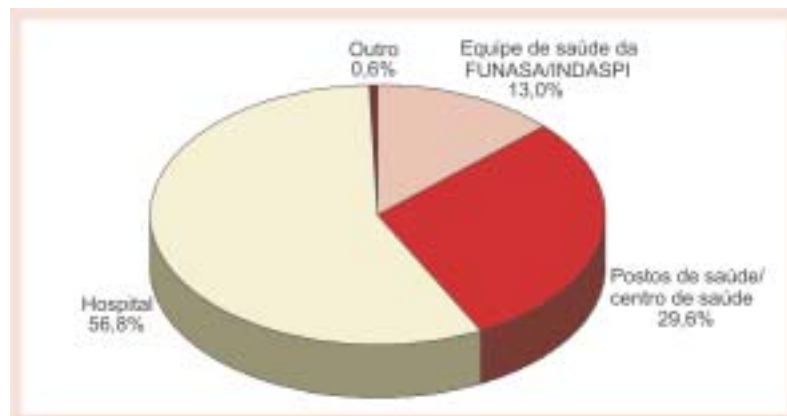


Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Com relação ao tipo de serviço de saúde utilizado pela população residente em áreas indígenas, as respostas indicam que a busca preferencial de atendimento é pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), já que eles vêm recorrendo aos serviços oferecidos pelo INDASPI. A busca de atendimento por outras instituições se mostra irrisória, porque o cuidado à saúde da população indígena das áreas mencionadas é realizado exclusivamente por aquela organização não-governamental. Somente quando essa população é transferida da terra indígena em busca de cuidados médicos ou, nas cidades, de atendimento médico por conta própria, é que outros serviços são utilizados, sejam eles da prefeitura ou do estado (centros de saúde e hospitais) ou particulares. Dessa forma, 97,5% dos residentes nas terras indígenas utilizam os serviços de saúde realizado pelo DSEI.

Gráfico 15.2

Tipo de serviço utilizado pela população sateré-mawé -
Área urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Para os moradores das áreas urbanas, os serviços à saúde utilizados são mais diversificados, como seria de se esperar, uma vez que a FUNASA não é responsável pelo atendimento dessa população. Assim, nas cidades pesquisadas, os serviços de saúde mais procurados foram os hospitais e postos/centros de saúde ligados ao SUS (86,4%).

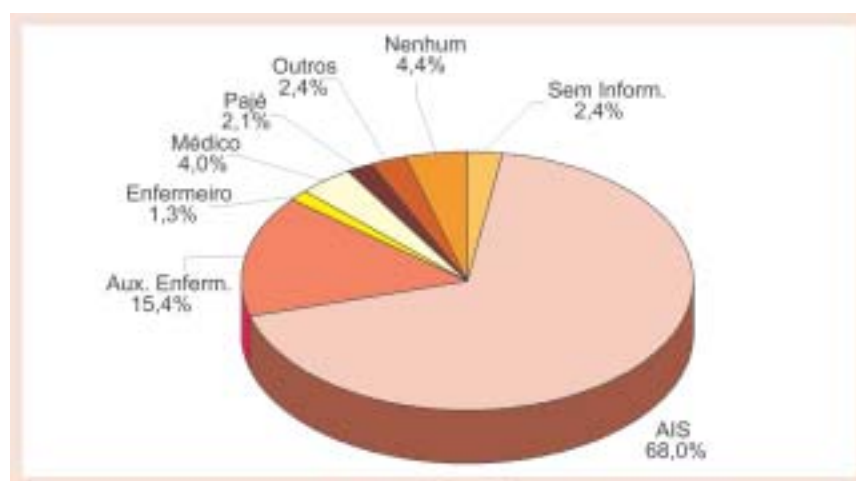
7.1.1 Atendimento prestado por agentes de saúde

Entre os entrevistados nas terras indígenas, 897 pessoas com 10 anos e mais e 640 crianças informaram que tiveram alguma doença no ano em que a pesquisa foi realizada (2003). Todo o restante da análise feita desse item (7.1) refere-se a essas pessoas.

No Gráfico 16, os Sateré-Mawé discriminam que tipo de profissional prestou o atendimento solicitado para os residentes nas áreas indígenas.

Gráfico 16

Tipo de profissional que fez o atendimento de saúde (%) - Área Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.



Área do rio Andirá.
Crianças residentes

No Gráfico 16, os Sateré-Mawé discriminam que tipo de profissional prestou o atendimento solicitado para os residentes nas áreas indígenas.

O atendimento mais referido é o do agente indígena de saúde (AIS), que foi apontado por 68% dos entrevistados como fonte da atenção recebida. Observa-se ainda a baixa frequência referida de atendimento por médico e enfermeiro, que juntos somaram apenas 5,3% do total de atendimentos, sendo que a maior proporção desses serviços foi feita pelo médico.

Também é digna de nota a baixa referência aos atendimentos por terapeutas tradicionais, lembrados por apenas por 3,7% dos entrevistados. Cabe indagar aqui se os Sateré-Mawé estão abandonando seus sistemas tradicionais de cura ou se não os referiram na entrevista, por considerarem que o termo “serviço de saúde” utilizado no inquérito se refere preferencialmente aos circuitos terapêuticos de base biomédica e não às estratégias tradicionais de cura e cuidados.

O atendimento de crianças confirma a tendência de apontar o agente indígena de saúde como a principal fonte de assistência à saúde, seguido pelo auxiliar de enfermagem. É digna de nota a baixa referência ao atendimento de enfermeiro (0,6%) e médico (1,6%) nesse grupo etário, uma vez que esses profissionais são preferencialmente demandados no cuidado à saúde infantil.

7.1.2 Considerações sobre a percepção de atendimento manifestada pelos Sateré-Mawé

Na óptica do usuário sateré-mawé, e provavelmente dos profissionais de saúde que o atendem, existe uma forte associação entre atendimento de saúde e prescrição de medicamentos, uma vez que 93% das pessoas atendidas referem ter recebido medicamentos em decorrência do atendimento.

Tabela 3

Terras Indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal e Área Urbana Número de atendimentos que geraram prescrição de medicação em pessoas com mais de 10 anos de idade - 2003

Condição de ter ou não gerado prescrição de medicação	Terra Indígena		Área Urbana	
	Número de Pessoas	Percentual	Número de Pessoas	Percentual
Sim	844	94,1	117	83,0
Não	53	5,9	24	17,0
Total	897	100,0	141	100,0

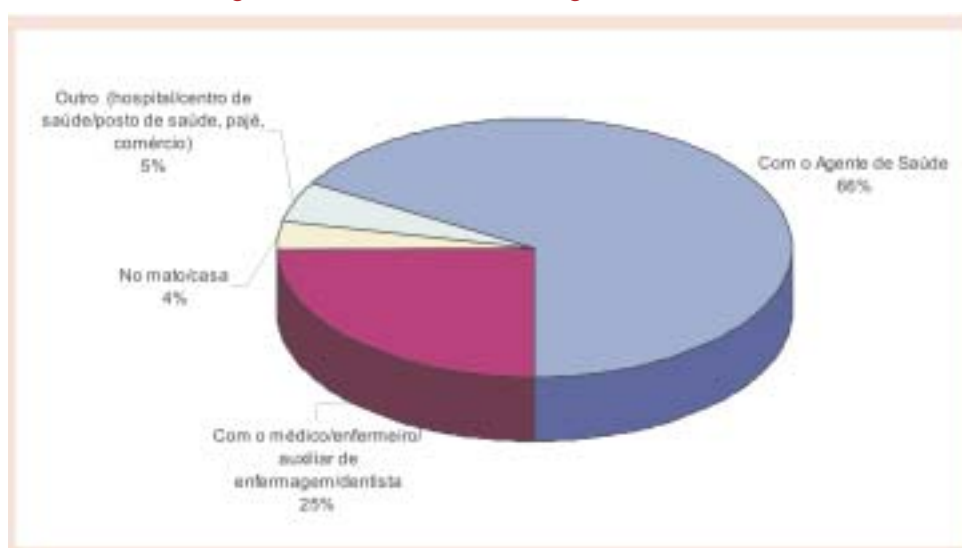
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

A proporção de crianças que receberam prescrições medicamentosas é ainda maior do que a dos adultos na mesma condição. Pode-se afirmar sem dúvida que a percepção dos Sateré-Mawé sobre o atendimento em saúde está estreitamente vinculada ao medicamento, desconsiderando ou desvalorizando outros tipos de cuidados ofertados nos serviços.

As fontes de obtenção de medicamentos estão dispostas no Gráfico 17, no qual se observa que o agente indígena de saúde é responsável por 66% dos remédios prescritos para o doente sateré-mawé residente nas terras indígenas, que obteve atendimento em serviço de saúde. Esse é um dado congruente com a informação do Gráfico 16, no qual o agente indígena de saúde surge como responsável por 68% da atenção realizada na área indígena.

Gráfico 17

Local onde conseguiu o remédio - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Ainda no Gráfico 17, observa-se que 4% das formas de auto-cuidado são fontes de prescrição de medicamentos, em contraponto com a atenção médico-hospitalar que foi responsável por 7,6% das prescrições, e do pessoal de enfermagem de nível médio, que contribuíram com 16,9%.

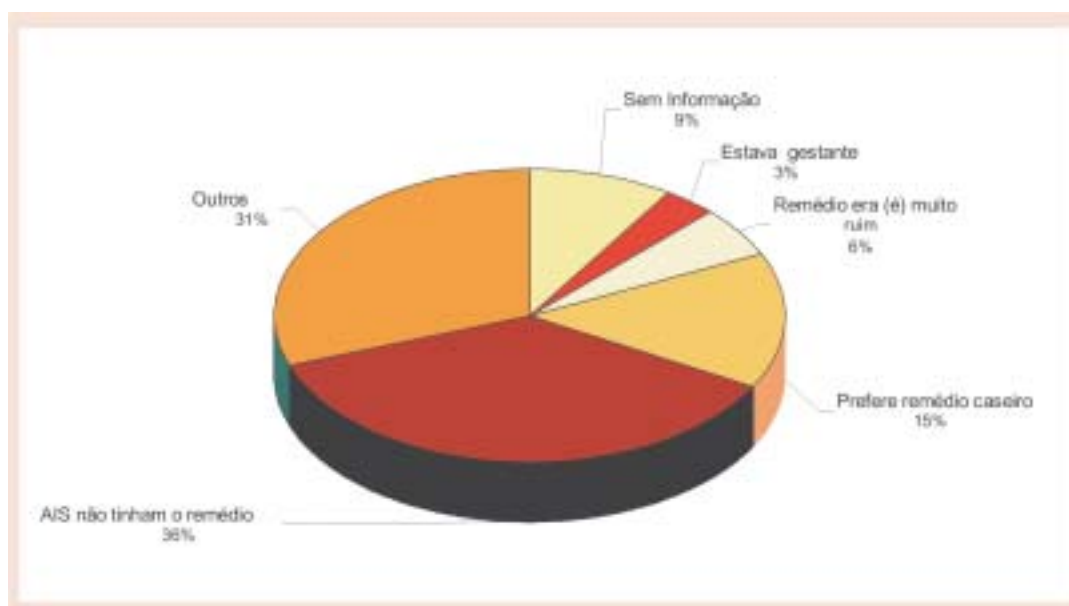
Tais proporções são indicativas não apenas de uma forte medicalização da atenção, mas também de uma tímida participação médica na provisão dos remédios, da grande circulação de medicamentos em mãos de pessoas não habilitadas para prescrevê-los e uma proeminência indevida do Agente de Saúde nessas prescrições. Obviamente tais inferências exigiriam aprofundamento da investigação para equacionar o problema; porém, a perspectiva do usuário do serviço deve ser vista como um componente intrínseco à avaliação da atenção e as informações disponíveis nesse plano são bastante explícitas dessa tendência medicalizante do subsistema de saúde indígena.

Dentre os residentes nas terras indígenas que receberam medicamentos na consulta, 80 deles não tomaram o remédio prescrito. As razões para a recusa estão dispostas no Gráfico 18.

Dentre os residentes nas terras indígenas que receberam medicamentos na consulta, 80 deles não tomaram o remédio prescrito. As razões para a recusa estão dispostas no Gráfico 18.

Gráfico 18

Motivos para não tomar os remédios prescritos (%) - Terra indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Aqui, igualmente, o agente indígena de saúde é a figura central da análise. Dos motivos referidos para não tomar o medicamento, observa-se a maioria (36%) se deveu à não disponibilidade do remédio em mãos do agente de saúde. As razões efetivamente ligadas à recusa se situam num percentual muito mais baixo. Tais variáveis corroboram o indicativo de que o agente indígena de saúde representa, para os sateré-mawé, a principal figura no suprimento de cuidados na atenção a saúde.

7.1.3 Encaminhamentos de doentes para unidades de saúde fora das aldeias



Os passos seguintes do inquérito analisam o encaminhamento de doentes para unidades de saúde localizadas fora das aldeias. Idealmente esses encaminhamentos deveriam ocorrer em casos de doença cuja gravidade exige atendimento especializado, que ultrapassem a resolubilidade do Distrito Sanitário.

Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. Criança residente.

Tabela 4

Terras Indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal
Residentes com 10 anos e mais de idade encaminhadas para tratamento fora da terra indígena - 2003

Encaminhado p/tratamento fora da aldeia	Terra Indígena	
	Número de Pessoas	Percentual
Sim	278	31,4
Não	619	65,3
Total	897	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Do total de doentes atendidos, 65,3% informam que o tratamento recebido não demandou encaminhamento para fora da aldeia. Em relação a esse dado, quando somado às informações anteriores em que o trabalho do agente de saúde surge como o mais freqüente, pode-se dizer que esse membro da equipe do DSEI representa, para os entrevistados, não apenas o profissional de linha de frente no atendimento da população, mas também o detentor dos medicamentos e de um alto potencial de resolução de problemas de saúde que acometem a população residente em área indígena.

Cabe questionar se essa resolubilidade se deve à intervenção do agente ou se está lidando com agravos passageiros que se resolveriam com ou sem a intervenção do serviço de saúde. Porém um raciocínio conclusivo só seria obtido através do estudo do perfil epidemiológico da população Sateré-Mawé.

Tabela 5

Terras Indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal
Residentes com 10 anos e mais de idade segundo as dificuldades em conseguir transporte para referência quando estavam doentes - 2003

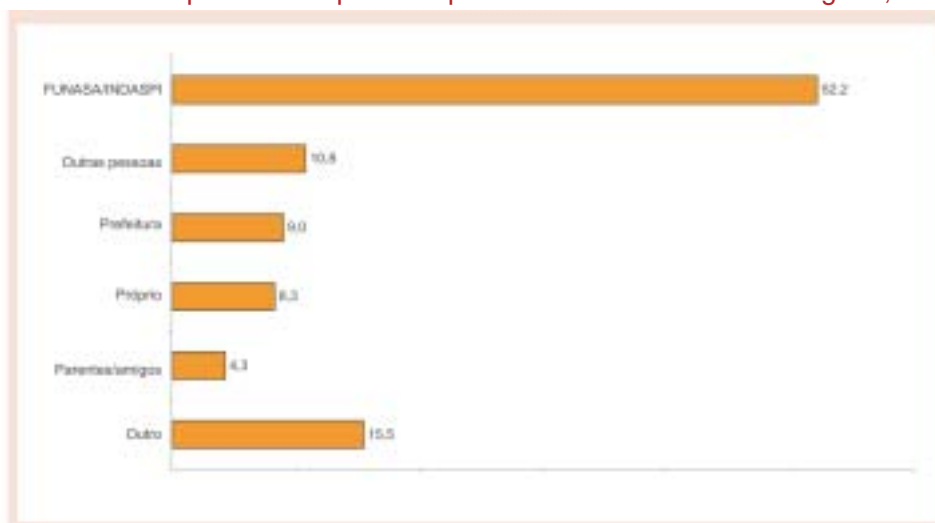
Dificuldade em conseguir transporte	TERRA INDÍGENA	
	Número de Pessoas	Percentual
Sim	102	30,3
Não	235	69,7
Total	337	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Os meios para o encaminhamento de doentes para a cidade costumam ser supridos pelo DSEI e, na Tabela 5, observa-se que 69% dos 337 entrevistados que responderam a essa questão não tiveram dificuldade em obter transporte por ocasião da doença.

Gráfico 19

Meios utilizados para o transporte de pessoas doentes - Terra Indígena, 2003

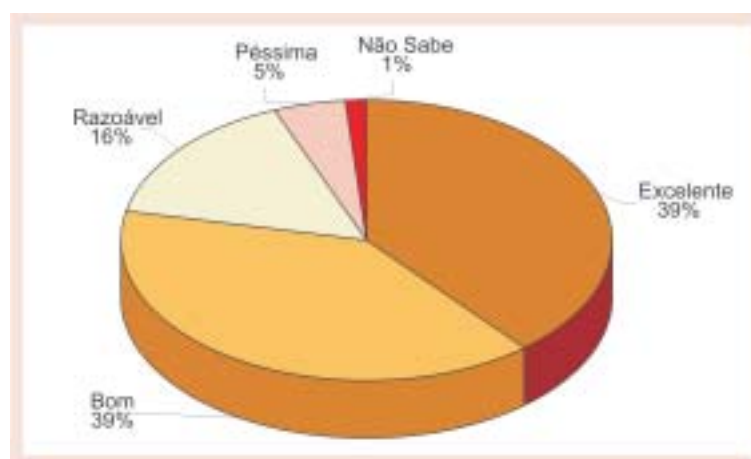


Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Os meios de transporte para remoção são majoritariamente oriundos de órgãos públicos (62,3%), sendo observada a menor contribuição de recursos próprios das comunidades, que não ultrapassaram os 23,4% das memórias dos entrevistados sobre o tema.

Gráfico 20

Grau de satisfação com o atendimento de saúde nas cidades - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

De modo geral, observa-se que o usuário sateré-mawé está satisfeito com o atendimento recebido nos serviços de saúde fora da aldeia, já que 78,4% das remoções foram classificadas entre bom e excelente e apenas 4,7% foram referidas como péssima.

Essa percepção do usuário deve ser matizada, pois essas 337 pessoas representam 30% do total de entrevistados que referiram ter recebido atendimento no serviço de saúde. Em termos técnicos, um serviço que encaminha 30% de sua clientela para outros

estabelecimentos tem importantes falhas de resolubilidade. Tal proporção é compatível com a organização de serviços encontrada, fortemente apoiada no trabalho do agente indígena de saúde, cuja capacidade resolutiva dos agravos é, sem dúvida, restrita.

7.2 Atenção à saúde Sateré-Mawé na área urbana

A questão referente à manifestação de algum problema de saúde no último mês para os residentes em áreas urbanas foi respondida por 984 dos 998 entrevistados (Tabela 6). Destes, 203 (20,6%) afirmaram ter estado doentes no último mês, enquanto a maioria, 776 (78,9%) afirmou que não.

Tabela 6

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes segundo doença contraída no mês anterior à data em que foram entrevistados - 2002/2003

Contraiu doença no último mês	Número de Pessoas	Percentual
Sim	203	20,6
Não	776	78,9
Não sabe	5	0,5
Total	984	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Ao serem indagados sobre qual doença os havia acometido, os entrevistados, que referiram adoecimento no período, informaram uma grande variedade de sinais e sintomas isolados ou associados entre si. O fato de a pergunta ser aberta, isto é, admitir uma infinidade de respostas, dificulta o tratamento dos dados, que ainda devem ser analisados sob o ponto de vista da representação do entrevistado sobre a categoria doença. Uma vez tendo caracterizado o agravo referido será necessário, ainda, agregá-los por grupos de causa.

Apesar da Tabela 7 mostrar que 173 pessoas (85,2% das que ficaram doentes) afirmaram ter precisado tomar remédio, em virtude da doença, enquanto apenas 14,8% ou 30 pessoas afirmaram que não, a gravidade do problema de saúde relatado não pode ser inferida, devido à possibilidade de a população estar

Área do rio Andirá. Comunidade de Castanhal.
Coordenador da pesquisa (Pery Teixeira) e o Tuchaua geral (Zuzu) presenciando o professor indígena (Esmael) entrevistando o Tuchaua da comunidade, Amado (está tecendo a palha).



associando o uso do medicamento a uma necessidade inerente ao ato da consulta e não necessariamente ao grau de sofrimento que decorre do adoecimento. O padrão da resposta poderia, então, estar relacionado a uma medicalização excessiva perfeitamente esperada, levando-se em conta a perspectiva cultural do povo Sateré-Mawé.

Tabela 7

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes que precisaram tomar medicação quando se encontravam doentes - 2002/2003

Precisou tomar medicação	Número de Pessoas	Percentual
Sim	173	85,2
Não	30	14,8
Total	203	100,0

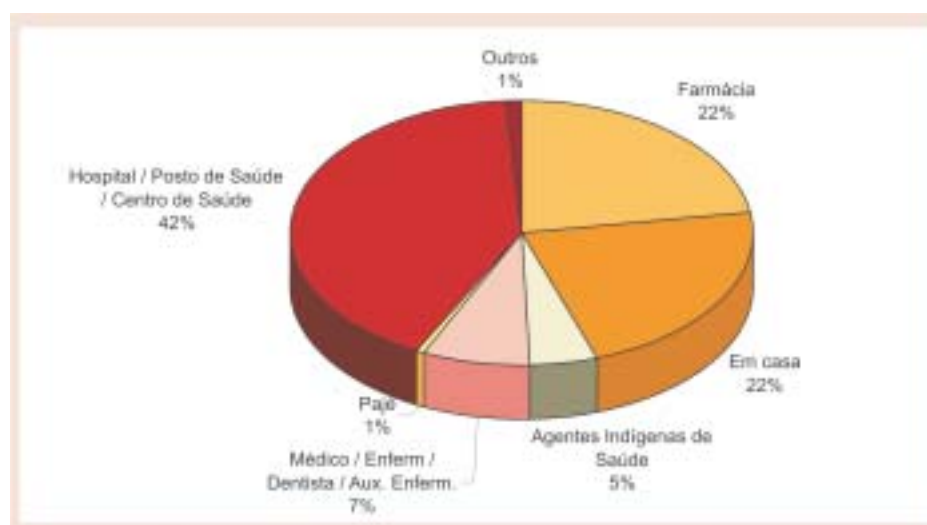
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

7.3 Considerações sobre a origem da medicação utilizada

Ao informarem sobre a origem da medicação utilizada, de acordo com o Gráfico 21, 48,6% (84 pessoas) afirmam que obtiveram o remédio através de serviços ou profissionais de saúde, enquanto 44,5 % (77 pessoas) obtiveram diretamente na farmácia ou na própria casa. Essa situação denota o acesso facilitado e um provável consumo exagerado de remédios devido à auto-medicação, que pode ser induzida tanto pelos balconistas quanto pelos hábitos familiares.

Gráfico 21

Residentes que precisaram tomar medicamentos por procedência do remédio usado - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

A auto-medicação precisa ser avaliada como um dado relevante, sendo coerente com o fato de que quase a metade dos moradores urbanos que ficaram doentes no mês anterior ao levantamento declararam que não procuraram os serviços de saúde (Tabela 8).

Tabela 8

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes que precisaram utilizar o serviço de saúde devido a terem
adoecido no mês anterior à data em que foram entrevistados - 2002/2003

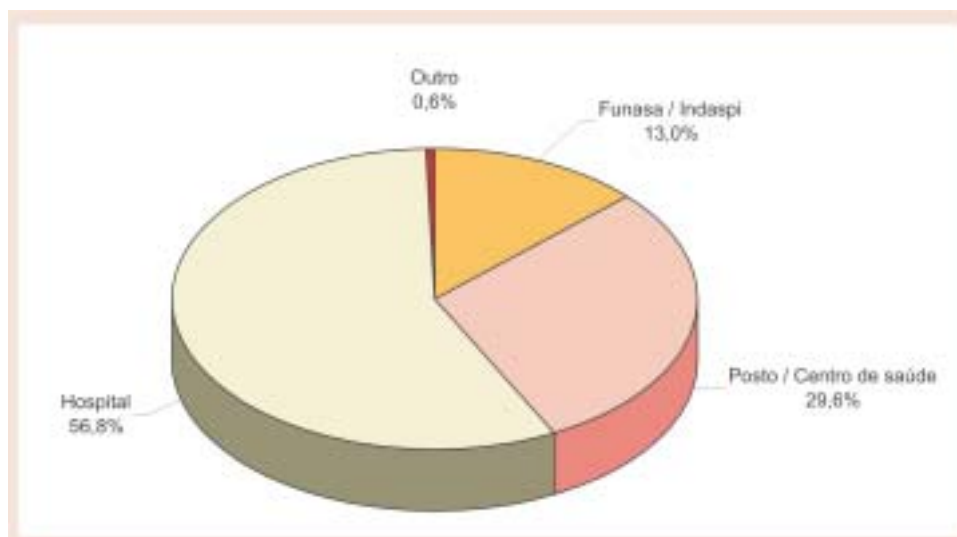
Resposta	Número de Pessoas	Percentual
Sim	107	85,2
Não	95	14,8
Total	202	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Fica evidente, pelo tipo de serviços utilizados com maior frequência (Gráfico 22), que os pacientes deveriam estar adequadamente orientados, pois o hospital respondeu por 56,8% dos atendimentos dos que declararam doença, seguido do Posto/Centro de Saúde com 29% dos atendimentos e da FUNASA/INDASPI, com 13% dos atendimentos. Observa-se que na população sateré-mawé da área urbana, a utilização maior é de Unidade mista e Centro de saúde, já que não há cobertura da ONG conveniada com os índios urbanos.

Gráfico 22

Residentes que usaram o serviço de saúde quando ficaram doentes - Área urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Conclui-se que, se os serviços mais utilizados contam com profissionais habilitados ao atendimento, os pacientes não deveriam estar buscando formas alternativas de orientação quanto à medicação.

7.4 Análise da percepção da População Sateré-Mawé sobre AIDS em área urbana

A pesquisa indagou ainda aos moradores das cidades sobre sua percepção e seu nível de conhecimento sobre a problemática da AIDS (Tabela 9), acerca da qual se conclui que 90,6%, ou seja, uma ampla maioria da População Sateré-Mawé das áreas urbanas, já ouviu falar sobre a doença.

Tabela 9

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes com 10 anos e mais de idade segundo estarem ou não informados sobre a AIDS - 2002/2003

Está informado sobre a AIDS	Número de Pessoas	Percentual
Sim	600	90,6
Não	62	9,4
Total	662	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Dentre as fontes de informações identificadas sobre AIDS (Gráfico 23), a escola aparece com destaque, citada por 51,2% dos entrevistados que afirmaram conhecer a doença. Outras fontes indicadas foram a televisão, com 18,3%, os agentes indígenas de saúde com 10,3%, seguidas dos médicos/enfermeiros com 6,8%, amigos e vizinhos com 6,3, folhetos/cartazes com 5,5, rádio com 1,2% e Igreja com 0,3%.

O papel da escola na difusão do conhecimento sobre a doença contrasta com a conduta da Igreja, que se opõe ao uso de contraceptivos e, portanto, deixa de contribuir com informação que poderia diminuir a vulnerabilidade social. Da mesma forma, os dados mostram a importância

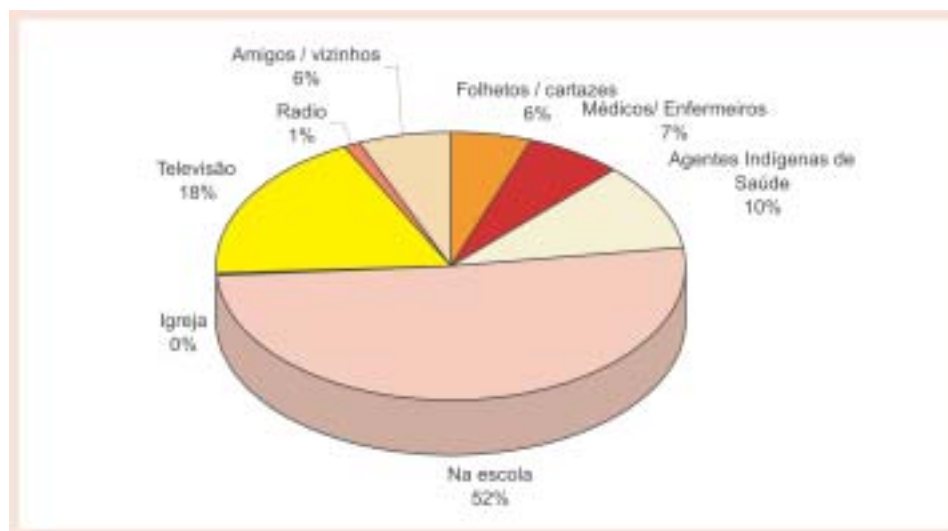
dos agentes indígenas de saúde (10,3%) em relação aos médicos e enfermeiros (6,8%), no que diz respeito à orientação preventiva.



Área do rio Marau.
Comunidade de Nova Aldeia.
Porto da comunidade.
Representante da FEPI,
Sineide Cosme.

Gráfico 23

Fontes de informação declarada sobre AIDS - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Ao serem indagados sobre o conhecimento de alguém que tenha o vírus da AIDS ou que tenha morrido em consequência da doença (Tabela 10), 27% responderam afirmativamente, o que representa um valor elevado. Este fato poderia ser explicado pela circulação e relativo volume de informação disponível sobre o problema, que poderia estar determinando uma postura mais vigilante sobre o agravo.

Tabela 10

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes com 10 anos e mais segundo o conhecimento sobre alguém morto por AIDS - 2002/2003

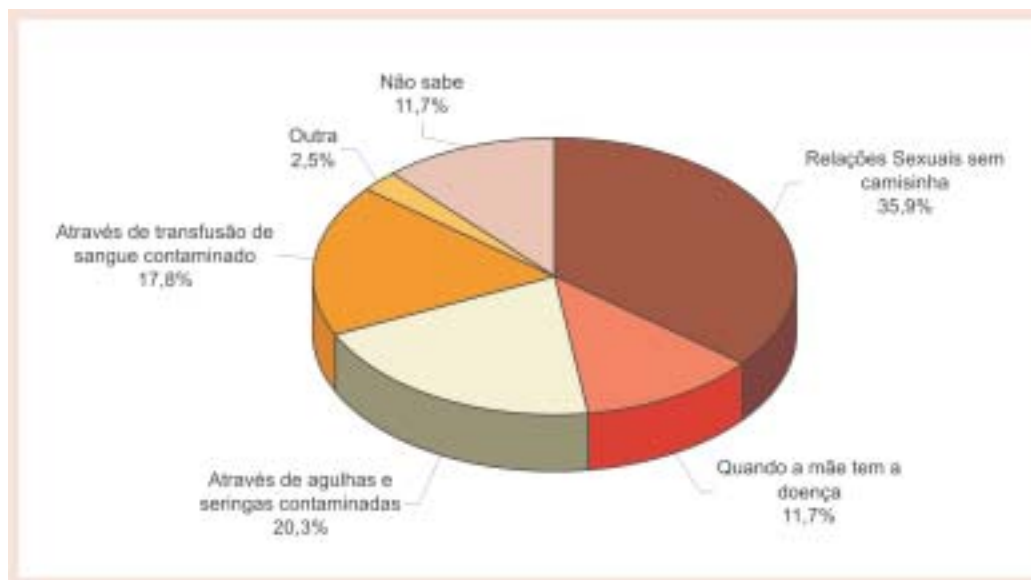
Conhece alguém que morreu de AIDS	Número de Pessoas	Percentual
Sem resposta	3	0,5
Sim	162	27,0
Não	435	72,5
Total	600	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

O nível de informação sobre como se transmite a doença (Gráfico 24) reforça a possibilidade da adoção de conduta vigilante por parte da população urbana sateré-mawé. As relações sexuais sem camisinha foram citadas 432 vezes, ou seja, em 35,9% das respostas. Sobre outras possibilidades, 20% das respostas se referem à transmissão por seringas e agulhas, 12% à transmissão vertical e 18% à transmissão através da transfusão de sangue.

Gráfico 24

Conhecimento sobre como se transmite AIDS - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nota: A pergunta feita aos entrevistados permitia mais de uma opção resposta; daí, o total da frequência (1202) ser superior ao número de respondentes (600).

O entendimento sobre a dinâmica da doença aparece no conteúdo da resposta sobre a possibilidade de o portador do HIV parecer sadio (Tabela 11). Dos 600 entrevistados, a grande maioria, 73,8%, referiu estar informada dessa possibilidade.

Tabela 11

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes com 10 anos e mais de idade segundo o conhecimento sobre a existência de algum portador do vírus da AIDS - 2002/2003

Conhece portador de vírus da AIDS	Número de Pessoas	Percentual
Sim	443	73,8
Não	89	14,8
Não sabe	68	11,3
Total	600	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Quanto à transmissão vertical (Tabela 11), o nível de conhecimento também se mostrou bastante elevado, com 91,8% dos informantes afirmando que conhecem a possibilidade da mãe portadora transmitir a doença ao filho durante a gestação.

Tabela 12

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes com 10 anos e mais de idade segundo o conhecimento sobre a transmissão vertical da AIDS - 2002/2003

Tem conhecimento sobre transmissão vertical da AIDS	Número de Pessoas	Percentual
Sim	551	91,8
Não	17	2,8
Não sabe	32	5,3
Total	600	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Quando indagado sobre o que se deveria fazer para se evitar a AIDS (Tabela 13), 65% dos Sateré-Mawé revelaram conhecer a informação de que o uso de preservativo é indicado para prevenir a doença. Ressalte-se que apenas 10,3% disseram não saber nada sobre o assunto.

Tabela 13

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte
Residentes com 10 anos e mais de idade segundo o conhecimento sobre a prevenção contra a AIDS - 2002/2003

Tem conhecimento sobre a prevenção contra a AIDS	Nº de Pessoas	Percentual
Não ter relações sexuais	34	5,7
Evitar a troca de parceiros	35	5,8
Usar camisinha	392	65,3
Estar informado	72	12,0
Outros	5	0,8
Não sabe	62	10,3
Total	600	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Com relação à existência de remédio para tratar o doente de AIDS, 72,7% dos entrevistados afirmaram não conhecer os medicamentos. A frequência dos que afirmaram saber dessa possibilidade foi de 26,7%, que pode ser considerado uma proporção elevada.

Tabela 14

Cidades de Parintins, Maués, Barreirinha e Nova Olinda do Norte - Residentes com 10 anos e mais de idade segundo o conhecimento sobre o tratamento da AIDS - 2002/2003

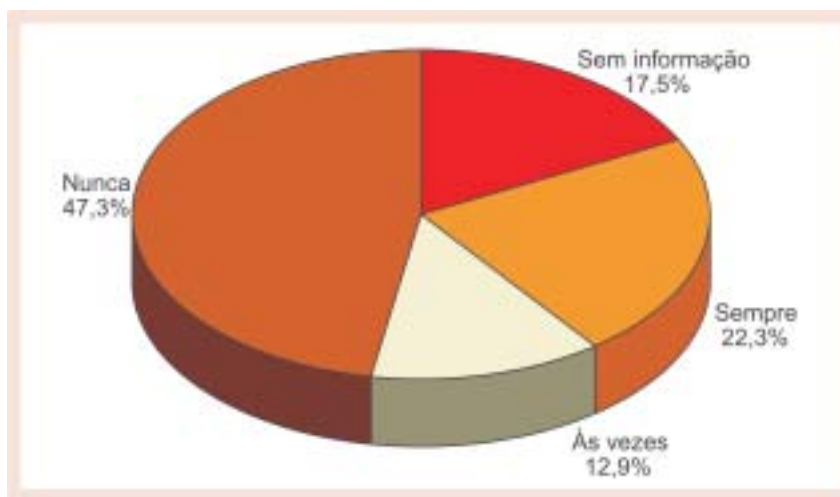
Tem conhecimento sobre o tratamento da AIDS	Número de Pessoas	Percentual
Sem informação	4	0,67
Sim	160	26,7
Não	436	72,7
Total	600	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Finalmente, indagou-se aos entrevistados sobre o uso de preservativos, por parte deles e de suas/seus parceiras/os, ao que 45% afirmaram que nunca usaram e 12% afirmam que apenas às vezes usam. Esta questão mostra a incongruência entre o conhecimento, atitudes e práticas, além de evidenciar o volume de expostos que informaram que nunca utilizaram e que deveriam ser foco de atenção.

Gráfico 25

Uso de camisinha pelos residentes e suas(seus) parceiros - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

7.5 Saúde reprodutiva da população sateré-mawé

O Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo contempla informações sobre saúde reprodutiva das mulheres sateré-mawé residentes nas terras indígenas e nas cidades de Parintins, Barreirinha, Maués e Nova Olinda do Norte.

Como já foi observado (ver Item 6.1.1, no capítulo anterior), a população sateré-mawé comporta uma grande proporção de jovens, o que exerce decisiva influência na saúde reprodutiva do grupo. As mulheres perfazem 4.215 pessoas (ou 49,2% da população), em contraponto aos homens que respondem por 50,8% (ou 4.285 indivíduos) dos membros do grupo. A distribuição de mulheres por grupo etário (Tabela 15) evidencia que aproximadamente a metade delas, seja na área urbana, ou nas terras indígenas, está em idade reprodutiva, o que tem influência nas taxas de fecundidade e natalidade do grupo.

Tabela 15

Terra Indígena e área urbana

População Feminina por grupo etário, 2002/2003

Grupo Etário	Terra Indígena		Área urbana	
	Número de Pessoas	Percentual	Número de Pessoas	Percentual
0 a 4	839	22,7	82	15,7
5 a 9	659	17,9	86	16,5
10 a 14	477	12,9	72	13,8
15 a 19	343	9,3	80	5,4
20 a 24	320	8,7	40	7,7
25 a 29	247	6,7	33	6,3
30 a 34	188	5,1	27	5,2
35 a 39	133	3,6	18	3,5
40 a 44	96	2,6	15	2,9
45 a 49	40	1,1	16	3,1
50 a 54	42	1,1	8	1,5
55 a 59	74	2,0	8	1,7
60 a 64	90	2,4	9	1,7
65 a 69	35	0,9	8	1,5
70 a 74	12	0,3	4	0,8
75 a 79	36	1,0	7	1,3
80 a 84	37	1,0	4	0,8
85 a 89	13	0,4	1	0,2
90 a 94	8	0,2	2	0,4
95 a 99	2	0,1	-	-
Total	3691	100,0	521	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. Crianças residentes.

Nas terras indígenas, 376 mulheres declararam que tiveram filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses. Na área urbana, o número correspondente de mulheres é de 28. Do primeiro grupo, 374 tiveram uma criança e duas tiveram dois filhos. Na área urbana, cada mulher teve apenas um filho.

Tabela 16

Terras Indígenas e área urbana

Número de Filhos tidos por Mulheres de 10 a 49 anos de idade nos últimos 12 meses, 2002/2003

Filho Tidos	Terra Indígena		Área urbana	
	Número de Pessoas	Percentual	Número de Pessoas	Percentual
1 filho	374	99,5	28	100,0
2 filhos	2	0,5	-	-
Total	376	100,0	28	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

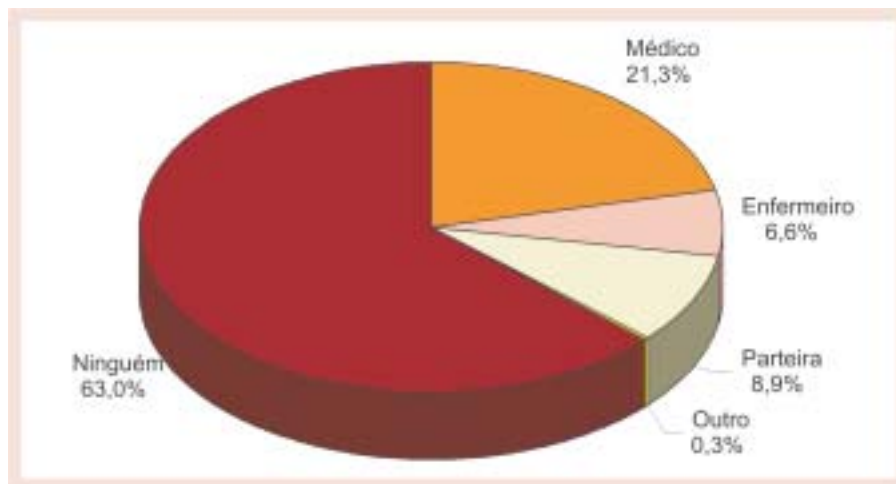
7.6 Cobertura dos serviços segundo a óptica do usuário

Os próximos gráficos e tabelas prestam-se à avaliação da cobertura dos serviços de saúde, a partir da ótica do usuário. Para este fim as 381 mulheres residentes nas terras indígenas e 28 urbanas que tiveram filhos nos últimos 12 meses foram interrogadas sobre o tipo de atendimento recebido na última gravidez, definindo-se como variável o tipo de profissional¹⁸ que prestou o serviço. Os resultados correspondentes encontram-se nos Gráficos 26.1 e 26.2.

¹⁸ Para fins dessa discussão convencionamos que a variável profissional de saúde se estende apenas a médico, enfermeiro, cirurgião-dentista e auxiliar de enfermagem. Parteira e Agente Indígena de Saúde não foram incluídos porque na área Sateré-Mawé as parteiras são terapeutas tradicionais, cujas práticas sanitárias são pautadas por lógicas distintas daquelas preconizadas pelo subsistema de saúde indígena. A exclusão dos agentes indígenas de saúde foi feita porque seu treinamento não contempla, rotineiramente, a atenção ao pré-natal e suas intervenções são voltadas para outros campos da atenção à saúde.

Gráfico 26.1

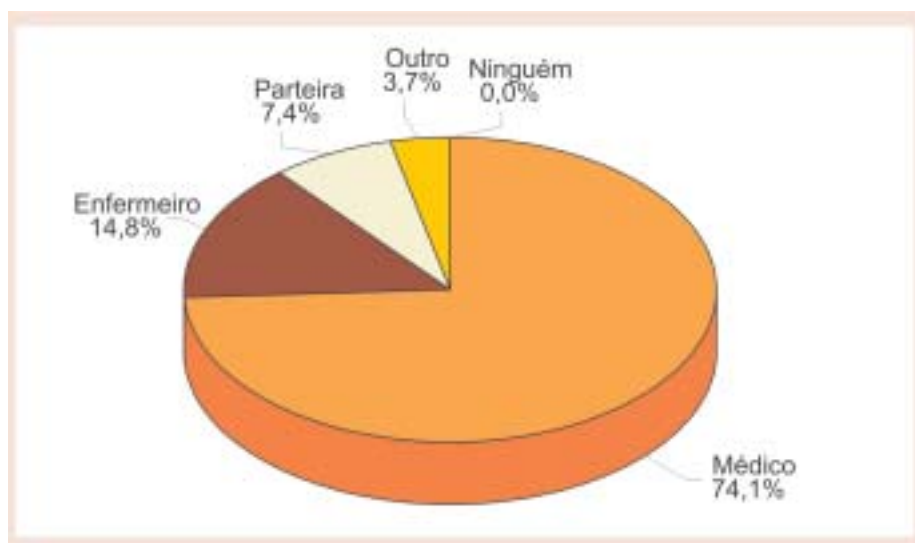
Mulheres em idade reprodutiva segundo o tipo de atendimento obtido na última gravidez - Terra indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 26.2

Mulheres em idade reprodutiva segundo o tipo de atendimento obtido na última gravidez - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

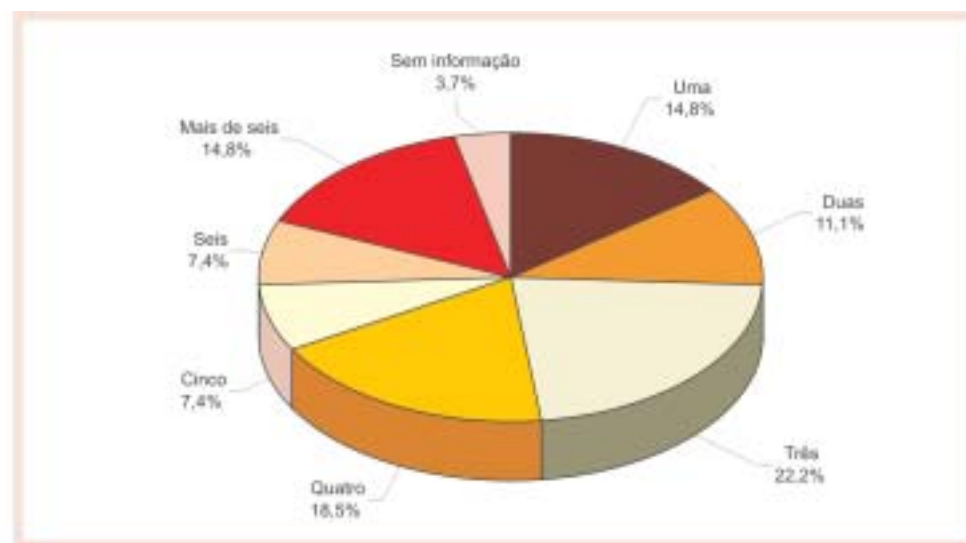
Nas áreas urbanas, não cobertas pelo DSEI, todas as mulheres entrevistadas alegaram ter recebido algum tipo de atendimento durante a gravidez, sendo que 74,1% das grávidas tiveram atendimento médico e 14,8% de enfermeiro. Somando-se o atendimento dos dois tipos de profissional, observa-se uma cobertura de 88,9% das grávidas por profissionais habilitados, ao passo que no DSEI essa cobertura não chegou a 28%. Nas terras indígenas, as mulheres que alegaram não ter tido nenhum tipo de atendimento atingiram 63% do total.

Pode-se ponderar que as grávidas da área urbana representam uma população muito pequena, mais fácil de atender e de escassa significância estatística, mas cabe lembrar, também, que elas não dispõem de um subsistema específico para atenção à sua saúde e que disputam com mulheres não-indígenas as vagas na fila de consultas do pré-natal.

Às mulheres que receberam consultas na gravidez, perguntou-se o número de consultas prestadas; as respostas foram sistematizadas nos Gráficos 27.1 e 27.2.

Gráfico 27.1

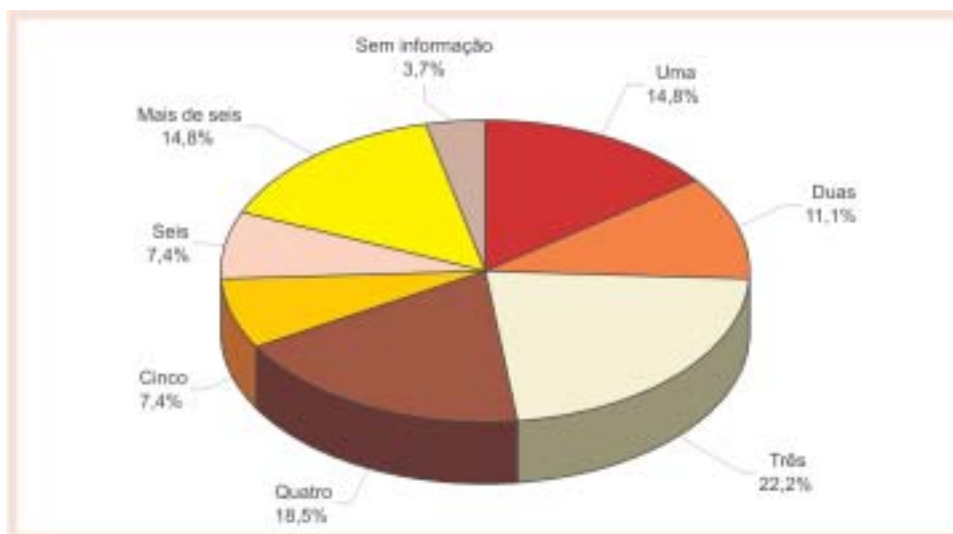
Mulheres em idade reprodutiva segundo o número de consultas feitas durante a última gravidez - Terra indígena, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 27.2

Mulheres em idade reprodutiva segundo o número de caonsultas feitas durante a última gravidez - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Os gráficos expressam a resposta de 141 mulheres residentes em terras indígenas e 28 urbanas, ou seja, aquelas que receberam consultas de algum tipo na última gravidez, lembrando-se que o número de mulheres residentes nas terras indígenas que tiveram partos nos últimos 12 meses é de 381 e, desse número, 240 não constam no gráfico anterior, por não terem recebido qualquer atenção pré-natal. Isso não se aplica às mulheres urbanizadas, porque 100% delas recebeu algum tipo de atendimento no período.

Das 141 atendidas nas terras indígenas, apenas 9 (6,3% do total de consultadas) receberam um número de consultas próximo àquele recomendado (acima de 4 consultas por gravidez) pelas normas do programa de saúde da mulher. Quando comparado à população total de mulheres que tiveram filhos nos últimos 12 meses (381 mulheres) o percentual das que receberam acima de 4 consultas na gravidez, cai para 2,3%. Os dados evidenciam uma cobertura muito baixa da população alvo do programa de atenção à saúde da mulher grávida nas áreas indígenas sateré-mawé. Some-se a isso o fato de que nem todas essas consultas foram prestadas por profissionais de saúde.

A situação das mulheres residentes em área urbana não é muito melhor, pois apenas 29,6% das grávidas receberam o número de consultas recomendado pelas autoridades sanitárias. Ainda assim é uma proporção mais elevada, em comparação ao atendimento prestado na área indígena.

As rotinas de atenção à saúde da mulher grávida recomendam que a gestante sadia receba aproximadamente 9 consultas de enfermagem, 4 a 5 consultas médicas e realize pelo menos 1 exame de sangue, no qual se investigam sífilis, anemia e HIV. Igualmente deve ter seu peso e pressão arterial aferido a cada consulta.

O inquérito aplicado à população sateré-mawé buscou saber, de cada mulher atendida na sua última gravidez, quantas realizaram algum tipo de exame, sem discriminar inicialmente que tipo de exame havia realizado. Das 141 mulheres atendidas no último ano, 101 (71,6%) informaram ter realizado algum tipo de exame no pré-natal, quando o esperado deveria ser 100% das atendidas.



Área do rio Andirá.
Comunidade de Ponta Alegre. Moradores.

Tabela 17

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Mulheres em idade reprodutiva que realizaram exames na gravidez (sem discriminação do tipo) - 2003

Realizou exames na gravidez	Nº de Pessoas	Percentual
Sim	101	71,6
Não	40	28,4
Total	141	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Refinando a análise para investigar o tipo de exame referido pelas usuárias, agruparam-se na Tabela 18 o número e os tipos de exames pré-natais que cada entrevistada foi capaz de lembrar.

Tabela 18

Terra Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Distribuição das mulheres que fizeram exame pré-natal segundo o tipo de exame feito - 2003

Resposta	Nº de Pessoas	Percentual 1*	Percentual 2**
Urina	78	73,5	20,4
Sangue	68	64,1	17,8
Pressão	64	60,3	16,7
Peso	48	45,2	12,5
Outros	18	16,9	4,7
Total	276	-	-

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Nota: (*) Percentual calculado em relação ao número de grávidas atendidas por profissionais de saúde.

(**) Percentual calculado em relação ao número total de mulheres que engravidaram no ano.

Os números mostram que uma mulher nas terras indígenas pode ter realizado mais de um tipo de exame, o que é o esperado. Contudo, os resultados obtidos indicam uma insuficiente cobertura pré-natal, já que cada uma das 141 mulheres atendidas deveria ter feito pelo menos um exame de sangue e um de urina ao longo do período, perfazendo um total mínimo de 282 exames esperados para esses dois tipos.

Chama atenção a informação de que apenas 60,3% das mulheres atendidas em pré-natal, em terras indígenas, nos últimos 12 meses, referem medida de sua pressão arterial e 45,2% lembram de ter sido pesadas na gravidez, quando o esperado é que 100% das atendidas tivessem esses exames realizados. Tais procedimentos, além de simples e factíveis de realização em qualquer local, têm alta relevância epidemiológica pois são capazes de apontar para indícios precoces de eclâmpsia, um quadro de gravidez patológica que, quando não é evitado, coloca mãe e criança em risco de morte.

Igual preocupação se estende à baixa cobertura de exames de sangue, pois eles representam uma triagem em busca de grávidas portadoras de sífilis, hepatite, Aids e outras patologias de interesse epidemiológico, e apenas pouco mais da metade das mulheres atendidas recebeu esse tipo de cuidado.

A última coluna da Tabela 18 compara o total de mulheres examinadas no pré-natal com o total de mulheres que engravidaram no período. Nesse caso os percentuais caem ainda mais, pois o número de mulheres atendidas e examinadas nos serviços de saúde indígena da área sateré-mawé não atinge 25% do total de mulheres que tiveram filhos nos últimos 12 meses.

Área do rio Andirá. Comunidade de Ponta Alegre.
Desfile da Semana da Pátria



Tabela 19

Área urbana

Distribuição das mulheres que fizeram exame por tipo de exame - 2002/2003

Resposta	Nº de Pessoas	Percentual
Urina	19	70,4
Sangue	24	88,8
Pressão	20	74,1
Peso	16	59,2
Outros	5	18,5

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Nas proporções de exames realizados nas grávidas residentes em área urbana (Tabela 19), observa-se uma maior preocupação com a coleta de sangue e a medida de peso e de pressão arterial. Ainda assim, nos dois casos o acompanhamento pré-natal é insuficiente.

Cruzando as informações sobre as mulheres atendidas pelos profissionais de saúde com os exames recebidos nesse atendimento em áreas indígenas, obtivemos a Tabela 20.

Tabela 20

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Mulheres segundo o tipo de consulta recebida por exame de PA aferido - 2003

Tipo de Consulta	Mediram Pressão Arterial	Percentual	Não mediram Pressão Arterial	Percentual	Total
Médica	52	64,1	29	35,8	81
Enfermagem	10	40,0	15	60,0	25
Outros	2	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Como anteriormente dito, das 381 mulheres sateré-mawé residentes em terras indígenas que tiveram parto nos últimos 12 meses, apenas 81 foram atendidas por médico, e dessas 81, somente 52 (64,2%) tiveram sua pressão aferida. Dentre as atendidas por enfermagem (25), apenas 10 (40%) tiveram medida de pressão arterial. Se remetermos esses dados para o total de grávidas do ano (atendidas ou não pelos profissionais de saúde), verifica-se que apenas 13,6% do total das gestantes sateré-mawé tiveram controle de pressão arterial durante a gravidez.

Tabela 21

Terra indígena e área urbana

Comparativo entre mulheres de cada local de moradia segundo o tipo de consulta recebida por exame de pressão arterial aferido - 2002/2003

Resposta	Número de Pessoas	Percentual
Sim	173	85,2
Não	30	14,8
Total	203	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Cruzando-se as consultas médicas e de enfermagem recebidas por mulheres, observa-se na Tabela 21 que parece haver, no pré-natal urbano, uma maior preocupação com a aferição de pressão arterial pelos profissionais de saúde. De fato, as mulheres residentes nas cidades referem uma frequência que varia de 90 a 100% nesse tipo de cuidado recebido, ao passo que em terra indígena essa rememoração não ultrapassa os 64%.

O cruzamento das consultas médicas e de enfermagem com a verificação de peso e exame de sangue (Tabelas 22 e 23, respectivamente) em mulheres atendidas pelo DSEI demonstrou também uma cobertura deficiente.

Tabela 22

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Mulheres segundo o tipo de consulta recebida por peso verificado - 2003

Tipo de Consulta	Não realizou verificação de peso	Percentual	Realizou verificação de peso	Percentual	Total
Médica	38	46,9	43	53,1	81
Enfermagem	22	88,0	3	12,0	25

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Tabela 23

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Mulheres segundo o tipo de consulta recebida por exame de sangue realizado - 2003

Tipo de Consulta	Não realizou exame de sangue	Percentual	Realizou exame de sangue	Percentual	Total
Médica	24	29,6	57	70,4	81
Enfermagem	17	68,0	08	32,0	25

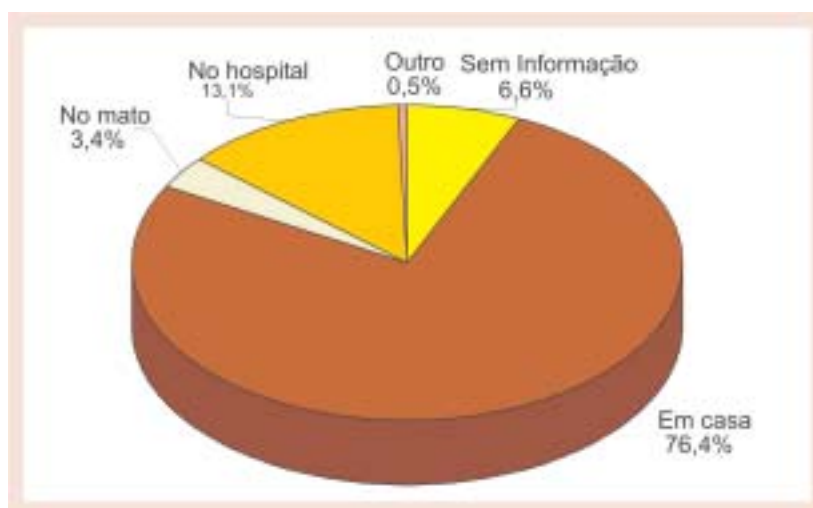
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Tal como em outros grupos indígenas amazônicos, o parto entre as mulheres que vivem nas terras indígenas é um assunto doméstico, pouco medicalizado, tal como se observa no Gráfico 28.1. Já para as habitantes na área urbana observa-se uma nítida preferência pelo parto hospitalar (Gráfico 28.2).

Para as 381 mulheres da área indígena que tiveram filho no último ano, 80,3% dos partos ocorreram fora de serviços de saúde; se associarmos esse dado, culturalmente coerente, com a baixa cobertura pré-natal anteriormente vista, pode-se afirmar que o grupo materno-infantil encontra-se em alta situação de vulnerabilidade, associada a uma inadequada atenção básica de saúde.

Gráfico 28.1

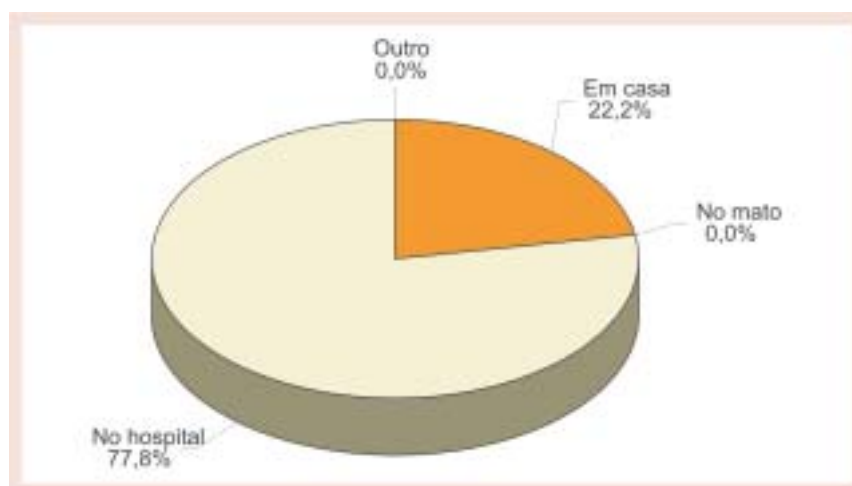
Mulheres que tiveram filho no último ano segundo local de parto - Terra indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 28.2

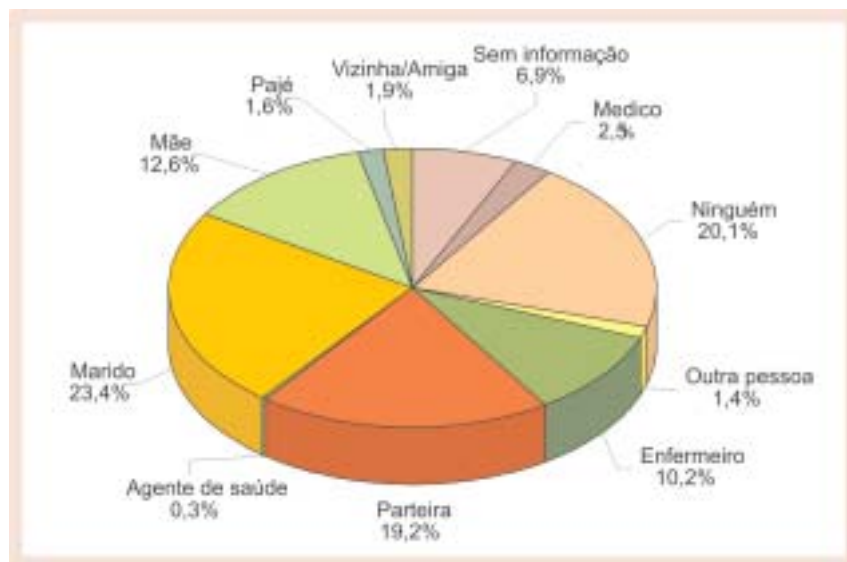
Mulheres que tiveram filhos no último ano segundo local do parto - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 29.1

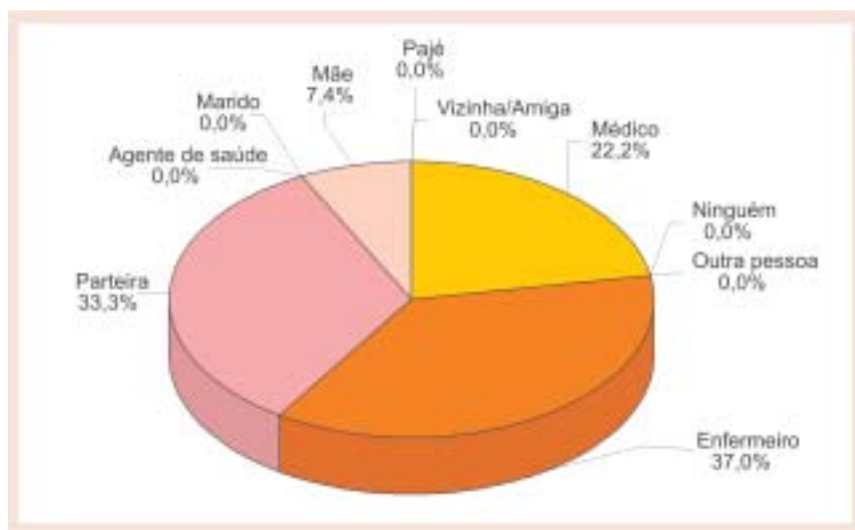
Mulheres que tiveram filhos no último ano segundo tipo de pessoa que fez o parto - Terra Indígena, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Gráfico 29.2

Mulheres que tiveram filhos no último ano segundo tipo de pessoa que fez o parto - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

O Gráfico 29.1 reafirma que entre as mulheres sateré-mawé residentes nas terras indígenas os partos parecem pertencer ao espaço comunal, já que de um total de 381 partos referidos, 310 (81,4%) deles não foram feitos por profissionais de saúde. Aqui novamente encontramos uma inversão dessa tendência no espaço urbano, já que 59,2% delas referem partos feitos por profissionais de saúde (Gráfico 29.2).



Área do Marau. Comunidade de Terra Nova

A informação recolhida demonstra também que, embora não recebam treinamento para o trabalho obstétrico, os maridos realizaram 9 vezes mais partos nas terras indígenas do que os médicos.

Tabela 24

Terra indígena e área urbana

Mulheres que receberam vacina na gravidez - 2002/2003

Vacinação	Terra Indígena		Área urbana	
	Nº de Pessoas	Percentual	Nº de Pessoas	Percentual
Sem informação	25	6,6	-	15,7
Receberam vacina	130	34,1	23	82,1
Não receberam vacina	226	59,3	5	17,9
Total	381	100,0	-	-

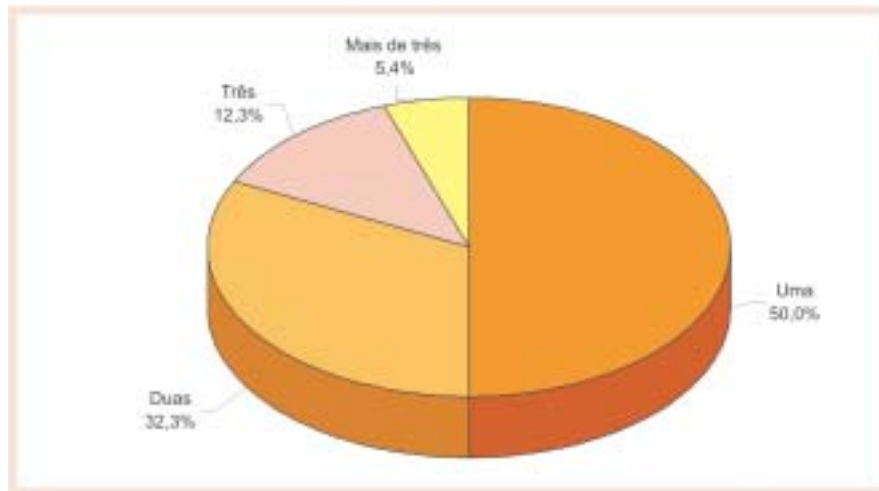
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Das 381 grávidas da terra indígena que responderam a questão sobre vacinação durante a gravidez, 34,1% informaram ter recebido vacina; em área urbana, para um número menor de gestantes, essa proporção sobe para 82,1%.

As orientações da atenção à gravidez preconizam que a mulher não imunizada deve receber três doses de vacina contra tétano e uma dose de vacina contra febre amarela, somando um total de quatro doses esperadas numa gravidez. Para as mulheres vacinadas com esquema completo nos últimos 10 anos, não se prevê a administração de imunobiológicos. Como a distritalização sanitária tem apenas quatro anos e o modelo de atenção anterior à implantação do distrito sanitário não realizava vacinação de rotina em adultos, o esperado é que as mulheres grávidas recebam entre três e quatro doses de imunobiológicos.

Gráfico 30.1

Mulheres grávidas que recebem vacina segundo o número de doses recebidas - Terra Indígena, 2003

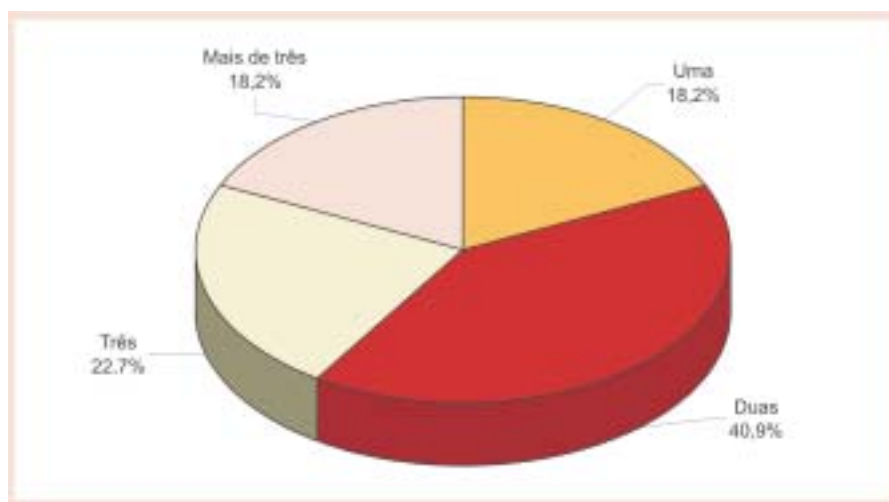


Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

O Gráfico 30.1 mostra que, das 130 grávidas de terra indígena que referiram uso de vacina, apenas 23 (17,7%) receberam o número de doses preconizadas pelo programa. Contrapondo essas 23 mulheres à população total de mães sateré-mawé nos últimos 12 meses (378 mães), observa-se que a cobertura vacinal adequada cai para 5,8%. Na área urbana esse percentual sobe para 40,9%, mas ainda assim é uma cobertura insuficiente.

Gráfico 30.2

Mulheres grávidas que receberam vacina segundo número de doses recebidas - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

O instrumento de coleta não permite auferir se essas mães já haviam recebido vacinas em gestações anteriores, situação em que precisariam receber apenas 1 ou nenhuma dose de vacina.

7.7 Aleitamento materno

O universo de crianças sateré-mawé na faixa etária de 0 a 2 anos é representado, em terra indígena, por 638 pessoas. Os dados mostram uma alta proporção de crianças em aleitamento materno. No espaço urbano a análise foi prejudicada pela pouca informação obtida, devido ao número reduzido de mulheres que tiveram filhos no ano anterior ao levantamento sócio-demográfico.

Examinando-se as tabelas 25 e 26, percebe-se uma boa aderência ao aleitamento materno, já que 96,8% das crianças menores de 2 anos de residentes em terra indígena mamaram na mãe alguma vez na vida e que 92,5% permaneciam mamando por ocasião da pesquisa. Tais dados falam a favor de aleitamento prolongado, ao passo que outros levantamentos sobre aleitamento em populações indígenas vêm indicando um alto grau de aleitamento, mas com desmame precoce, o que não parece ocorrer aqui.

Tabela 25

Terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Mulheres com filhos menores de dois anos de idade, segundo a condição de terem ou não sido amamentados alguma vez - 2003

Aleitamento	Número de Pessoas	Percentual
Mamou	618	96,8
Não mamou	20	3,2
Total	638	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Tabela 26

Terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Mulheres com filhos menores de dois anos de idade segundo a condição de estarem ou não mamando na data da entrevista - 2003

Aleitamento	Número de Pessoas	Percentual
Ainda Mama	571	92,4
Não mama	47	7,6
Total	618	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

A Tabela 27 explora a exclusividade do aleitamento materno em terra indígena e demonstra que das 572 crianças com menos de 2 anos que ainda mamavam no momento da pesquisa, 61% fizeram aleitamento misto nas últimas 24 horas. Essa informação indica que a associação de outros alimentos não promove a substituição do leite materno e, sim, uma junção de diferentes fontes alimentares. Tal indicativo é reforçado pela informação de que o número de crianças com menos de 6 meses de aleitamento é de 201, de

um total de 223 em aleitamento exclusivo, indicando que crianças em grupos etários mais velhos continuam sendo amamentados pelas mães.

Tabela 27

Terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Mulheres com filhos menores de 2 anos que amamentam, segundo o tipo de aleitamento, 2003

Tipo de aleitamento	Número de Pessoas	Percentual
Aleitamento materno	223	39,0
Aleitamento misto	349	61,0
Total	572	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

A informação sistematizada na Tabela 28 reforça a idéia de que as mães sateré-mawé praticam o aleitamento prolongado. Das 47 crianças menores de 2 anos de idade de áreas indígenas que não estavam mamando por ocasião da pesquisa, 40 (85,2%) haviam mamado mais de 4 meses e 36 (76,6%) entre 6 meses a mais de 1 ano de idade, ou seja, elas já não estavam mamando, porém o desmame foi tardio.

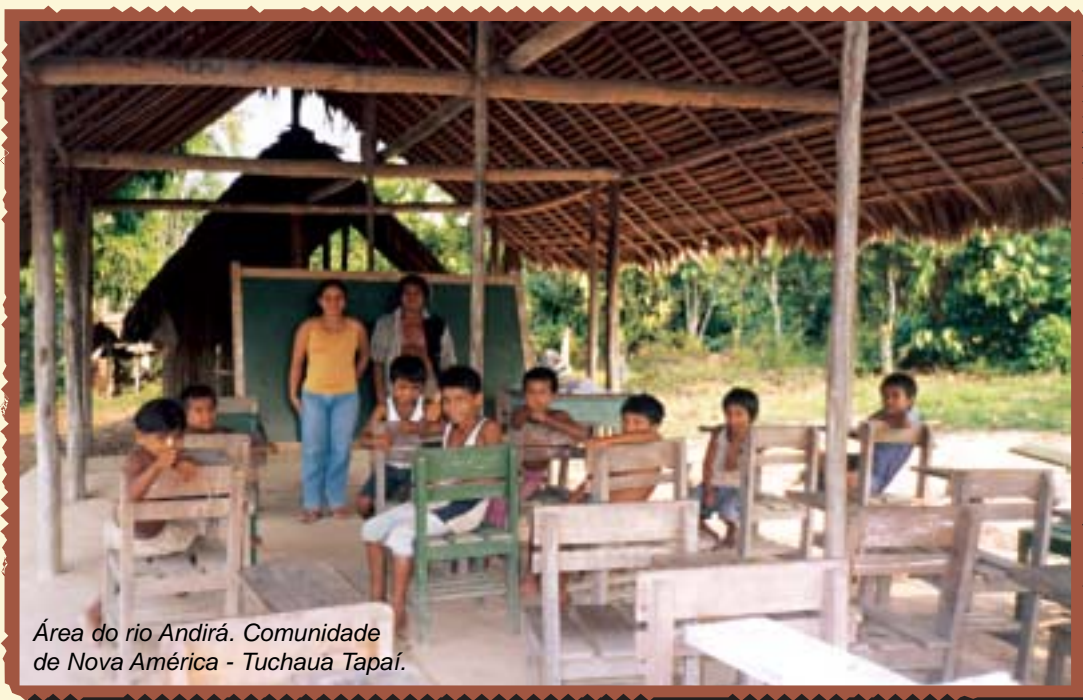
Tabela 28

Terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Tempo de aleitamento de crianças atualmente desmamadas -2003

Crianças atualmente desmamadas	Terra Indígena	
	Número de Pessoas	Percentual
Menos de 1 mês	4	8,5
Até 1 mês	2	4,3
Até 4 meses	1	2,1
Até 5 meses	2	4,3
Até 6 meses	2	4,3
6 meses a 1 ano	12	25,5
Mais de 1 ano	24	51,1
Total	47	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

8. SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA E EDUCACIONAL SATERÉ-MAWÉ¹⁹



Área do rio Andirá. Comunidade de Nova América - Tuchaua Tapai.

A análise da situação lingüística do povo sateré-mawé tem como base a concepção, defendida por antropólogos e lingüistas, de que a língua se configura como um importante instrumento de construção da cultura e da identidade de uma população. A identificação do modo como os Sateré-Mawé estão usando esse instrumento de comunicação e expressão cultural permite a formulação de entendimentos sobre suas estratégias simbólicas e políticas, para viver as interações com os outros grupos da sociedade maior.

A identificação da situação educacional das crianças, jovens e adultos das áreas sateré-mawé estudadas tem como base conceitos de educação escolar indígena consubstanciados na legislação em vigor. Tais conceitos, do ponto de vista político e social, representam conquistas resultantes de lutas indígenas por cidadania e reconhecimento no espaço público.

A Constituição Federal de 1988 é o principal documento legal a definir elementos para essa conceituação, principalmente no Capítulo VIII – Dos Índios (em seus artigos 231 e 232); e no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto (em seus artigos 210 e 215), em que a Carta Magna dispõe sobre a autonomia dos índios, de suas comunidades e organizações; e também sobre o reconhecimento dos costumes, línguas, crenças e tradições, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem em suas escolas.

Esses preceitos constitucionais ensejaram, na legislação complementar, a constituição do conceito de educação escolar indígena como uma educação específica e diferenciada; bem como o conceito de escola indígena, definida como instituição educacional

¹⁹ As informações analisadas em todo este capítulo referem-se às pessoas com idade igual ou superior a 5 anos de idade.

com normas e ordenamento jurídico próprios, ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização das culturas indígenas e manutenção de suas identidades étnicas.

8.1 O conhecimento do idioma Sateré-Mawé

Tendo como parâmetro esses direitos conquistados pelos povos indígenas e assegurados legalmente, a identificação do quadro educacional sateré-mawé leva em consideração, em primeiro lugar, a situação lingüística, uma vez que a língua (ou as línguas) utilizada pelo povo assume um papel central no processo de aprendizagem e na construção da identidade étnica. Este estudo verificou serem a língua Sateré-Mawé e a língua portuguesa não somente os principais, como os únicos veículos lingüísticos utilizados pela população.

8.1.1. Nas terras indígenas

A língua Sateré-Mawé predomina amplamente nas terras indígenas em que foi realizado o levantamento sócio-demográfico. Dentre os indivíduos de 5 e mais anos, são 95,9% os falantes e apenas 4,1% que não apresentam o domínio dessa língua. Outrosim, mais da metade a lê (52,1%) e a escreve (51,9%). Estes números são evidências dos mecanismos de resistência cultural e do significado simbólico e político assumido pela língua indígena na construção da identidade étnica.

Tabela 29

Terra Indígena e Área Urbana

Residentes com 5 anos e mais segundo a condição de falar, ler e escrever a língua materna - 2002/2003

Condição de falar, ler e escrever o idioma	Terra Indígena		Área urbana	
	Número de Pessoas	Percentual s/ população de 5 anos e mais	Número de Pessoas	Percentual s/ população de 5 anos e mais
Falam	5.510	95,9	459	54,9
Lêem	2.992	52,1	251	30,0
Escrevem	2.980	51,9	224	26,8

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Por outro lado, o número significativo dos que não lêem (47,9%) e não escrevem (48,1%) a língua Sateré-Mawé, nas terras indígenas, representa um desafio aos professores sateré-mawé, considerando a proposta pedagógica para a escola indígena, imbricada na conceituação de educação escolar expressa na legislação, e considerando-se principalmente que, para as lideranças indígenas sateré-mawé²⁰, está delineado no projeto étnico-social de identidade e de desenvolvimento deste povo o domínio do código escrito da sua língua.

20 Este posicionamento das lideranças Sateré-Mawé está registrado em documentos finais de encontros de professores Sateré-Mawé, contando com a participação dos tuxauas, como o que se realizou de 27 a 31 de outubro de 2003, na comunidade de Santa Maria, no rio Urupadi, Terra Indígena Andirá-Marau.

A observação anterior é tanto mais importante quando se examinam os dados sobre fala, leitura e escrita da língua materna desagregados, tanto para o interior de cada área indígena quanto por idades. Verifica-se, então, que eles não são os mesmos para todas as áreas, nem para todas as aldeias. Há áreas em que se fala o Sateré-Mawé mais que em outras, assim como há aldeias em que todas as pessoas falam Sateré-Mawé e outras em que a quantidade dos que a falam é bem menor.



Área do rio Uaicurapá. Comunidade de São Francisco. Moradores assistindo a apresentação dos dados levantados na pesquisa

Assim também acontece com relação à idade. Há aquelas idades em que praticamente toda a população fala a língua materna e outras em que há algumas ou muitas pessoas que não a falam. Assim, a distribuição dos que dominam o Sateré-Mawé por área ou por aldeia de residência informa se a proporção de pessoas que falam o Sateré-Mawé é a mesma em todas as aldeias ou áreas. Por sua vez, a repartição por idade permitirá saber quais os principais grupos de idade que dominam o idioma.

Falar o idioma materno em terra indígena

Em primeiro lugar, os dados do levantamento em área indígena indicam que quase toda a população indígena (98,9%) da área do Marau fala o Sateré-Mawé, já na área do Andirá, a proporção de pessoas que falam o idioma materno é um pouco menor (95,5%). Em valores absolutos, existem, no Marau, 28 pessoas que não falam o idioma Sateré-Mawé, enquanto no Andirá os que não falam a língua materna são em número de 133. Esses dados não deixam de ser preocupantes, pois mostram que há moradores saterémawé em terra indígena que não falam o idioma materno. Situação ainda pior é encontrada nas demais áreas, onde a proporção de pessoas que falam o Sateré-Mawé é menor que no Marau e no Andirá. Assim, no Uaicurapá e no Koatá-Laranjal os falantes correspondem a 74,2% e 83,0% da população, respectivamente, indicando a existência de parcelas significativas da população que não falam o Sateré-Mawé.

No interior das áreas indígenas, o domínio do idioma Sateré-Mawé pelos moradores pode variar, às vezes com intensidade, segundo o local de moradia. A Tabela 30 mostra as proporções de moradores que falam o idioma Sateré-Mawé segundo a sub-área²¹ em que habitam. É interessante notar que praticamente toda a população residente ao longo do Rio Marau e nas comunidades mais próximas das cabeceiras do Rio Andirá fala o idioma materno. O mesmo não ocorre com o restante das terras habitadas pelos Sateré-Mawé.

A rigor, todos os moradores das áreas situadas próximas às cabeceiras dos rios Marau e Andirá e em suas adjacências preservam o idioma Sateré-Mawé. Mesmo no baixo Marau, onde os moradores estão mais próximos à cidade de Maués, e, portanto, mais sujeitos à influência dos padrões culturais não-indígenas, a situação é semelhante.

²¹ As aldeias que compõem cada sub-área se encontram relacionadas em anexo.

Ela será, todavia, diferente no baixo rio Andirá, onde nem todos os habitantes indígenas falam o idioma materno. Nessa área, são cerca de 114 (6%) que não o falam. Já na bacia do rio Ariaú, afluente do Andirá e onde existem duas comunidades (Tigre e Arumatuba), mais da metade (18 entre 30) dos moradores não falam o idioma materno. Finalmente, há que se alertar para as proporções significativas de pessoas que não falam o idioma materno nas áreas do Uaicurapá e do Koatá-Laranjal, de povoamento mais recente e onde há um número considerável de moradores sateré-mawé casados com não-indígenas.

Tabela 30

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Pessoas com 5 anos e mais de idade segundo a condição de falar o idioma Sateré-Mawé por sub-área de residência - 2003

Sub-área*	Fala a língua materna		Não fala a língua materna	Total
	Fluentemente	Razoavelmente		
Alto Marau	99,4	0,6	0,0	100,0
Baixo Marau	98,8	1,0	0,2	100,0
Urupadi	95,6	2,8	1,6	100,0
Monte Salém	56,1	7,3	36,6	100,0
Alto Andirá	99,0	0,9	0,1	100,0
Baixo Andirá	88,2	5,7	6,1	100,0
Ariaú	33,3	6,7	60,0	100,0
Uaicurapá	65,7	8,5	25,8	100,0
Kwatá-Laranjal	77,7	5,3	17,0	100,0
Total	92,9	3,1	4,0	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Diante da preocupação da existência de áreas em que o idioma Sateré-Mawé não é falado por parcelas da população indígena, é necessário detalhar um pouco mais o nível de desagregação dos dados e procurar saber em quais aldeias o fenômeno mostra-se mais relevante. Em toda a área do Marau (rios Marau, Urupadi e Meriti) há apenas 10 pessoas que não falam o Sateré-Mawé, dos quais 7 em duas pequenas aldeias (São Benedito e Sagrado Coração de Jesus). Fala-se menos o idioma materno na aldeia de Monte Salém, considerada como pertencente à mesma área, porém distante das demais aldeias e bastante próxima da cidade de Maués (com acesso rodoviário). Como se pode observar na tabela, cerca de 37% dos moradores indígenas daquela aldeia (15 sobre um total de 41) não falam o idioma materno. Nesse caso, a proximidade da cidade e ocorrência de uniões inter-étnicas poderia explicar a situação.



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. (1) Exposição de fotos tiradas durante a pesquisa de campo. (2) Tuxauas presentes durante a Palestra sobre a devolução dos resultados da pesquisa.

Nas demais áreas indígenas, a situação é mais preocupante, pois é maior a quantidade de não-falantes do idioma Sateré-Mawé. Esse aumento é tanto mais significativo quanto maior a proximidade da aldeia com as cidades (Parintins e Barreirinha) e mais recente a época de sua formação. Assim, enquanto no Alto Andirá, próximo às cabeceiras do rio, praticamente toda a população (99%) fala o idioma Sateré-Mawé, as comunidades de Ponta Alegre, Guaranatuba, Tigre e Arumatuba, no Baixo Andirá, situadas mais próximas daquelas duas cidades, apresentam número significativo de moradores que não falam aquela língua.

Guaranabuta e Ponta Alegre, nesta ordem, são as primeiras comunidades encontradas por quem entra na área indígena do Rio Andirá a partir das cidades de Barreirinha e Parintins, sendo Ponta Alegre a aldeia mais populosa de toda a Terra Indígena Andirá-Marau. Essas duas aldeias possuem fortes proporções de pessoas (25% e 28%, respectivamente) que não falam o idioma Sateré-Mawé. A gravidade da situação está na importância de Ponta Alegre para a comunidade sateré-mawé. Tanto o tamanho de sua população como a proximidade com as áreas urbanas fazem com que essa comunidade tenha um intenso intercâmbio familiar e comercial com as cidades de Parintins e de Barreirinha. Com efeito, 207 dos Sateré-Mawé residentes nas cidades de Parintins e Barreirinha nasceram em Ponta Alegre. Esse número de moradores equivale a mais da metade da população total daquela aldeia. Assim, é provável que haja uma correlação entre o elevado número de pessoas que não falam o idioma materno na aldeia de Ponta Alegre e a elevada proporção de não-falantes verificada naquelas duas cidades.

Ainda naquela aldeia, apenas os idosos (50 anos e mais), em sua quase totalidade, falam o Sateré-Mawé. As demais faixas etárias têm parcelas significativas de pessoas que não falam o idioma, entre elas as de 5 a 9 anos, em que apenas a metade (33 pessoas) fala o Sateré-Mawé. Dessas, apenas 23, entre as 33, sabem falar o Sateré-Mawé, conversam nesse idioma com as outras pessoas da comunidade. Tudo isso indica que, para aquelas outras 33 crianças que não sabem falar o Sateré-Mawé, talvez o único ambiente propício que terão para o aprendizado do idioma seja a escola.

Ainda no Baixo Andirá, mais da metade (60%) dos moradores da bacia do Rio Ariaú (aldeias Tigre e Arumatuba), afluente do Andirá, não falam o Sateré-Mawé. Entre esses moradores estão as cinco crianças com idade entre 5 e 9 anos. Essas comunidades são de constituição ainda recente, e o fato de ter maioria da população e a totalidade dos menores de 10 anos que não falam o Sateré-Mawé é preocupante e, na falta de uma intervenção para modificar essa situação, esses indígenas e as gerações que os sucederem não mais falarão o Sateré-Mawé.

Ainda com referência às comunidades de recente criação e com elevada proporção de pessoas que não falam o Sateré-Mawé, deve-se chamar a atenção para duas áreas: a do rio Uaicurapá, que faz parte da Terra Indígena do Andirá-Marau e está situada no município de Parintins; e a Terra Indígena Koatá-Laranjal, situada no município de Borba. Conforme a Tabela 30, nesta última terra indígena, onde existe apenas uma aldeia sateré-mawé, 16 entre 94 moradores não falam o Sateré-Mawé. Entre as 14 crianças com idade entre 5 e 9 anos, 4 (31%) não o falam.

Constituindo uma formação ainda mais recente que a comunidade sateré-mawé do Koatá-Laranjal, a área do Rio Uaicurapá forma um conjunto de aldeias com proporções significativas da população que não fala o idioma materno. No conjunto dessas 4 aldeias (São Francisco, Nova Alegria, Vila da Paz e Vila Batista II) o idioma Sateré-Mawé é falado por aproximadamente 74% dos moradores. Os 26% restantes, ou seja, mais da quarta parte da população, não o falam. Essas quantidades não são constantes em toda a área do Uaicurapá, pois, enquanto chega a alcançar 64,7% em São Francisco, fica entre 10 e 20% nas outras comunidades, o que também significa uma quantidade bastante elevada e preocupante de não-falantes. Tomando-se, agora, as crianças com idade entre 5 e 9 anos, a proporção eleva-se a 41% para o conjunto da área, mas chega a alcançar 90% na aldeia de São Francisco. Nesta última aldeia, apenas uma entre as 11 crianças naquela faixa etária fala o idioma Sateré-Mawé.

Considerando-se, pois, a distribuição geográfica e etária dos que falam e não falam o idioma Sateré-Mawé em todas as comunidades desse povo, morador nas Terras Indígena do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal, pode-se traçar um perfil que nos aprofunda um pouco mais nessa parte da cultura sateré-mawé. Por tudo o que foi mencionado até aqui, pode-se concluir que:

O idioma Sateré-Mawé é mais falado na área do Marau que nas demais (Andirá, Uaicurapá e Koatá-Laranjal);

Tanto na área do Andirá como na do Marau, o idioma materno é falado por praticamente todas as comunidades situadas próximo às cabeceiras dos dois rios (Alto Andirá e Alto Marau).

Para as áreas mais próximas das cidades, os falantes atingem a quase totalidade dos moradores do Baixo Marau. Já no Baixo Andirá, esse número aumenta bastante nas duas comunidades mais próximas de Parintins e Barreirinha, ou seja, Ponta Alegre e Guaranatuba.

As áreas de povoamento mais recente (Uaicurapá, Koatá-Laranjal e mais duas no Andirá) têm tendência a apresentar proporções menores de falantes do idioma Sateré-Mawé.

A proporção de moradores que falam o Sateré-Mawé cresce com a idade, isto é, as pessoas mais jovens falam menos o idioma materno que as demais. O grupo etário com mais pessoas que não falam o idioma materno é o das crianças de 5 a 9 anos de idade, e o que tem menos pessoas nessas condições é o de 50 anos e mais.

Ler e escrever o idioma Sateré-Mawé em terra indígena

Como já foi visto na Tabela 29, contrariamente ao que ocorre com o idioma falado, apenas um pouco mais da metade da população da área indígena é capaz de ler e escrever o Sateré-Mawé. Nas cidades, a proporção dos que lêem é de apenas 30,4% e dos que escrevem, menor ainda (26,8%). Esta redução da quantidade dos que lêem e escrevem o idioma, em comparação com os que falam a língua é compreensível, já que os fundamentos da língua escrita Sateré-Mawé apenas foram estruturados no início dos anos noventa.

Ao mesmo tempo, esses números indicam que uma parcela significativa dos moradores em terra indígena não teve, ainda, acesso aos ensinamentos do Sateré-Mawé escrito, o que é dado pelo fato de que muitas das crianças em idade escolar e de jovens

não tinham, na época da presente pesquisa, o conhecimento da linguagem escrita. Com efeito, apenas 17,4% das crianças com 5 a 9 anos, 26,7% com 7 a 9 anos e 51,4% com 7 a 14 anos de idade declararam ler o Sateré-Mawé. Esse percentual sobe a 74,9% para os que têm idade compreendida entre 10 e 19 anos. Esses números sugerem uma reflexão sobre o alcance da contribuição da educação escolar indígena para o processo de construção e manutenção da identidade sateré-mawé, já que as crianças e adolescentes vêm aprendendo a ler e a escrever o idioma materno nas escolas da área indígena.

É necessário, contudo, ter em conta que, assim como para o idioma falado, não há uma uniformidade na distribuição espacial das pessoas que lêem e escrevem o Sateré-Mawé. Assim, como o idioma falado, a linguagem lida e escrita é mais conhecida nas áreas mais afastadas das cidades e também nas áreas de povoamento mais antigo. A exceção, conforme a Tabela 31, fica para o Alto Marau, que, apesar de mais afastado da cidade de Maués que o Baixo Marau, apresenta uma proporção menor de pessoas que lêem o Sateré-Mawé. Tal situação deve estar relacionada à situação desfavorável do Alto Marau quanto à escolarização de suas crianças de 7 a 14 anos de idade. Com efeito, a proporção dessas crianças que não freqüentam a escola no Alto Marau (14,7%) é bastante superior aos 4,9% de crianças do Baixo Marau que estão fora da escola.

Quanto à capacidade de escrever o idioma Sateré-Mawé, as informações levantadas são bastante semelhantes às obtidas para a leitura dessa língua, não devendo ser, portanto, motivo de atenção especial neste relatório.

Tabela 31

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Pessoas com 5 anos e mais de idade segundo a condição de ler o idioma Sateré-Mawé, por sub-área de residência - 2003

Sub-área*	Lê		Não lê	Total
	Bem	Razoavelmente		
Alto Marau	31,5	15,7	52,8	100,0
Baixo Marau	39,1	16,7	44,2	100,0
Urupadi	35,4	17,6	47,0	100,0
Monte Salém	19,5	14,6	65,9	100,0
Alto Andirá	34,5	25,5	40,0	100,0
Baixo Andirá	20,7	29,3	50,0	100,0
Ariaú	10,0	16,7	73,3	100,0
Uaicurapá	14,1	23,5	62,4	100,0
Koatá-Laranjal	22,3	7,4	70,2	100,0
Total	29,7	22,4	47,9	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

8.1.2 O idioma Sateré-Mawé nas cidades

Na área urbana, a língua Sateré-Mawé apresenta-se numa situação inversa à das terras indígenas, pois o percentual dos indivíduos com 5 e mais anos que perderam o domínio da língua indígena eleva-se para 45,1%. Quando se considera o domínio do código escrito, mesmo considerando os que só razoavelmente lêem e escrevem sua língua, os percentuais ainda são maiores: 70% não lêem a língua Sateré-Mawé e 73,2% não a escrevem.

Tomando-se a variável idade, pode-se visualizar o quadro desta distribuição espacial do uso do código lingüístico nas áreas urbanas de Parintins - onde se concentra maior número de residentes em cidades -, Maués e Barreirinha. Pela importância política do domínio da língua materna, examinam-se nas tabelas abaixo os números de residentes sateré-mawé que falam a língua Sateré-Mawé nestes três espaços :

Tabela 32

Cidades de Maués, Parintins e Barreirinha

Residentes com 5 anos e mais, por grupo etário, segundo a condição de falar ou não a língua materna - 2002/2003

Cidade	Idade	Fala		Não fala	Total
		Fluentemente	Razoavelmente		
Maués	5 a 9	14	3	7	24
	10 a 19	49	7	10	66
	20 a 49 mais	43	8	9	60
	50 e mais	12	2	4	18
	Total	118	20	30	168
Parintins	5 a 9	7	16	69	92
	10 a 19	41	27	79	147
	20 a 49 mais	45	42	59	146
	50 e mais	32	11	6	49
	Total	125	96	213	434
Barreirinha	5 a 9	1	4	35	40
	10 a 19	4	25	62	91
	20 a 49 mais	18	24	28	70
	50 e mais	12	7	6	25
	Total	35	60	131	226

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Pela tabela acima, a situação dos Sateré-Mawé residentes em Maués, no que concerne ao domínio da língua materna, é bem diferente da situação dos de Parintins e Barreirinha. Em Maués, em todas as faixas de idade o número dos que falam Sateré-Mawé - tanto fluente quanto razoavelmente - é muito maior (138) do que os não-falantes (30). Em Parintins, esta relação já apresenta a fragilidade do código lingüístico Sateré-Mawé, quando o número de não-falantes quase se iguala ao de falantes (213 os não-falantes contra 221 falantes). A situação é ainda mais preocupante em Barreirinha, em que a quantidade de não-falantes (131) se mostra bem superior à de falantes (95).



Área do rio Andirá. Comunidade de Umirituba

Tal situação pode estar relacionada à situação dos moradores das cidades em relação ao fenômeno migratório, pressupondo-se que o tempo de vivência de relações sociais e político-econômicas em área urbana estaria relacionado à preservação do idioma Sateré-Mawé nas cidades. Se válido esse pressuposto, a retração mais acentuada da língua em Parintins e Barreirinha dever-se-ia à maior quantidade relativa de indígenas que nasceram nessas cidades e do tempo de residência aí, quando comparada com a de Maués.

De um lado, 19,4% dos moradores sateré-mawé de Parintins e 14,5% dos de Barreirinha nasceram nessas cidades, contra os 10,3% encontrados para Maués. Isso significa que os moradores de Maués nascidos na própria cidade são relativamente menos numerosos que os correspondentes moradores das cidades de Parintins e Barreirinha. Além disso, o tempo médio de residência dos residentes que não nasceram em Parintins e Barreirinha (8,7 e 6,5 anos, respectivamente) é bastante superior ao equivalente de Maués (4,5 anos).

Por outro lado, dados desta pesquisa mostram que quase todos os residentes que são migrantes em Parintins e Barreirinha (cerca de 97%) nasceram na área do Andirá e que uma grande proporção (89%) dos migrantes de Maués nasceu na área do Marau. Aproximadamente 17% da população sateré-mawé dos municípios de Parintins e Barreirinha (área urbana + área indígena) residem nas sedes desses municípios, contra apenas 6% dos correspondentes moradores de Maués.

Essas constatações poderiam explicar a elevada proporção de moradores sateré-mawé da cidade de Maués que ainda conserva o idioma materno, quando comparada com as dos moradores de Parintins e Barreirinha. Passando por um processo de mudança de residência (área indígena/área urbana) mais recente, sendo relativamente em menor número e correspondendo a uma menor proporção da população sateré-mawé do município, os moradores indígenas da cidade de Maués tenderiam, talvez, a manter vínculos e até laços de dependência mais acentuados com seus parentes da área indígena do município, do que os moradores das outras duas cidades. Com efeito, ao serem indaga-

dos se recebiam ajuda de alguém da família que não mora na casa, 58% dos moradores da cidade de Maués responderam afirmativamente, contra apenas 31% dos residentes em Parintins e em Barreirinha.

Quando se observam os resultados anteriores segundo a faixa etária dos entrevistados (ver Tabela 30), passa-se a perceber melhor a gravidade do problema de perda do idioma materno entre os Sateré-Mawé residentes nas cidades. Mesmo na cidade de Maués, onde a língua é falada pela maioria da população indígena, as informações referentes às crianças de 5 a 9 anos de idade apontam para a necessidade de providências para a preservação do idioma. Das 24 crianças nessa faixa etária naquela cidade, 7, ou seja, 29%, não falam o idioma materno. Em Parintins e Barreirinha, a situação é muito mais grave. Na primeira dessas cidades, apenas uma em cada quatro crianças fala o Sateré-Mawé, enquanto que em Barreirinha uma entre sete o falam. Entre as cinco crianças que falam a língua materna nesta última cidade, apenas uma o faz de forma fluente (nas outras duas cidades, o número dos que falam fluentemente o Sateré-Mawé é bem mais expressivo).

Esses resultados colocam uma questão desafiadora para os líderes sateré-mawé, pois está se referindo a uma geração nova e, caso não sejam tomadas providências desde já, não só essas crianças não falarão o idioma materno no futuro, como é bastante provável que as novas gerações tendam a se afastar cada vez mais dessa característica fundamental das raízes culturais de seu povo.

O fenômeno se repete ainda com muita intensidade entre as crianças, adolescentes e jovens com idade compreendida entre 10 e 19 anos. Em Parintins e Barreirinha, mais da metade da população dessa faixa etária não fala o idioma Sateré-Mawé. A intensidade na quantidade de não-falantes cai nas idades subseqüentes. No último grupo etário (50 anos e mais), já não se notam diferenças substanciais, para as três cidades, entre quem fala e não fala o idioma materno.

Com relação à capacidade de ler e escrever o idioma materno, os moradores estão, comparativamente às áreas indígenas, em pior situação no que se refere ao idioma falado. Assim, cerca de 70% da população com 5 anos e mais de idade não lêem nem escrevem a língua Sateré-Mawé. Como no caso do idioma falado, as situações mais preocupantes se encontram em Barreirinha e Parintins, muito embora em Maués haja apenas uma criança com menos de 10 anos de idade que lê o Sateré-Mawé. A situação

dessas crianças quanto ao conhecimento do idioma materno é tanto mais inquietante que, caso continuem a se educar apenas no sistema formal de ensino nas cidades, não terão oportunidade de aprender a ler e a escrever a língua materna. Por outro lado, apenas a quarta parte da população mais idosa (50 anos e mais) lêem o Sateré-Mawé,



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. Reunião para devolução dos dados da pesquisa

Tabela 33

Cidades de Maués, Parintins e Barreirinha

Residentes com 5 anos e mais, por grupo etário, segundo a condição de ler ou não a língua materna - 2002/2003

Cidade	Idade	Lê		Não lê	Total
		Fluentemente	Razoavelmente		
Maués	5 a 9	0	1	23 (95,8%)	24
	10 a 19	30	12	24 (36,4%)	66
	20 a 49 mais	18	17	25 (41,7%)	60
	50 e mais	0	1	17 (94,4%)	18
	Total	48	31	89 (53,0)	168
Parintins	5 a 9	2	4	86 (93,5%)	92
	10 a 19	27	22	98 (66,7%)	147
	20 a 49 mais	30	30	85 (58,6%)	145
	50 e mais	11	8	30 (61,2%)	49
	Total	70	64	299 (69,1%)	433
Barreirinha	5 a 9	0	1	39 (97,5%)	40
	10 a 19	2	8	81 (89,0%)	91
	20 a 49 mais	6	16	48 (68,6%)	70
	50 e mais	1	3	21 (84,0%)	25
	Total	9	28	189 (83,6%)	226

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Por todos os dados mencionados, observa-se que, na área urbana, os mecanismos de resistência - dentre os quais a manutenção da língua Sateré-Mawé - ficam fragilizados pelas necessidades postas no processo de negociação da identidade cultural. Neste processo, a exigência de domínios e códigos e linguagens como a fala e a escrita da língua portuguesa diminuem o espaço e a força simbólica da língua Sateré-Mawé.

Por isso, 98,8% dos indivíduos com 5 anos e mais, na área urbana, falam a língua portuguesa (somente 1,2% não a dominam), enquanto nas terras indígenas são 63,4%, elevando-se para 36,6% o percentual dos que não a dominam. Outrossim, pelas mesmas razões político-culturais, o domínio do código escrito da língua portuguesa é mais elevado na área urbana, onde, somando-se os que têm excelente domínio aos que apenas a dominam razoavelmente, 85,9% a lêem e 85% a escrevem, enquanto nas terras indígenas estes percentuais são 53,1% e 53,3%, respectivamente.

8.1.3 O idioma falado em casa e na comunidade

Essa situação de distribuição espacial e prevalência de códigos lingüísticos também se evidencia nos espaços privados: na área urbana é a língua portuguesa que se fala majoritariamente em casa (72,9%), enquanto nas terras indígenas é a língua Sateré-Mawé o principal código lingüístico usado nos domicílios (83,5%).

Assim como nos casos vistos anteriormente, é em Maués que se verifica a maior proporção de pessoas que falam o Sateré-Mawé no ambiente familiar, ficando Parintins e Barreirinha com proporções reduzidas de moradores com essa característica. Em Parintins não chega 6% a quantidade de pessoa que falam exclusivamente o idioma materno em casa, enquanto cerca de 17% falam tanto o português como o Sateré-Mawé, perfazendo um total de apenas 23% de moradores que falam o idioma materno no ambiente familiar. Os restantes 77% somente se comunicam em português. Em Barreirinha chegam a 88% as pessoas que só falam o português e a menos de 1% os que só conversam em Sateré-Mawé em casa: o restante fala nos dois idiomas. Nesta última cidade, dos 99 moradores sateré-mawé com idade entre 7 a 17 anos, apenas 3 conversam em Sateré-Mawé em casa, e isto, de forma intercalada com o português. Esses dados reforçam a precariedade de sustentação do idioma Sateré-Mawé em Parintins e em Barreirinha, especialmente nesta última cidade, apontando a necessidade de intervenção das lideranças sateré-mawé e do poder público para reverter a situação de tendência ao desaparecimento do idioma nessas cidades.

Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II Crianças tomando banho no rio.



Na área indígena existem várias comunidades onde o idioma Sateré-Mawé não é falado por uma quantidade expressiva de moradores, seja em casa ou na comunidade. Aquelas aldeias com mais de 15% de moradores que só falam o português em casa se encontram discriminadas na tabela abaixo. Na maioria dessas comunidades também é significativo o número de pessoas que não falam o Sateré-Mawé, como vimos anteriormente, e onde o risco de o idioma vir a perder importância é maior.

Tabela 34

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal - comunidades selecionadas
Residentes com 5 anos e mais de idade segundo a condição de falar ou não falar o idioma Sateré-Mawé em casa - 2002/2003

Comunidade	Área indígena	Idioma falado em casa			
		Sateré-Mawé	Português	Ambos	Total
Belo Horizonte	Marau	69,6	17,4	13,0	100,0
Ilha Miquiles	Marau	41,5	24,5	34,0	100,0
Monte Salém	Marau	36,6	58,5	4,9	100,0
São Benedito	Marau	20,6	29,4	50,0	100,0
Guaranatuba	Andirá	11,9	50,8	37,3	100,0
Ponta Alegre	Andirá	15,8	51,6	32,6	100,0
Boa Visita	Andirá	36,8	23,7	36,8	100,0
Itaubal	Andirá	18,2	36,4	45,5	100,0
Tigre	Andirá	26,7	60,0	13,3	100,0
Arumatuba	Andirá	0,0	86,7	13,3	100,0
São Francisco	Uaicurapá	0,0	96,1	3,9	100,0
Vila da Paz	Uaicurapá	15,8	42,1	42,1	100,0
Vila Batista I	Borba	39,0	27,3	33,8	100,0
Vila Batista II	Uaicurapá	33,0	31,9	34,0	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

8.2 Escolarização e escolaridade entre os Sateré-Mawé

O quadro situacional dos Sateré-Mawé no que concerne à escolarização e à escolaridade, apresenta elementos que devem ser entendidos não só como resultado da aplicação de políticas educacionais, mas também como explicitação de estratégias políticas usadas pelos índios na negociação de visibilidade e reconhecimento no espaço público brasileiro. A busca dos Sateré-Mawé por escola, explicitada na forma de documentos reivindicatórios enviados ao poder público, solicitando recursos para suas escolas, demonstra serem os conhecimentos escolares e a certificação que a escolaridade concede

importantes instrumentos de luta, no processo histórico de construção de sua identidade cultural e de desenvolvimento de seus projetos sociais.

8.2.1 Nas terras indígenas e nas áreas urbanas

Considerando-se essa busca sateré-mawé por educação formal, nos números fica evidente que a escolarização ainda não está alcançando a totalidade dos Sateré-Mawé com idade compreendida entre 7 e 24 anos, nem nas áreas urbanas, onde se verifica o maior percentual de matrículas (83,9%), nem nas terras indígenas (59,6%). Se forem consideradas as pessoas que têm entre 7 e 17 anos de idade, os percentuais sobem bastante, mas ainda demonstram a falta de acesso da população sateré-mawé à escola. A pior situação ocorre na área indígena, onde aproximadamente 13% dos indivíduos

dessa faixa etária estão fora da escola. Na área urbana, o percentual dos que estão fora é de 8%.



Área do rio Uaicurapá. Comunidade de São Francisco. Apresentação dos dados levantados

ou seja, poderiam estar fora da escola por falta do ensino de 5ª a 8ª série na área indígena. Além disso, 148 crianças, entre 7 e 14 anos de idade, não freqüentam a escola, significando que há problemas na oferta de vagas para as crianças sateré-mawé na área indígena. Dessas crianças, mais da metade se concentra em apenas 14 aldeias²², das quais 4, compreendendo as pequenas comunidades de São Luís, Limoal, Tigre a Arumatuba, no Andirá, não têm nenhuma criança estudando. Na aldeia de Tabatinga, no Andirá, apenas uma das cinco crianças moradoras estão estudando, e na de Santo Antônio, também no Andirá, 12 entre 16 crianças de 7 a 14 anos não freqüentam a escola.

Nas cidades de Maués, Parintins e Barreirinha - onde a escola freqüentada pelos Sateré-Mawé não se define como escola indígena, não sendo, portanto, nem específica nem diferenciada - os números evidenciam que as condições sociais e políticas têm possibilitado aos Sateré-Mawé garantir principalmente o curso do ensino fundamental, cuja Taxa Líquida de Escolarização (TLE)²³ é de 68,3%, havendo uma acesso maior às

²² São elas: Santa Maria (10 crianças sem estudar), Campo do Meriti (11), Novo Unido (4 entre 9 crianças), Nova União (3 entre 7), todas no Marau; Araticum Novo (6), Tabatinga (4 entre 5), Molongotuba (10), Nova América (5), Vila Nova (7), ?Santo Antônio (12 entre 16) São Luís, Limoal, Galiléia e São Raimundo (nenhuma criança estudando), todas no Andirá.

²³ A Taxa Líquida de Escolarização é definida como o quociente entre o número de crianças matriculadas no Ensino Fundamental e o do total de crianças com idade entre 7 e 14 anos completos, multiplicado por 100. Ela pode ser decomposta para as quatro primeiras e as quatro últimas séries através da relação com as respectivas idades, conforme mostra a tabela.

quatro primeiras séries, em relação às quatro últimas, sendo as taxas 81,6% e 50%, respectivamente. O acesso a níveis mais elevados de ensino se limita a muito poucos.

Tabela 35

Área Urbana

Residentes com 7 a 14 anos, por sexo, segundo a frequência à escola, por série (5ª a 8ª) - 2002/2003

Faixa Etária	Frequência escolar					TLE (%)
	População	1ª a 4ª		5ª A 8ª		
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
7 a 10	147	56	64	-	-	81,6
11 a 14	106	-	-	27	26	50,0
Total	253	56	64	27	26	68,3

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nas terras indígenas - onde está em curso a criação da escola indígena com educação escolar específica e diferenciada - o exame das taxas de escolarização também deixa evidente que o poder público tem investido somente nas séries iniciais do ensino fundamental, que apresenta o percentual de 87,1% de taxa líquida de escolarização. Não há oferta regular das quatro últimas séries do ensino fundamental, nem de ensino médio. Isto pode ser corroborado pela observação dos anos de estudo, pois existe uma concentração de indivíduos que têm de um a quatro anos de estudos, dado que se coaduna com o fato de que são ofertados, preponderantemente, os quatro primeiros anos de ensino fundamental.

Este resultado mostra que: de um lado, as ações governamentais para educação escolar indígena estão distantes de cumprir amplamente os preceitos constitucionais; de outro lado, o não-atendimento a níveis de ensino mais elevados pode se configurar em mecanismos de emigração das áreas indígenas, como de fato tem ocorrido.

A responsabilidade do poder público com a oferta de educação escolar indígena em todos os níveis de ensino parece ficar mais evidente quando se examinam os dados

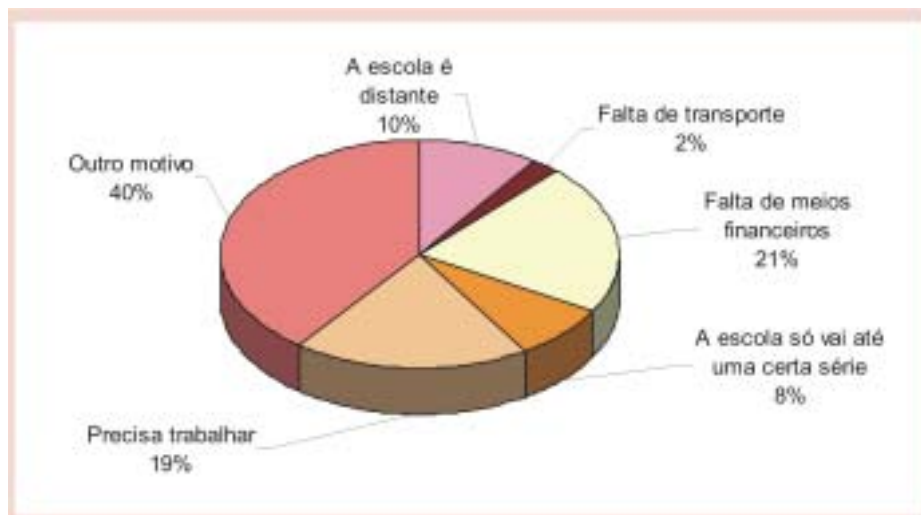
relativos aos indivíduos da área urbana que não estavam estudando na época da pesquisa, mas que já tinham pelo menos um ano de estudos - 27% dos moradores, e aqueles concernentes aos motivos pelos quais desistiram de estudar.



Área do rio Marau. Comunidade de Belo Horizonte. Professor indígena, Ercílio, entrevistando um dos moradores

Gráfico 31

Residentes que já estudaram segundo o motivo por terem deixado de frequentar a escola - 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Pelos dados acima, verifica-se que em mais da metade dos casos de desistência, os motivos - distância da escola, limitação de série, falta de recursos financeiros e de transporte - referem-se a problemas estruturais, determinados por fatores ligados às políticas educacionais e econômicas, bem como às relações sociais de trabalho, as quais são instâncias fora da esfera de decisão individual, da comunidade ou da escola.

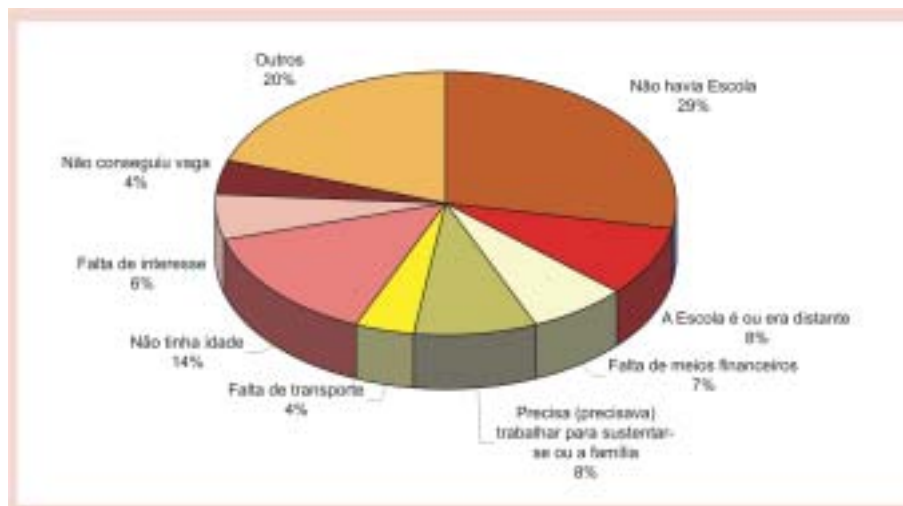
O mesmo se pode afirmar para os motivos daqueles que nunca estudaram, pois a existência ou a proximidade de escolas, a existência de meios financeiros e materiais para garantir o sustento, além da existência de transporte para ter acesso à escola, são fatores determinados por relações políticas e econômicas mais amplas.



Área do rio Andirá. Comunidade de Ponta Alegre. Porto da comunidade.

Gráfico 32

Residentes que nunca estudaram segundo motivo por não terem freqüentado escola
- Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Estes fatores estruturais, que estão na base da ampliação das taxas de escolaridade, articulam-se a outros fatores ligados à natureza e objetivos da escola situada nas áreas urbanas, evidenciando uma dificuldade de existir correlação mais direta entre a condição de estar trabalhando e a de ter freqüentado a escola.

O exame dos dados enseja a inferência da dificuldade em se estabelecer uma correlação direta entre conhecimentos escolares e realização de atividades produtivas dos Sateré-Mawé, pois, observe-se que, dos 265 indivíduos na condição de ter ou não freqüentado a escola alguma vez, somente 81 estão trabalhando. Se, por um lado, esse dado evidencia que a freqüência à escola, por si só, não garante um lugar no mundo da produção econômica, principalmente na área urbana; de outro lado, esse dado representa um importante subsídio à formulação das propostas pedagógicas das escolas indígenas, no que concerne a um projeto social de desenvolvimento para o povo sateré-mawé.

Entretanto, considerando-se que a escola permite aos Sateré-Mawé transitar por campos simbólicos usados como estratégias para negociar visibilidade no espaço público brasileiro - campos simbólicos como a escrita, o domínio da língua portuguesa e de outras linguagens -, os dados sobre o rendimento mensal para quem freqüentou ou não a escola demonstram a diferença que a escolaridade pode fazer na construção do desenvolvimento humano desse povo: na área urbana, de 188 indivíduos que têm rendimento mensal, 150 freqüentaram a escola. Estes números sugerem uma relação positiva entre freqüência à escola e rendimento.

8.2.2 Diferenciação na educação e nas oportunidades escolares por gênero e idade

No que concerne às matrículas no Ensino Fundamental - quer no ensino regular, quer nos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) - sobressai-se o número de adultos que freqüentam as mesmas salas de aula, junto a filhos e outros parentes crianças e jovens. Como

se pode constatar na Tabela 36, os adultos com 20 anos e mais que freqüentam o Ensino Fundamental são em número de 266, correspondendo a quase 13% do total de matriculados nesse nível de ensino. Acrescentem-se a esses os 286 alunos matriculados no EJA.

Tabela 36

Terra indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Matrícula por grupo etário segundo o tipo de ensino - 2003

Idade	Tipo de ensino		
	Fundamental	Formação de professores indígenas	EJA
5-19 anos	2078	18	4
20-49anos	249	138	194
50 anos e +	17	6	46
Total	2344	162	286

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé-mawé-Maué

A compreensão deste fato se circunscreve no próprio sistema de valores que engendram os processos educativos da cultura sateré-mawé. Nestes processos, as crianças e os adultos sempre estão juntos no ato de conhecer, partilhando informações, descobertas e modos de fazer. Neste sentido, parece plausível que também o espaço da sala de aula seja partilhado por todos, independentemente da idade.

No que concerne ao elemento gênero, os dados evidenciam que as mulheres são mais numerosas, mas são as que menos freqüentam a escola na área urbana: são 253 mulheres com idade entre 7 e 24 anos, das quais somente 202 (80%) freqüentam a escola, enquanto entre os 256 homens da mesma faixa etária são 225 (89%) freqüentando escola. Na população de 7 a 14 anos, embora ainda se observe uma vantagem masculina quanto ao acesso à escola, parece haver um progresso no sentido de reduzir essas diferenças de oportunidades entre homens e mulheres: 92% das mulheres estão estudando, contra 96% dos homens.

Quando se consideram, no entanto, as pessoas que já freqüentaram a escola, não se observa a mesma desvantagem feminina, pois a proporção de mulheres e de homens nessa condição é a mesma. Já em terras indígenas, verifica-se que o número de homens é bem maior que o de mulheres, tanto em relação a estar freqüentando, quanto a já ter concluído um curso. Dos 2.221 moradores com idade entre 7 e 24 anos que declararam estar freqüentando uma escola, 1.202 são homens e 1.019 são mulheres. As mulheres dessa faixa etária que estudam são apenas 68% da respectiva população feminina, se comparadas com os 77% de homens na mesma situação. Convém observar, contudo, que, quando se considera apenas a faixa etária 7-14 anos, a diferença cai significativamente e as proporções se tornam quase idênticas: os homens que estudam representam 92,7% do total da faixa etária masculina as mulheres 90,3% da feminina.

A vantagem masculina em termos de freqüência à escola parece estar, portanto, situada nas faixas etárias posteriores, onde se inclui a maioria dos que estão cursando a formação de

professores indígenas, os quais têm muito maior representatividade masculina que feminina. A próxima tabela (Tabela 37), que traz a distribuição dos moradores segundo o curso que freqüentam, mostra a patente superioridade masculina no curso de formação de professores indígenas e a importância do fator gênero na explicação do acesso diferenciado à escola, pelo menos para os moradores que têm mais de 14 anos de idade.

Tabela 37

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Residentes com 5 anos e mais de idade segundo o curso que freqüentam, por sexo - 2003

Curso	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Pré-Escolar	88	87	175
Ensino Fundamental	1.242	1.102	2.344
Supletivo (Ensino Fundamental)	1	5	6
Ensino Médio	5	2	7
Supletivo (Ensino Médio)	-	1	1
Alfabetização de Adultos	17	12	29
Formação de Professores Indígenas	130	32	162
Educação Jovens e Adultos (EJA)	137	149	286
Outros	4	-	4
Total	1.624	1.390	3.014

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Essa situação de primazia masculina na escolaridade encontra respaldo na própria organização social dos Sateré-Mawé, que, fundamentada em seus mitos cosmogônicos dá ao homem os papéis de chefia e direção, dentre os quais estão atividades que hoje precisam dos conhecimentos escolares, como professor e agente de saúde.

É, talvez, também na organização social sateré-mawé que se devem buscar as causas das diferenças entre homens e mulheres quando se considera o idioma falado, lido e escrito. Conforme foi visto anteriormente, a quase totalidade dos moradores em terra indígena sateré-mawé fala o idioma materno, com exceção de algumas aldeias, como a comunidade de Ponta Alegre, no Andirá. Do ponto de vista das relações de gênero, não há praticamente diferença entre a proporção de homens e de mulheres quando consideramos o idioma falado, conforme mostra a próxima tabela. Em relação à leitura e à escrita, porém, há uma evidente superioridade masculina quanto ao aprendizado do idioma, que é lido por 60,3% dos homens e por apenas 43,5% das mulheres. As proporções são praticamente as mesmas para a língua escrita, demonstrando que, de alguma forma, os homens têm preferência sobre as mulheres quanto ao aprendizado da leitura e da escrita da língua Sateré-Mawé.

Tabela 38

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Residentes com 5 anos e mais de idade segundo a condição de falar, ler e escrever o idioma Sateré-Mawé, por sexo - 2003

Sexo	Falar Sateré-Mawé			Ler Sateré-Mawé			Escrever Sateré-Mawé		
	Fala	Não Fala	Total	Lê	Não lê	Total	Escreve	Não Escreve	Total
Masculino	96,1	4,0	100,0	60,3	39,7	100,0	60,0	40,0	100,0
Feminino	95,9	4,1	100,0	43,5	56,5	100,0	43,4	56,6	100,0
Total	96,0	4,0	100,0	52,2	47,9	100,0	51,9	48,1	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

A situação é semelhante quando se considera o conhecimento do idioma português, com a diferença de que a desvantagem da mulher se mostra em todas as formas de abordagem da língua. Assim, a proporção de homens é superior à de mulheres tanto no que relaciona ao falar como ao ler e escrever a língua portuguesa, conforme mostra a tabela que se segue.

Tabela 39

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Residentes com 5 anos e mais de idade segundo a condição de falar, ler e escrever o idioma português, por sexo - 2003

Sexo	Falar português			Ler português			Escrever português		
	Fala	Não Fala	Total	Lê	Não lê	Total	Escreve	Não Escreve	Total
Masculino	72,5	27,5	100,0	61,5	38,5	100,0	61,9	38,1	100,0
Feminino	54,4	45,6	100,0	44,3	55,7	100,0	44,4	55,6	100,0
Total	63,7	36,3	100,0	53,1	46,9	100,0	53,4	46,6	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé. 2002/2003.

Na área urbana o fenômeno se repete, indicando, até certo ponto, a reprodução de traços culturais prevaletentes em terra indígena. Da mesma forma como ocorre em terra indígena, a proporção de homens e mulheres que falam o idioma Sateré-Mawéé quase a mesma, observando-se até mesmo uma leve superioridade feminina (54% dos homens e 55,3% das mulheres falam a língua materna). As diferenças a favor do sexo masculino vão se dar na frágil capacidade de leitura e de escrita na comunidade sateré-mawé urbana, que mostra uma proporção de homens que falam e escrevem o idioma materno superior em mais de 8% à de mulheres com a mesma capacidade.

O idioma português, que é falado por cerca de 99% dos homens e mulheres da comunidade sateré-mawé das cidades de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Olinda do Norte, é também lido e escrito por proporções bastante significativas da mesma população, mas, também aqui, ainda se nota uma superioridade masculina, embora não tão expressiva como na área indígena. Naquelas cidades, aproximadamente 89% de homens e 83% de mulheres conseguem ler e escrever a língua portuguesa.

9. ATIVIDADES ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO SATERÉ-MAWÉ



Buscando detectar a complexidade dos meios utilizados pelos Sateré-Mawé para garantir para si e seus familiares as condições materiais de existência, tanto nas terras indígenas como nas áreas urbanas, este Diagnóstico utilizou, no instrumento de coleta (questionário) perguntas que, combinadas, permitiram investigar, de um lado, a origem dos rendimentos dos que vivem nas cidades, e, de outro, as formas como a utilização dos recursos naturais e da agricultura de subsistência, além de proporcionar a obtenção de alimentos e de material para a construção de moradias e de utensílios diversos, permite levantar uma parte dos rendimentos para o sustento familiar. Neste relatório serão mostrados alguns dos resultados mais relevantes obtidos a respeito das fontes de rendimento e do trabalho (nas cidades e nas terras indígenas), das principais atividades econômicas exercidas pelos moradores, bem como do destino da produção local. Podem-se ver aqui também algumas informações a respeito da caça e da pesca em terras sateré-mawé e sobre a perda gradativa de importância dessas atividades, devido ao desaparecimento dos animais e dos peixes nos rios que banham essas áreas.

9.1 Nas terras indígenas

Foi indagada aos Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal, com 10 anos ou mais de idade, a origem de seus rendimentos, aqui compreendidos como rendimentos monetários ou provenientes de troca de mercadorias. A tabela abaixo mostra os resultados obtidos.

Tabela 40

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Moradores com 10 anos e mais de idade segundo a origem dos rendimentos - 2003

Origem do rendimento	Número de moradores	% em relação ao total
Trabalho	3174	71,1
Aposentadoria ou pensão	560	12,5
Auxílios governamentais	82	1,8
Outros	8	0,2
Sem rendimento	943	21,1
Total de respostas	4765	-
Total de respondentes	4465	-

*Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé**Nota: A soma das proporções é superior a 100 devido à duplicidade de respostas, já que o entrevistado pôde escolher mais de uma das opções de resposta.*

Como se pode ver, é significativa a quantidade de pessoas que têm alguma atividade econômica entre os Sateré-Mawé residentes em terras indígenas, fato comum, aliás, em áreas em que predomina a economia de subsistência. Neste caso, cerca de 21,9% dos que declararam que tiram o rendimento do trabalho têm menos de 15 anos de idade (511 pessoas) e mais de 60 anos (223 pessoas). Mesmo as crianças com menos de 10 anos têm alguma participação na produção familiar, especialmente na que se relaciona aos derivados da mandioca, atividade tradicional entre os moradores das terras indígenas sateré-mawé.



Área do rio Andirá. Comunidade de Ponta Alegre. Equipe da pesquisa.

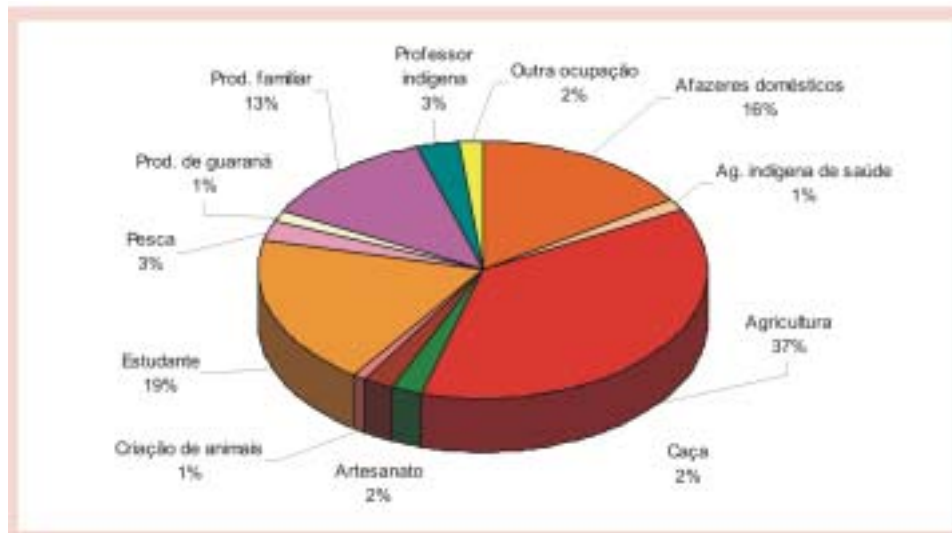
Por outro lado, é expressiva a quantidade de aposentados que têm alguma atividade econômica. Com efeito, 221 entre os 560 entrevistados que se declararam aposentados recebem também rendimentos originários do trabalho, ou seja, continuam exercendo alguma atividade produtiva nas terras indígenas.

Foi também indagado aos entrevistados em área indígena sobre as atividades do seu dia-a-dia. Dada a forma como o trabalho e a produção são organizados nas terras sateré-mawé, onde as pessoas têm

mais de uma ocupação, perguntou-se-lhes sobre as três mais importantes, por ordem de importância, para cada um deles. Adicionalmente, foi-lhes solicitado informarem as formas como as atividades são remuneradas, caso o fossem. As tabelas e os comentários que se seguem, referem-se a esses aspectos da vida da população Sateré-Mawé.

Gráfico 33

Ocupação mais importante declarada pelos residentes com 10 anos e mais de idade - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Um aspecto importante a ser considerado em relação às ocupações dos residentes em terras indígenas é a forma com que essas ocupações aparecem, para o morador, segundo a ordem de importância que a elas são dadas.

A produção agrícola, aqui compreendida como a plantação de verduras, legumes e tubérculos (mandioca, cará, batata-doce, jerimum), e outras de menor expressão, constituem-se na principal ocupação produtiva da população sateré-mawé, seguida de alguns tipos de produção familiar, especialmente relacionada à derivação dos produtos da mandioca. Entre estes, destacam-se a farinha, o tucupi, o beiju, a farinha de tapioca e a goma. As duas ocupações mencionadas são responsáveis por 76,4% do total das ocupações em terra indígena, se excluídas as atividades domésticas e as estudantis. Essas duas últimas agregam um número importante de pessoas, representando a terça parte das ocupações nas terras sateré-mawé, mas não são geralmente consideradas como produtivas do ponto de vista econômico.

A maioria das pessoas que declarou como principais ocupações, as atividades estudantis e as domésticas, exerce outras atividades nas aldeias, as quais aparecem em segundo ou terceiro lugar na ordem de importância que os entrevistados atribuem às ocupações. Assim, por exemplo, das 683 pessoas que declararam as atividades domésticas como as mais importantes, 562 declararam ter uma segunda atividade - a maioria em ocupações agrícolas e na produção familiar - e 263 uma terceira, em que se sobressaem a produção familiar e a criação de animais. Da mesma forma, dos 807 que se declararam estudantes como primeira ocupação, 623 declararam ter uma segunda ocupação e 396 uma terceira.

No gráfico anterior foram observadas as ocupações consideradas como principais segundo a óptica de cada entrevistado. Essas informações aparecem repetidas na primei-

ra coluna da tabela que se segue, para que se possa compará-las com as ocupações que estão em segundo ou terceiro lugar em ordem de importância, e, desse confronto, afluem outros valiosos aportes sobre as atividades dos Sateré-Mawé nas terras indígenas.

Assim, por exemplo, ficamos sabendo que enquanto os afazeres domésticos, a agricultura, a atividade estudantil, o magistério indígena, a produção familiar (esta, em menor monta), são consideradas as atividades mais importantes pela maioria das pessoas, as demais (artesanato, caça, criação de animais, pesca, produção de guaraná) têm a maior parte de sua realização como atividade secundária, isto é, o número de pessoas que as declararam como o segundo lugar é superior ao dos que as declararam em primeiro. Nesse sentido, por exemplo, o artesanato pode ser considerado uma atividade de segundo plano, pois o número de pessoas que o praticam como segunda ocupação em importância é superior ao dos que a consideram a mais importante. O mesmo ocorre com a caça. Já a criação de animais, a pesca e a produção de guaraná são mais citadas como terceira ocupação em ordem de importância. Tudo isso significa que, embora realizadas por um número elevado de pessoas, essas atividades se encontram num patamar inferior na ordem de importância estabelecida pelos moradores ao serem entrevistados.

Tabela 41

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Principais ocupações da população com 10 anos mais de idade segundo a ordem de importância de cada ocupação - 2003

Ocupação	Ordem de importância da ocupação		
	Primeira	Segunda	Terceira
Afazeres domésticos	683	591	385
Agricultura	1603	908	272
Artesanato	96	210	132
Caça	93	447	266
Criação de animais	42	226	233
Estudante	807	283	157
Professor indígena	126	10	6
Pesca	111	451	511
Produção de guaraná	61	118	123
Prod. Familiar (excl.guaraná)	555	481	302
Agente Indígena de Saúde	63	4	2
Outra atividade	74	64	73
Total	4316	3793	2462

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Essas ocupações situadas em segundo ou em terceiro lugar em ordem de importância se vinculam, geralmente, às atividades consideradas mais importantes pelo entrevistado, que estão, via-de-regra, gravitando em torno da agricultura, da produção familiar, da vida estudantil ou das atividades domésticas. Assim, para as 233 pessoas que declararam ter criação de animais como terceira ocupação em importância, as atividades tidas como primeira em importância se dividem entre aquelas quatro. Para os que creditam à produção de guaraná a terceira ocupação em importância, pouco mais da metade (53,7%) se dedica primordialmente à agricultura. Para os 447 sateré-mawé que consideram a caça a segunda ocupação mais importante (contra apenas 93 que a consideram a mais importante), 68% trabalham em primeiro lugar nas atividades agrícolas, também exercidas por 66% dos que têm o artesanato como segundo em ordem de importância.



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. Mulheres preparando almoço.

Centrados, pois, nas quatro principais ocupações detectadas nas terras indígenas (agricultura, produção familiar, atividades domésticas e estudantis), os moradores sateré-mawé se dedicam secundariamente a outras atividades que, integradas àquelas e com elas se complementando, constituem o complexo mosaico de produção (e comercialização) dos bens materiais que determinam as condições de sobrevivência nas aldeias.

Evidentemente, tais condições irão depender de fatores independentes do

processo de produção em si, como dos aportes financeiros trazidos às famílias pelas aposentadorias e pelas relações empregatícias. Entre essas últimas, as principais (e quase únicas) são constituídas pelas ocupações no magistério e na área de saúde, aqui representadas pelos professores e os agentes indígenas de saúde. O salário desses profissionais contribui decisivamente para o sustento de suas famílias, que correspondem a pouco mais de 10% do total das famílias sateré-mawé residentes em terra indígena. Acrescidos as aposentadorias e das pensões recebidas por 560 moradores, tem-se um valor que deve corresponder à parte principal do aporte monetário às áreas indígenas.

Outra parte dos recursos (monetários ou não) que os moradores sateré-mawé utilizam na construção de sua estratégia de sobrevivência, origina-se da venda e da troca dos produtos obtidos com seu trabalho diário. Este Diagnóstico procurou buscar, através das entrevistas realizadas, informações que dessem indícios da forma como as ocupações são remuneradas em terra indígena, segundo a ordem de importância de cada uma delas. A tabela abaixo mostra a forma de remuneração daquelas ocupações que um número maior de moradores considerou como as mais importantes.

Tabela 42

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Residentes com 10 anos e mais de idade segundo a forma de remuneração da ocupação mais importante - 2003

Ocupação mais importante	Forma de remuneração				
	Salário	Venda de produtos	Troca de produtos	Não remunerado	Total
Agricultura	7	1244	37	315	1603
Artesanato	1	85	3	7	96
Caça	-	11	2	80	93
Pesca	-	5	1	105	111
Produção de guaraná	1	56	1	3	61
Produção familiar	2	463	9	81	555
Magistério	59	-	-	4	63
Saúde (AIS*)	122	-	Ñ	4	126

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

(*) Agente Indígena de Saúde

Obs.: As atividades domésticas e estudantis foram consideradas, na pesquisa, como não-remuneradas.

A primeira constatação que se tira das informações mostradas é que as principais formas de remuneração dos moradores são a venda de produtos e o salário. No entanto, nem sempre a ocupação remunerada é considerada como a mais importante pelos moradores. Para 16 professores indígenas, entre ao 142 entrevistados, a atividade docente não constitui a ocupação principal, mesmo se considerando o peso de seu salário no orçamento familiar.

9.1.1 Produção dos meios de subsistência em terras sateré-mawé

Para os que visitam as comunidades sateré-mawé situadas nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal e conversam com os moradores e as lideranças, fica a impressão de que haverá necessidade de um grande esforço coletivo e de articulação política - interna e externamente - para que se possam garantir as condições de sobrevivência desse povo.

Supondo-se que o modo de produção da população sateré-mawé, no passado, não se tenha diferenciado, até meados do Século XX, do que se conhece de todos os povos que viviam e vivem da economia de subsistência, pode-se afirmar, então, que esse povo se sustentava comodamente através do que obtinha da caça, da pesca, da extração vegetal, das frutas e da lavoura tradicional, da produção da mandioca e de seus derivados, atividades essas que não exigiam tecnologias avançadas.

Por isso se diz que a população indígena vive num sistema tradicional de acesso a espaços e recursos naturais de uso comum. Esses espaços são caracterizados pela

forte dependência, face ao uso de recursos naturais renováveis e à manutenção de vinculações mais ou menos limitadas com o mercado, bem como pela aceitação compartilhada de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupal, particularidade essa presente no modo de vida das comunidades indígenas em geral.

9.1.1.1 Produção agrícola

A agricultura de subsistência é reconhecidamente uma atividade essencial na cultura milenar da maioria das populações indígenas, que subsistiram pelo menos 5.000 anos na floresta, da qual elas dependem e com a qual vivem em equilíbrio. Gradativamente, as formas indígenas de subsistência, mediadas pela relação com a floresta, foram sendo absorvidas pelas populações ribeirinhas que surgiram desde então.

No Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé os responsáveis por domicílios foram indagados a respeito dos principais produtos agrícolas plantados pelos moradores e o destino da produção correspondente. Dos 1455 responsáveis entrevistados na área indígena, cerca de 84% (1.248 entrevistados) declararam que alguém no domicílio tinha algum tipo de plantação.

Na região do Uaicurapá, encontra-se a maior proporção de domicílios (93,1%) que têm plantação, enquanto que nas demais áreas as proporções estão próximas da média citada anteriormente, variando entre 84 a 86%.

Os Sateré-Mawé plantam, sobretudo cará, mandioca²⁴ e batata. As roças dessas culturas são consorciadas com outras como milho, jerimum, macaxeira, cana-de-açúcar e feijão, citadas por mais de 170 chefes de domicílio. Outras culturas são também observadas, porém com menor expressão (citadas por mais de 10 chefes de domicílio) como o tajá, a pimenta, a taioba, a mangarataia, a fava, o maxixe, o gengibre, o saigüititi e a cebolinha. Outros 25 produtos agrícolas²⁵ são também plantados em terra sateré-mawé, em menor quantidade, indicando que há uma grande variedade de culturas agrícolas nas terras indígenas pesquisadas.

Área do rio Marau. Sede da Comunidade Vila Nova II

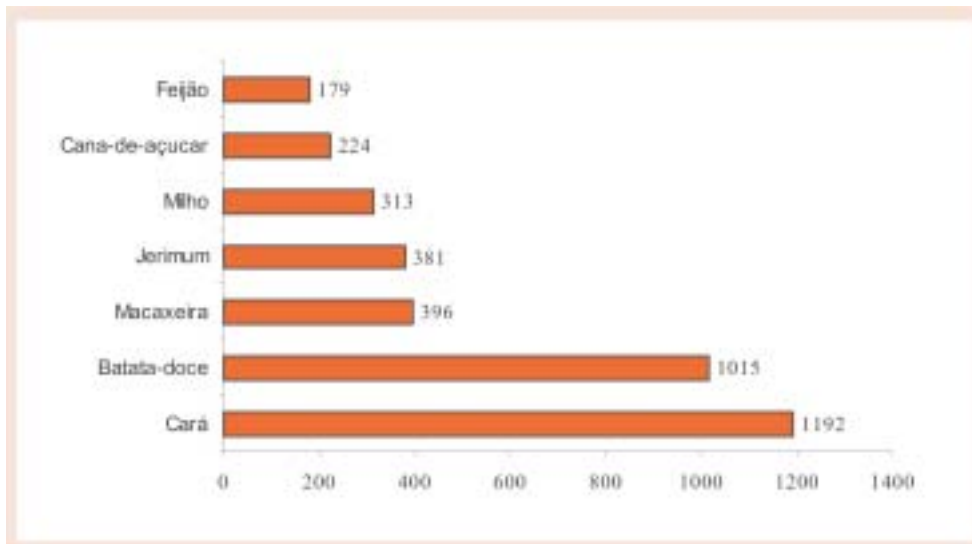


²⁴ Não foram incluídas no questionário do levantamento questões sobre a plantação e a produção da mandioca, mas apenas a respeito dos principais produtos extraídos desse tubérculo e o destino de tais produtos, depois de processados.

²⁵ Essas outras culturas foram citadas por menos de 1% dos chefes de domicílio, destacando-se, entre elas: fava, arroz, pimentão, juruá, café, chicória, abacaxi, cebola, algodão, ingá, tomate, etc.

Gráfico 34

Número de domicílios segundo a cultura agrícola desenvolvida
Terra Indígena - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

O levantamento constatou que, assim como ocorre nos sistemas caracterizados pela economia de subsistência, praticamente todas as famílias sateré-mawé residentes em área indígena utilizam a produção agrícola para o consumo familiar. De fato, entre as pessoas entrevistadas na pesquisa, 97% declararam que a produção se destina ao consumo dos membros dos domicílios. Uma parcela, contudo, comercializa o excedente da produção: 14,5% afirmaram que o destino de sua produção é para a venda na cidade ou para o regatão²⁶, e alguns poucos declararam que vendem seu excedente para os parentes ou troca-o, seja na cidade, com o regatão ou com os parentes.

Segue-se a Tabela 43, que mostra o destino dos principais produtos das terras sateré-mawé. Os dados confirmam que a produção de quase todos os domicílios é destinada basicamente à alimentação, mas uma parcela significativa desses domicílios comercializa parte da produção, especialmente através da venda para o regatão ou na cidade. Entre os produtos que são vendidos destacam-se, especialmente, o jerimum e o milho. Do total de domicílios que plantam esses produtos, respectivamente 27% e 22,7% dão a eles aquele destino. No Uaicurapá, a proporção de domicílios que vende o jerimum chega a 58%. Em relação a este último produto, poder-se-ia levantar a hipótese de uma produtividade mais elevada que a dos demais produtos, garantindo, assim, um excedente relativo maior a ser comercializado.

Uma parte da produção de milho (20,1% dos domicílios) nas áreas sateré-mawé tem outros destinos, além do consumo familiar ou da venda. O principal deles é a alimentação de animais. As informações levantadas mostram que, para 13,8% dos domicílios, o milho tem esse destino.

²⁶ Atividade peculiar do interior da Amazônia que se personifica em um barco, desde a canoa mais modesta até os navios que efetuam o comércio de compra/venda/troca nos rios da região.

Tabela 43

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Número de domicílios por cultura desenvolvida segundo o destino da produção e proporção referente ao número total de domicílios produtores de cada cultura - 2003

Produto	Alimentação ou Consumo		Venda na cidade ou para o regatão		Outro destino		Total de produtores	
	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%
Cará	1167	97,9	221	18,5	44	3,7	1192	100,0
Batata-doce	1005	99,0	121	11,9	31	3,1	1015	100,0
Macaxeira	382	96,5	64	16,2	10	2,5	396	100,0
Jerimum	359	94,2	103	27,0	12	3,1	381	100,0
Milho	286	91,4	71	22,7	63	20,1	313	100,0
Cana-de-açúcar	223	99,6	15	6,7	7	3,1	224	100,0
Feijão	173	96,6	25	14,0	10	5,6	179	100,0
Tajá	90	97,8	1	2,2	-	0,0	91	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nota: Pela natureza dos dados, a soma dos valores referentes ao destino da produção não é igual ao total de produtores.

A distribuição da produção agrícola do cará, da batata doce, da macaxeira e do jerimum é bastante homogênea entre as áreas indígenas dos Sateré-Mawé, onde o número de residências que os produzem é aproximadamente proporcional ao número de residências de cada área. No entanto, há diferenças significativas em relação aos demais produtos. Assim, o milho, o feijão e a cana-de-açúcar são muito mais produzidos no Andirá do que no Marau. O número de domicílios cujos residentes plantam esses três produtos é muito reduzido no Marau, quando comparado com o Andirá. Provavelmente essa diferença se deva a características culturais específicas de cada área. Todavia, ela indicaria uma desvantagem nutricional dos moradores do Marau no que se refere às substâncias contidas nesses alimentos.



Crianças da área do rio Andirá.

Tabela 44

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Número de domicílios por cultura desenvolvida, segundo a área indígena (efetivos e proporções) - 2003

Área indígena										
Produto	Andirá		Marau		Uaicurapá		Koatá Laranjal		Total	
	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%
Cará	589	49,4	523	43,9	54	4,5	26	2,2	1192	100,0
Batata-doce	537	52,9	430	42,4	38	3,7	10	1,0	1015	100,0
Macaxeira	177	44,7	192	48,5	21	5,3	6	1,5	396	100,0
Jerimum	188	49,3	167	43,8	26	6,8	-	0,0	381	100,0
Milho	211	67,4	88	28,1	9	2,9	5	1,6	313	100,0
Cana-de-açúcar	169	75,4	35	15,6	13	5,8	7	0,0	224	100,0
Feijão	129	72,1	41	22,9	8	4,5	1	0,6	179	100,0
Tajá	5	5,5	86	94,5	-	0,0	-	0,0	91	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Num sentido inverso, quase toda a produção de tajá das terras indígenas (86 dos 91 domicílios) é realizada na área do Marau. O Andirá tem apenas 5 domicílios cujos responsáveis declararam produzir o tajá, e nas outras áreas (Uaicurapá e Koatá-Laranjal), essa planta não foi citada pelos chefes dos domicílios.

Como foi visto, as informações contidas na tabela anterior mostram como cada produto está distribuído segundo as áreas indígenas da região estudada. Através delas, pode-se saber, por exemplo, que, com exceção da macaxeira e do tajá, o maior número de famílias a produzirem as culturas relacionadas se encontra no Andirá. É um fato que não gera surpresa, visto que o Andirá é a área com maior população entre as quatro que estão em foco, e, portanto, aquela que tem mais famílias. Assim, deveria possuir, também, maior número de famílias produtoras.

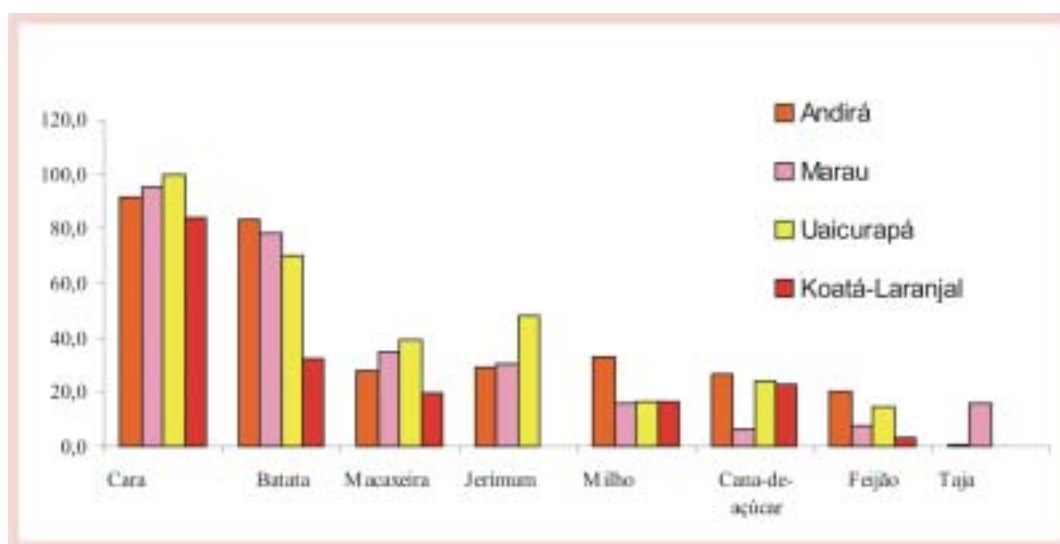
No entanto, os dados mostrados não levam em conta a população de cada uma das áreas. Se isso for levado em consideração, pode-se ter um quadro mais realista da produção das terras indígenas sateré-mawé. O gráfico que se segue mostra essa nova situação, trazendo a proporção de domicílios que produzem cada produto em relação ao total de domicílios cujos responsáveis declararam ter alguma plantação. Levando-se em conta o tamanho da população, nota-se que, em primeiro lugar, a única cultura que o Andirá lidera, em número de produtores, é a cultura do milho. Por outro lado, a área que tem o maior número relativo de produtores agrícolas é a do Uaicurapá, que se destaca na produção de cará, macaxeira e feijão, além da batata e da cana-de-açúcar.

As áreas que apresentam situação mais desfavorável em termos de quantidade de produtores agrícolas são o Marau - mesmo possuindo a mesma quantidade relativa de

produtores de cará e de batata que os demais - e o Koatá-Laranjal. O Marau tem, comparativamente, baixa proporção de produtores de milho e muito baixa de cana-de-açúcar e de feijão. Já o Koatá-Laranjal apresenta a situação mais desfavorável para quase todas as culturas, estando próximo das outras áreas apenas em relação ao cará e à cana-de-açúcar. O milho não é produzido por nenhum domicílio, e o feijão, por apenas um. Por sua vez, a batata parece ter pouca importância relativa na alimentação local, ou a produção é insuficiente para a demanda, já que a proporção dos que a cultivam (32%) está longe dos valores observados no Andirá, no Marau e no Uaicurapá.

Gráfico 35

Proporção de domicílios que desenvolvem cada cultura agrícola, relativamente ao total de domicílios que têm alguma cultura, por área indígena
Terra Indígena - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nota: Dados padronizados pelo número de domicílios de cada área indígena.

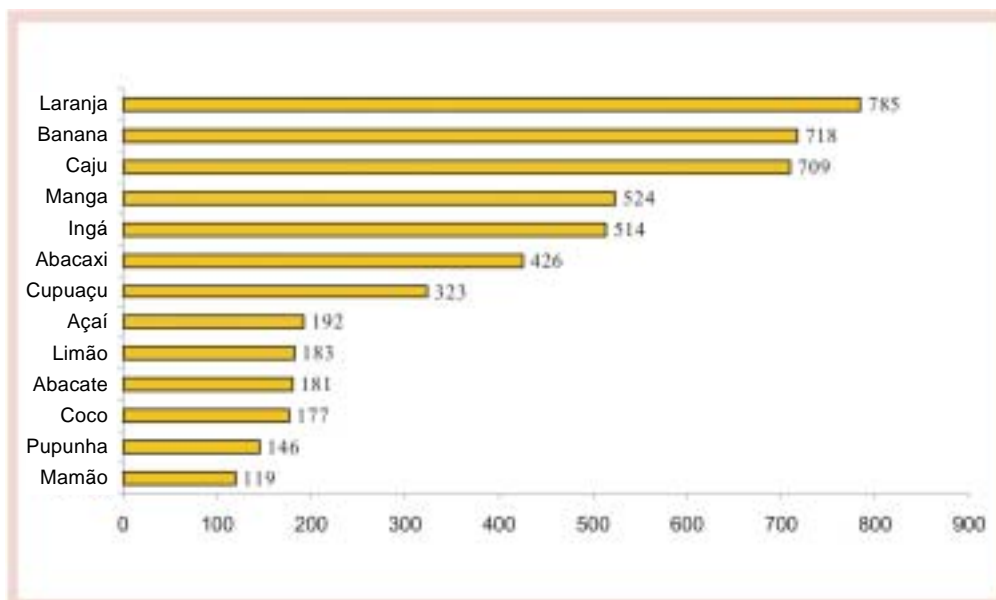
9.1.1.2 As frutas em terras sateré-mawé

Com relevância determinante na dieta da população sateré-mawé, as frutas aparecem, em grande variedade, em toda a extensão das terras indígenas que foram objeto da pesquisa. De um total de 1486 entrevistas feitas aos responsáveis pelos domicílios naquelas terras, apenas 131 afirmaram que os moradores da casa não têm nenhuma atividade relacionada à coleta ou a produção de frutas. Há, portanto, 1.355 domicílios que produzem frutas.

São muitas as espécies de frutas nas áreas sateré-mawé. Elas podem ser colhidas na própria aldeia, como a manga, a laranja, o limão, o caju, o abacate, o mamão, o cupuaçu, o ingá e a pupunha, apenas para falar dos mais importantes. Muitas são nativas da mata, entre elas o açaí, a bacaba, o biribá, o buriti, o jatobá, o pataúá, o tucumã e o uixi. Outras, como a banana, o abacaxi e a melancia, são produzidas nas roças, consorciadas com a mandioca, o jerimum, o cará, a batata e outros produtos agrícolas.

Gráfico 36

Domicílios cujos moradores colhem as espécies de frutas mais relatadas, segundo a fruta colhida - Terra Indígena, 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Ordenando-se as frutas segundo a quantidade de residências (1.355) que as colhem, as espécies mais importantes são a laranja, a banana e o caju, produzidos por moradores de mais de 700 habitações, ou seja, mais de 45% daquele total. Em seguida, vêm a manga, o ingá, o abacaxi e o cupuaçu, que aparecem com mais de 300 domicílios produtores, além do limão, do abacate, do coco, da pupunha e do mamão, todos com mais de 100 domicílios produtores.



Área do rio Marau.
Comunidade Vila Nova II.



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II. Tuxauas presentes durante a Reunião para devolução dos dados obtidos na pesquisa.

Tabela 45

Área indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Domicílios que produzem as frutas mais relatadas na entrevista, por tipo de fruta, e proporção relativa ao total de domicílios cujos responsáveis foram entrevistados, segundo a área indígena - 2003

Fruta	Área indígena							
	Andirá		Marau		Koatá Laranjal		Uaicurapá	
	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%	Domic.	%
Abacaxi	236	31,5	161	24,9	7	22,6	22	37,9
Banana	334	44,5	353	54,6	7	22,6	24	41,4
Caju	378	50,4	284	43,9	8	25,8	39	67,2
Ingá	283	37,7	198	30,6	2	6,5	31	53,4
Laranja	399	53,2	361	55,8	15	48,4	10	17,2
Manga	314	41,9	190	29,4	7	22,6	13	22,4
Total de domicílios	750	100,0	647	100,0	31	100,0	58	100,0

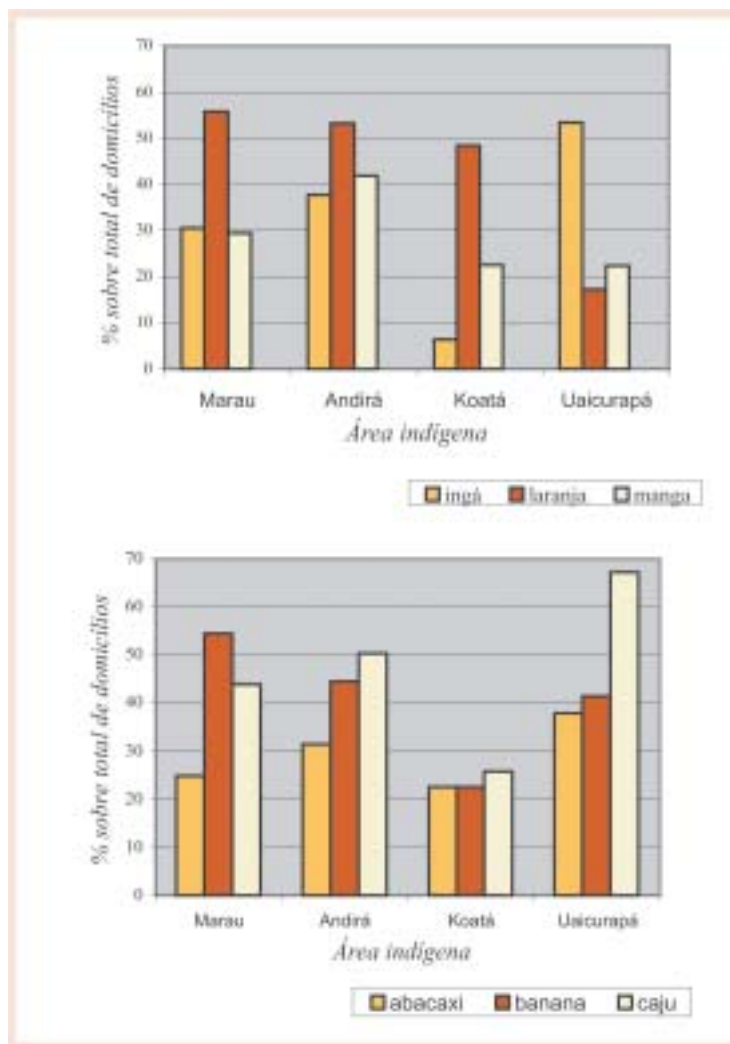
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Com 50 a 100 domicílios produtores estão o abiu, a bacaba, o biribá, o buriti, a goiaba, a graviola, a jaca, o jambo e o tucumã. As demais frutas, como a carambola, o jenipapo, o cajá, o patauá, a tangerina, o uixi, o carumiri, a fruta-pão, o jatobá e o miriti, são produzidos por poucas famílias.

Essas frutas são encontradas praticamente em toda a extensão das terras sateré-mawé, mas os dados levantados indicam que, proporcionalmente, há mais domicílios produtores de determinadas frutas em umas áreas que em outras. Assim, por exemplo, para as 13 frutas mais citadas pelos entrevistados do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal, o Andirá é a área em que mais são mencionados o abacate, o cupuaçu, o mamão, a manga e a pupunha como frutas colhidas, enquanto o Marau tem essa superioridade quanto à banana, ao coco e à laranja, ficando o Uaicurapá com a vantagem no que se refere ao abacaxi, ao açaí, ao caju e ao ingá. A tabela apresentada dá valores correspondentes para as seis frutas com maiores proporções de produtores.

Gráficos 37

Proporção de domicílios cujos moradores colhem as espécies de frutas mais relacionadas na entrevista, por tipo de fruta colhida e área indígena
Terra Indígena - 2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Das 1.355 residências cujos moradores colhem frutas nas terras indígenas sateré-mawé, há pelo menos uma em cada área indígena que produz alguma das 13 espécies mais colhidas. Relativamente a tais espécies, observa-se, no interior dessas áreas, o seguinte quadro:

Andirá:

Mais da metade dos domicílios colhe o caju e a laranja, havendo ainda proporções importantes (mais de 37%) que colhem a banana, o ingá e a manga. Pouco abaixo aparecem o abacaxi e o cupuaçu, colhidos por 27% ou mais de moradores. As demais frutas parecem ter menos importância na área, já que o valor correspondente não chega aos 17%.

Marau:

Apresenta muitos produtores de laranja e de banana (mais de 50% dos domicílios). No Alto Marau, cerca de 70% dos domicílios têm moradores que colhem a laranja, o que permite que essa sub-área possa comercializar parte significativa da sua produção. Outro produto importante é o caju, colhido por mais de 40% dos domicílios. Os demais produtos têm uma parcela de produtores de menor expressão (30% ou menos).

Uaicurapá:

Tem muitos produtores de caju (67,12%), ingá (53,4%) banana (41,4%) e abacaxi (38%). As demais frutas são produzidas por menos de 26% dos moradores. Sua proporção de produtores de caju (67,2%) é a mais elevada de todas as áreas.

Koatá-Laranjal:

A depender do depoimento dos responsáveis por domicílio entrevistados, esta área parece não ter muitos colhedores de frutas. Excetuando-se a laranja, com cerca de 48% de domicílios produtores, não há nenhuma outra fruta cuja proporção de domicílios produtores exceda os 26% (porcentagem correspondente à produção do caju).



Área do rio Marau. Comunidade de Nova América.

Conforme já mencionado, a produção frutífera se destina majoritariamente ao consumo do próprio domicílio, embora um excedente seja comercializado como forma de aumentar o rendimento familiar. Dos 1.355 domicílios produtores, apenas 518 comercializam alguma espécie de fruta, mas a laranja, a banana e o limão são vendidos por mais de 40% de seus produtores, assim como a castanha, e o açaí, comercializados por mais de um quarto deles. Apresentando comercialização bem mais reduzida (entre 10 e 20% dos produtores) estão o abacate, o abacaxi, o buriti, o cupuaçu, a lima, o maracujá, a melancia, o pataúá, a pupunha, o tucumã e o uixi.

Resta, finalmente, uma relação de frutas, como o caju, a manga e o ingá, muito produzidas pelos Sateré-Mawé, que se destinam quase que exclusivamente ao consumo familiar, já que seu comércio é realizado por menos de 10% dos produtores. A relação engloba, além daqueles três, o abio, a bacaba, o cacau, o coco, a graviola, a jaca, o mamão e a tangerina. Apenas para se ter uma idéia da magnitude da “vocação” dessas frutas para o consumo familiar, basta citar que, dos 524 produtores de manga das terras indígenas, apenas 15 a comercializam. No caso do ingá, 514 os produtores e apenas 14 os que o vendem.

9.1.1.3 Os derivados da mandioca

Esse tubérculo é também chamado de macaxeira, aipim, manduba e outras denominações, dependendo da região do Brasil. Originária da América do Sul, a mandioca já era cultivada pelos índios guaranis mesmo antes da chegada dos europeus.

Para os Sateré-Mawé, a produção o cultivo da mandioca e a obtenção de seus derivados são, com certeza, uma das mais importantes atividades de produção familiar praticadas. Ela é cultivada por quase todas as famílias, em razão de ser elemento básico

em sua alimentação (não só dos Sateré-Mawé, como também de outras populações indígenas e da Região Norte).

Convém ressaltar que a tradição dos índios na plantação da mandioca foi sendo gradativamente absorvida pela população não-indígena da Região Amazônica no decorrer do tempo, principalmente no tocante à exploração de seus subprodutos. Como exemplos, tem-se a preferência pela farinha (farinha d'água), o uso da tipiti (prensa em forma de cesto), a produção de bolos e o aproveitamento do tucupí (que é a parte líquida que sobra do suco da mandioca depois que esta é prensada, ingrediente típico e muito apreciado pela cozinha da Região Amazônica).



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II.

As roças de mandioca são plantadas no início das chuvas, consorciadas com outras culturas (cará, milho, batata-doce, etc.). Cada família tem sua plantação individual, sendo que, durante o trabalho mais pesado, como limpar a terra, por exemplo, é utilizado o sistema de puxirum, o mutirão dos Sateré-Mawé. As plantações são, geralmente, distantes de suas casas, demandando até uma hora ou mais de caminhada, ou mesmo, de canoa (a remo ou “rabetá”).

go das mulheres, com a ajuda das crianças (talvez por ser considerada uma extensão das tarefas domésticas).

A parte do roçado é de responsabilidade dos homens, ficando o processo de fabricação da farinha e dos outros derivados a car-

De uma forma geral, as entrevistas dadas pelos responsáveis pelos domicílios mostraram que os moradores sateré-mawé produzem praticamente todos os derivados que podem ser extraídos da mandioca. Entre eles, os de maior importância na dieta alimentar são a farinha (principal subproduto), a goma, o beiju, o tucupí, a tapioca e a crueira. O pé-de-moleque foi também citado por alguns chefes de domicílio como um subproduto importante da mandioca.

Quase todo o processo produtivo dos derivados da mandioca é executado na “cozinha”, lugar separado da casa. A atividade de maior importância e complexidade, segundo depoimentos dos responsáveis por domicílio, é a da preparação da farinha, em que a mandioca é tirada do molho (após amolecer), ralada, prensada e torrada no forno. Só depois de completado todo o processo ela será acondicionada no “paneiro” (recipiente fabricado com fibra vegetal). Cada um dos outros derivados da mandioca tem seu processo específico de preparação.

Dos 1486 chefes de domicílio sateré-mawé que foram indagados na pesquisa, se alguém da família trabalha na produção dos derivados da mandioca, 1.344, ou seja, 90,4% deles, responderam afirmativamente. A tabela a seguir mostra a quantidade de domicílios cujos moradores têm essa atividade e a proporção em relação aos 1.344 que produzem aqueles derivados.

Tabela 46

Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Domicílios que produzem derivados da mandioca, por derivado produzido, e proporção relativa ao total dos domicílios produtores - 2003

Produto	Domicílios	Proporção s/total de domicílios (%)
Beiju	442	32,9
Crueira	967	71,9
Farinha	1333	99,2
Goma	247	18,4
Pé-de-moleque	6	0,4
Tucupi	1101	81,9

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

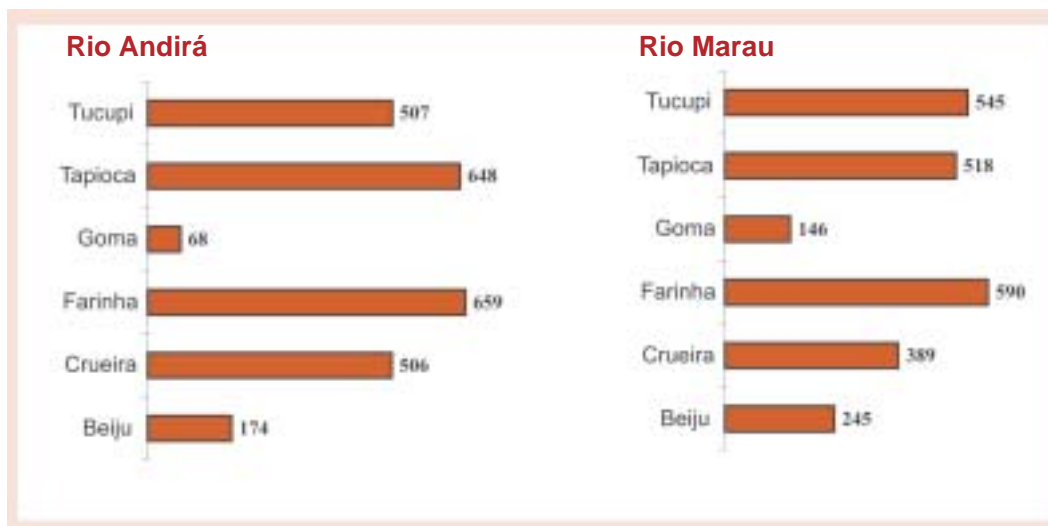
A partir dos dados da tabela, pode se perceber a importância dos derivados da mandioca na economia dos Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal. Como foi visto no parágrafo anterior, quase 90% das residências produzem esses derivados, e os novos dados mostram a grande proporção das famílias produtoras que trabalham com os principais produtos, como a farinha (99,2% dos produtores), a tapioca, o tucupi e a crueira, nesta ordem.

É importante ressaltar que as proporções de residentes que se dedicam à produção de cada um dos derivados da mandioca são bastante semelhantes em todas as áreas sateré-mawé. Assim, a farinha é produzida em todas as residências cujos responsáveis declararam trabalhar com os produtos da mandioca. As exceções ficam por conta da produção de tapioca, que é realizada por praticamente todas as famílias produtoras do Andirá, do Uaicurapá e do Koatá-Laranjal, mas é praticada por um número de famílias mais reduzido no Marau.

Com relação ao Andirá, a tapioca é produzida por 648 das 660 residências que trabalham os produtos da mandioca, perfazendo quase a totalidade dessas residências. No Marau, há 600 residências produtoras dos derivados da mandioca, e os que produzem a tapioca são 518 (88%). A outra exceção ocorre com o tucupi, num sentido inverso: no Andirá ele é produzido por 77% das residências e no Marau por 90,8%, tornando esse produto, nessa área, o segundo em importância, logo após a farinha. Os dois gráficos que se seguem ilustram as semelhanças e as diferenças de produção dos derivados da mandioca no Andirá e no Marau.

Gráficos 38

Proporção de domicílios que produzem cada derivado da mandioca, relativamente ao total de domicílios que produzem algum daqueles derivados
Terra Indígena - 2003.



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Os produtos extraídos da mandioca são destinados, em primeiro lugar, à alimentação da família, conforme informaram os responsáveis por domicílios que foram entrevistados. Segundo informações dos responsáveis, os 1.344 domicílios que extraem algum produto da mandioca mais de 98% usam cada um desses produtos na alimentação. Esses dados são para todas as quatro áreas sateré-mawé que se está estudando.

O excedente da produção costuma ser comercializado, sendo a maioria destinada à venda na cidade ou para o regatão. Entre os produtos que são destinados à comercialização a farinha é a mais vendida, seja para o regatão, seja no comércio da cidade (Tabela 47). Assim, entre as 1344 residências que produzem a farinha de mandioca, 68% (916), vendem a parte da produção que não é destinada ao consumo familiar. Em nível de importância, com relação à venda de produtos, a tapioca aparece como a segunda em importância, pois 40,5% dos produtores vendem o excedente, ou seja, o que não é consumido pela família. Os outros produtos são pouco comercializados, destacando-se, entre eles, a crujeira e o tucupi.



Área do rio Marau. Comunidade Vila Nova II.

Tabela 47

Terras Indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal

Domicílios que produzem os derivados da mandioca, por derivado produzido, segundo o destino da produção - 2003

Produto	Destino da produção		
	Alimentação e consumo	Venda na cidade ou para o regatão	Outrodestino
Beiju	432	16	6
Crueira	936	100	54
Farinha	1290	916	123
Goma	240	17	7
Pé-de-moleque	6	-	-
Tapioca	1204	542	84
Tucupi	1087	93	18

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Ao contrário dos produtos da mandioca destinados ao consumo familiar, a comercialização apresenta algumas diferenças no destino de alguns outros produtos, quando se comparam as proporções de famílias produtoras em cada uma das áreas consideradas. A ordem de importância com relação à venda da tapioca e da farinha se faz notar nas áreas do Koatá-Laranjal (mais importante) e do Marau (menos importante). Enquanto 93% das famílias do Koatá-Laranjal comercializam a mandioca, apenas 65% o produzem no Marau. O Andirá (73%) e o Uaicurapá (80%) se encontram em posições intermediárias. A situação se reproduz com relação à tapioca e, neste caso, o Marau se encontra em posição ainda mais desfavorável (Ver tabela).

Tabela 48

Terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Proporção de domicílios que comercializam a farinha de mandioca e a tapioca, relativamente ao total de domicílios que produzem esses derivados, segundo as áreas indígenas sateré-mawé

Produto	Andirá	Marau	Uaicurapá	Koatá-Laranjal
Farinha	73,0	61,7	80,4	92,9
Tapioca	54,7	27,4	69,8	78,6

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Num sentido oposto ao que acabamos de verificar, o Marau tem vantagem na produção e na comercialização dos dois produtos da mandioca com menor número de produtores: o beiju e a goma. Isto significa que, do ponto de vista econômico, os moradores da área do Marau estão em desvantagem em relação aos das demais áreas, pois é o menor produtor dos produtos mais importantes e o maior dos menos importantes.

9.1.1.4 A produção do guaraná

Os sateré-mawé se auto-denominam “os filhos do guaraná”, tendo essa planta grande importância para a organização social e econômica da população. São eles os inventores da cultura do guaraná, já que domesticaram uma trepadeira silvestre e criaram a técnica para seu beneficiamento, tornando possível que muitos conheçam e consumam o guaraná no Brasil e no exterior.



Área do rio Andirá.

Na região e até mesmo no exterior há uma distinção entre o guaraná de excepcional qualidade feito pelos sateré-mawé - chamado guaraná das terras, guaraná das terras altas e guaraná do Marau - e o guaraná produzido pelos não-indígenas na região de Maués, chamado guaraná de Luzéia - antigo nome desta cidade -, de qualidade inferior, porque é beneficiado sem os conhecimentos e esmero das práticas tradicionais dos sateré-mawé. O guaraná das terras sempre foi o mais demandado, porém os sateré-mawé têm vendido apenas cerca de oito toneladas do produto por ano, e apenas nos anos de excelente safra. Já o guaraná de Luzéia, muito inferior, é fabricado em larga escala, e só uma empresa de Maués afirma negociar 40 toneladas por ano.

É longo e complexo o processo de produção dos derivados do guaraná. Inicia-se pela busca, na mata virgem, dos “filhos do guaraná” (mudas nascidas espontaneamente e preferidas para a obtenção de sementes), seguida pelo plantio em X em campo aberto, com as mudas se sustentando mutuamente, ou em forma de arco. Após o ritual da colheita, lavagem, retirada do fruto, extrai-se a semente que, por sua vez, será torrada e liberada do casquilho. Até esta etapa da produção toda a aldeia é envolvida.

A última etapa do processo é a fabricação dos pães ou bastões de guaraná, forma em que ele é consumido pelos índios. O artesão padeiro modela a peça com habilidade e cuidado (para não deixar bolhas internas, onde se criariam mofo). A pasta, feita de guaraná torrado e água, é colocada para descansar sobre folhas de bananeira. Depois, inicia-se a lavagem dos pães (tarefa feminina) para que seja mais bem absorvida a fumaça aromática provocada pela queima lenta e constante de madeira de murici, que determina o aroma final do guaraná. Esta etapa dura quase um mês e meio, tempo necessário para a desidratação, escurecimento e endurecimento dos pães.

Dos 4.556 habitantes da área indígena com idade igual ou superior a 10 anos, 302 declararam que as atividades relacionadas ao guaraná estão entre as mais importantes que realizam, mas apenas 61 as consideram como as mais importantes de todas. Para o restante desses moradores, a produção do guaraná é tida como segunda ou terceira atividade em importância. Evidentemente, dado o caráter sazonal da cultura do guaraná e o período do ano em a pesquisa foi realizada, a atividade pode não ter sido incluída entre as mais importantes por grande parte das pessoas que a executam²⁷. De fato, a partir de uma pergunta específica sobre a existência de pessoas que trabalham com o guaraná nas residências das áreas sateré-mawé, foi constatado que 566 dessas residências têm moradores que fazem esse trabalho. Esse resultado será comentado mais adiante.

²⁷ O trabalho de beneficiamento dos produtos extraídos do guaraná é realizado nos meses de xxxx, e o levantamento dos dados desta pesquisa foi feito nos meses de julho, agosto e setembro.

É interessante notar que, entre os que declararam a produção dos derivados do guaraná como importante, apenas 23% são do sexo feminino, e essa porcentagem é a mesma para todos os níveis de importância da atividade (Tabela 49). Uma maioria significativa dos que trabalham com o guaraná são homens, que também mantêm a mesma proporção de declarantes para cada um dos níveis de importância listados (Ver tabela a seguir).

Tabela 49

Terra Indígena do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal
Moradores que declararam a produção dos derivados do guaraná como importante, segundo a ordem de importância atribuída e o sexo - 2003

Ordem de importância	Destino da produção					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Mais importante	47	77	14	23	61	100
Segunda em importância	90	76	28	24	118	100
Terceira em importância	96	78	27	22	123	100
Total	233	77	69	23	302	100

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Além da pergunta sobre a importância da atividade com o guaraná feita a cada pessoa, foi indagado aos responsáveis pelos domicílios da área indígena se alguém da casa trabalha com guaraná. Responderam afirmativamente 566 desses responsáveis (36% dos 1554 entrevistados), dos quais 491 trabalham com guaraná plantado, 63 com guaraná nativo e 2 trabalham com ambos os tipos.

Apesar de ter uma população mais reduzida que a área do Andirá, a área do Marau tem cerca de 58% dos produtores de guaraná das áreas sateré-mawé, ficando o Andirá com 41% dos domicílios que trabalham com essa planta. A Terra Indígena do Koatá-Laranjal, com sua única aldeia, tem 6 produtores, enquanto o Uaicurapá parece não se ter desenvolvido nesse tipo de produção, dado que, entre suas 59 residências, há apenas duas famílias que trabalham com o guaraná.

No interior das principais áreas indígenas (Andirá e Marau), a distribuição da quantidade de produtores é mais ou menos uniforme, dependendo apenas do volume populacional de cada parte da área. Dessa forma, o Baixo Marau, por ter mais residências que o Alto Marau, tem também um maior número de produtores dos derivados do guaraná. O mesmo ocorre na área do Andirá

Foi indagado também aos chefes de domicílio quais eram os produtos do guaraná com que a família costuma trabalhar. Os principais citados são o bastão, o caroço (semente), a casca (ou casquilho) e, em escala bem menor, a flor e a raiz.

Todos os 566 responsáveis pelos domicílios em que o guaraná é produzido declararam que extraem o caroço do guaraná, que é básico para a produção de tudo o que se

origina do guaraná. Do caroço é feito, principalmente, o bastão, utilizado para a preparação do sapó, estimulante altamente apreciado pelas comunidades sateré-mawé. A produção do bastão se destina quase exclusivamente ao consumo familiar, observando-se um pequeno excedente destinado à venda (cidade ou regatão) ou à troca com os parentes. Não foi mencionado em nenhum domicílio o guaraná em pó, conhecido e apreciado pelos não-índios, produzido nas cidades próximas ou pelos conglomerados industriais de refrigerantes, e com grande aceitação no mercado nacional e no internacional.

Tabela 50

Terra Indígena do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal
Domicílios que trabalham com o guaraná, segundo o produto extraído e o destino da produção - 2003

Produto	Destino da produção				Total de produtores
	Alimenta-- ção ou consumo	Venda para organização indígena	Venda na cidade ou para o regatão	Outro destino	
Bastão	411	30	23	11	427
Caroço	283	360	94	12	566
Casca	57	1	2	-	60
Outro*	20	-	-	-	20

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

*Outro: flor (19 domicílios), raiz (1 domicílio)

Matéria-prima para a fabricação do bastão e, portanto, também destinado ao consumo familiar, conforme mostra a tabela, o caroço ou a semente do guaraná de origem sateré-mawé é utilizado na fabricação do guaraná em pó. Dos 566 domicílios que produzem o guaraná, foram citados na entrevista 360 (64%) que vendem o caroço ("em rama"), a preço vantajoso, à organização indígena Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Após proceder à fabricação do guaraná em pó, o CGTSM o comercializa no mercado europeu, através do sistema conhecido como Comércio Justo - uma alternativa comercial em que se estabelecem regras e normas para produzir e comercializar determinados produtos. Tais normas se preocupam com as condições de vida das pessoas, respeitando o meio natural.

9.1.1.5 Extração vegetal

Historicamente, a população indígena sempre viveu dos produtos da floresta, sobretudo dos produtos que são coletados ou extraídos da mata. Os Sateré-Mawé dali retiram várias espécies de alimentos, que vão dos diferentes tipos de coco e de castanha até o mel. Na mata encontram também folhas, fibras, cipós e árvores madeireiras, com os quais constroem e equipam suas casas e criam, de forma artesanal, utensílios, equipamentos e brinquedos de vários tipos. A maior parte do que eles colhem e elaboram, destina-se ao consumo doméstico, ficando o excedente para a comercialização, que se

dá através da troca ou da venda, tendo como destino as próprias comunidades, o intermediário (regatão) ou a cidade mais próxima.

Dos 1.486 domicílios cujo responsável foi entrevistado, pouco mais da metade (823 ou 55%) extrai algum produto da mata. O Andirá e o Marau não apresentam números muito distantes dessa média (ver Tabela 51), mas no Uaicurapá há relativamente mais moradores que extraem produtos da mata - cerca de 69% dos domicílios. No Koatá a situação é inversa, e os domicílios com essa característica mal passam dos 16%.

Tabela 51

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Domicílios com moradores que extraem produtos da mata, segundo a área Indígena - 2003

Área indígena	Domicílios com pessoas que extraem produtos da mata	%	Total de domicílios com entrevistas	%
Andirá	398	53,1	750	100,0
Marau	380	58,7	647	100,0
Uaicurapá	40	69,0	58	100,0
Koatá-Laranjal	5	16,1	31	100,0
Total	823	55,4	1486	100,0

Fonte: diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Há uma lista bastante ampla de produtos que são extraídos da mata nas terras sateré-mawé. Mais de 40 deles foram mencionados pelos entrevistados no Andirá, dos quais cerca de 20 também no Marau. Entre os mais citados estão o cipó, o breu, o arumã, a palha branca, o mel e o caranã, todos mencionados por mais de 100 chefes de domicílio. O cipó, de longe, é o produto mais lembrado, sendo utilizado praticamente pelos moradores de todas as casas. Outros produtos (mais de 10 domicílios) são o ambé, a chumborana, a copaíba, a itaúba, a jacitara, o morototó (apenas no Andirá), o pau rosa, a piaçava (apenas no Andirá) e o sapateiro. Há outros ainda, entre eles vários tipos de árvores madeireiras, que são citados em quantidade bem inferior.

Embora as residências que trabalham com o cipó estejam distribuídas igualmente entre o Andirá e o Marau, o mesmo não ocorre em relação a outros produtos da mata. Assim, de acordo com os entrevistados na pesquisa, a palha branca é extraída basicamente pelas famílias do Marau, que também extraem mais o arumã que o Andirá.

O pau rosa, lembrado por 41 chefes de domicílio, é extraído principalmente no Andirá (29 casas) e quase não é mencionado no Marau (apenas 4 domicílios). Ele é encontrado também no Uaicurapá, tendo sido ali mencionado por 9 chefes de domicílio. O morototó é encontrado com exclusividade no Andirá (especialmente no Baixo Andirá), onde também a itaúba tem sua principal produção (16 entre os 24 domicílios que a extraem nas terras sateré-

mawé situam-se no Baixo Andirá). O breu e o mel também são mais produzidos no Andirá que no Marau, apesar de que no Alto Marau a produção de mel não é desprezível (14 casas).

Como ocorre com os outros produtos com que trabalham os Sateré-Mawé, os que são extraídos da mata se destinam principalmente ao consumo da residência, comercializando-se o excedente, quando existe. O comércio é feito com o intermediário (regatão) ou na cidade mais próxima. Essas cidades são: Maués, para os moradores do Marau; Barreirinha, para os do Andirá; Parintins, para os do Andirá e do Uaicurapá; Nova Olinda do Norte, para os do Koatá-Laranjal. Todavia, há produtos com destinação majoritária para venda, como o breu, a copaíba e o morototó. Entre esses, apenas no Marau o breu é mais vendido do que consumido; no Andirá, ele é destinado igualmente ao consumo familiar quanto à venda. O mel tem no consumo familiar o destino principal na maioria das aldeias do Andirá, mas no Alto Marau, como um todo, o destino principal é a venda.

9.1.1.6 Criação de animais

Constituindo elemento importante no dia-a-dia do povo sateré-mawé, a criação de animais ocorre em 1.228 das 1.486 casas recenseadas no módulo de Produção Econômica do Diagnóstico Sócio-Demográfico. Dentre os animais criados, destacam-se os galináceos (galinhas, galos e frangos), cachorros, patos, bois, porcos e outros.

Tabela 52

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Domicílios onde são criados animais e proporção sobre total de domicílios cujos responsáveis foram entrevistados - 2003

Animal	Número de domicílios	% s/ total de domicílios
Cachorro	797	64,9
Gado	70	5,7
Galináceos	1126	91,7
Gato	20	1,6
Jabuti	16	1,3
Papagaio	20	1,6
Pato	70	5,7
Porco	30	2,4

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Como se pode ver na tabela, os galináceos e os cachorros são, de longe, os animais com maior quantidade de criadores nas aldeias sateré-mawé, sendo que os primeiros deles são encontrados em quase todas as casas das terras indígenas (91,7% dos domicílios). O gado bovino e os patos seguem-se em importância na lista, vindo atrás, respectivamente, segundo o número de domicílios que os criam, os papagaios, os gatos e os



1. Área do rio Marau. Coordenador Pery Teixeira e o professor indígena Sérgio.
2. Área do rio Uaicurapá. Comunidade de São Francisco. Apresentação dos dados.
3. Área do rio Andirá. Comunidade de São José. Tuchaua Pedro e Sineide Cosme, representante da FEPI.

jabutis. Além desses, ainda foi citada uma variedade significativa de outros animais, como o bode, o carneiro, o peru, o coelho, o jacamim, o picote, o inambu e muitos outros.

Os animais das aldeias sateré-mawé podem ser classificados em três categorias, segundo a utilidade que têm para os proprietários: os de estimação (cachorros, gatos, papagaios, jacamins, etc.), os destinados à alimentação (galináceos, gado, patos, porcos, caprinos, perus, etc.) e os de caça (cachorros). Muitos deles provêm da mata e são domesticados nas aldeias, servindo tanto como animais de estimação como para a alimentação familiar. Entre eles encontram-se o jacamim, o coati, a cotia, o guariba, o inambu, o jacu, o mutum, o tracajá e outros.

Deve-se chamar a atenção para a criação de gado bovino, citada por 70 responsáveis por domicílio e introduzida nas terras indígenas pela FUNAI. Essa atividade encontra resistência em alguns setores e áreas das terras sateré-mawé, principalmente por não ter tradição entre os moradores.

Em relação à distribuição dos animais segundo as áreas indígenas sateré-mawé, os dados não indicam que haja alguma área que possua um tipo de animal em maior quantidade que outra. Assim, aqueles que mais aparecem, como os cachorros, os galináceos, o gado bovino e os patos, encontram-se distribuídos de forma mais ou menos uniforme por todas as áreas sateré-mawé.

Verificou-se que a maior parte dos animais criados é destinada à alimentação da família ou usados como animais de estimação. Poucos são comercializados, como os galináceos, o gado bovino, caprino e suíno, os carneiros, os jabutis, os patos, as cotias, os coelhos, os perus. Os demais são animais de estimação, com exceção de uma importante parcela dos cachorros, utilizada para a caça. Dos 797 cachorros existentes nas áreas sateré-mawé, 635 são utilizados como animais de caça. Alguns animais foram citados como tendo por destino o povoamento. É o caso do gado bovino (em quantidade significativa) e os galináceos (bem menos importante).

9.1.1.7 Atividades de caça e de pesca

Os primeiros habitantes da Amazônia viviam de uma vasta e variada rede de sociedades de subsistência provida por economias especializadas em pesca em larga escala e caça intensiva, além da agricultura de ampla relevância, cultivando plantas e também criando animais. Essa é uma realidade que, segundo relatos da população, vem mudando, nos últimos anos, nas áreas indígenas do povo sateré-mawé.

O Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé investigou as atividades da caça e pesca dessa população, a fim de mostrar sua percepção sobre a realização dessas atividades e de seu relacionamento com elas. Para esse efeito, foram dirigidas aos responsáveis pelos domicílios nas terras indígenas do Andirá-Marau e do Koatá-Laranjal algumas perguntas referentes à execução dessas atividades. Em relação à pesca, perguntou-se, inicialmente, quais são os principais instrumentos ou técnicas de trabalho e os principais tipos de peixe encontrados. Foi-lhes perguntado, também, se os peixes esta-

vam desaparecendo, e, caso positivo, que tipos estariam desaparecendo, qual o motivo e desde quando. Essas últimas perguntas são especialmente importantes para os moradores da Terra Indígena Andirá-Marau e dizem respeito a seu imaginário sobre uma atividade e um produto alimentar que se vem sendo reduzindo com o tempo. As questões sobre a caça vão no mesmo sentido, muito embora pareçam ser mais complexos os mecanismos de percepção sobre o desaparecimento ou do afastamento dos principais animais de caça.

Dada, pois, a subjetividade das respostas obtidas para as questões sobre a caça e a pesca, é necessário cautela com a interpretação dos resultados obtidos, considerando-os mais como um primeiro passo para a compreensão dos problemas de alimentação que os Sateré-Mawé vêm enfrentando com o esgotamento de suas reservas naturais de alimentos.

A caça nas terras indígenas

Nas terras indígenas, observou-se que uma proporção significativa da população masculina sateré-mawé se dedica à caça. Entre os 2.363 homens com 10 anos e mais de idade residentes, 786, ou seja, aproximadamente a terça parte, afirmaram terem essa atividade como uma das três mais importantes em seu dia-a-dia. Ainda pouco importante para os mais jovens, principalmente os de idade escolar, a atividade vai ganhando importância à medida que a idade avança, para chegar ao auge ao redor dos 40 anos e regredir gradativamente a partir daí. Ela mobiliza apenas um entre dez dos jovens de 10 a 14 anos e metade dos moradores de 35 a 44 anos. Entre os mais idosos, com 60 anos e mais, a atividade se torna mais rarefeita, caindo para 17%, em média.

É muito reduzida a participação da mulher na atividade de caça. Com efeito, apenas 20 daquelas com 10 anos e mais de idade declararam que têm a caça como uma das três atividades que consideram mais importantes.

Trata-se, basicamente, de uma atividade de subsistência, tendo pouco peso na economia sateré-mawé, a julgar pelos dados levantados na pesquisa. Dos 806 homens e mulheres que declararam a caça como atividade de relevância, apenas 93 afirmaram que ela é a principal. Para os demais, ela aparece como segunda ou terceira em importância. Aquelas 93 pessoas correspondem a apenas 2% dos moradores com idade igual ou superior a 10 anos.

Relativamente à atividade de caça no âmbito da residência, foi verificado, na pesquisa, que, de cada 100 casas, aproximadamente 70 têm um morador que caça, mesmo que esse morador não tenha declarado essa atividade como uma das mais importantes. Esses números não são os mesmos para todas as áreas e sub-áreas sateré-mawé. As regiões do Alto Marau, Alto Andirá, Urupadi e Uaicurapá estão acima da média (mais de 70 com caçadores em cada 100), ao passo que as do Baixo Andirá, do Baixo Marau e do Koatá-Laranjal ficam abaixo dela (menos de 70 em cada 100 domicílios).

No caso da Terra Indígena do Andirá-Marau, a diferença entre as partes baixas e altas dos rios pode estar no tamanho de suas populações e nas distâncias que separam essas comunidades das cidades. Com efeito, as áreas do Alto Andirá e do Alto Marau, menos populosas que as áreas mais baixas dos dois rios e mais distantes das sedes dos municípios onde se situam, tenderiam a ter maior quantidade de caçadores, mesmo con-

siderando-se que, por serem de povoamento mais antigo, possam ter suas reservas de caça reduzidas há mais tempo. Já a área do Urupadi, embora não se situe muito distante de Maués, é de povoamento mais recente e de população relativamente reduzida, sendo talvez por isso mais privilegiada na atividade de caça.

Tabela 53

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Domicílios cujos responsáveis afirmaram ter pessoas que costumam caçar, e a proporção em relação ao total de domicílios com responsável entrevistado, por sub-região de moradia - 2003

Sub-região	Domicílios que têm caçadores	%	Total de domicílios com entrevista
Alto Marau	116	85,9	135
Baixo Marau	237	68,1	348
Urupadi	124	75,8	164
Alto Andirá	209	74,4	282
Baixo Andirá	302	64,4	468
Uaicurapá	42	72,4	58
Koatá-Laranjal	21	67,7	31
Total	1.051	70,7	1.486

Fonte: diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

É significativa a variedade de animais de caça nas terras sateré-mawé, onde os moradores caçam principalmente cotia, veado, guariba, paca, jabuti, tatu, porco, macaco, inambu, anta, caititu, tucano, queixada, além de tamanduá, preguiça, quati, mutum, capivara e outros.

Entre os chefes de domicílio entrevistados, pouco mais da metade, cerca de 57%, firmaram que a caça está desaparecendo. Esse percentual não é uniforme em todas as sub-regiões onde foram feitas as entrevistas. Notam-se, pelo contrário, diferenças marcantes entre as várias áreas que compõem as terras sateré-mawé. Assim, no Baixo e no Alto Marau, passam de 70% os chefes de domicílio que acham que a caça está desaparecendo, enquanto esse percentual não chega a 50% nas demais sub-regiões, ficando em torno de 35% no Urupadi e no Uaicurapá e menos ainda (24%) no Koatá-Laranjal.



Área do rio Uaicurapá. Comunidade de São Francisco. Apresentação dos dados.

Tabela 54

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Domicílios cujos moradores são de opinião de que a caça está desaparecendo, por sub-região de moradia - 2003

Sub-regiões	Domicílios cujos responsáveis acham que a caça está desaparecendo		Total de domicílios com algum caçador
	Número	%	
Alto Marau	85	73,3	116
Baixo Marau	191	80,5	237
Urupadi	44	35,5	124
Alto Andirá	118	56,4	209
Baixo Andirá	138	45,7	302
Uaicurapá	14	33,3	42
Kwatá-Laranjal	5	23,8	21

*Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé**Notas: Não foram levantadas informações sobre produção econômica na sub-área do Ariaú.*

Na maioria dos depoimentos fornecidos pelos chefes de domicílio, os animais caçados são os mesmos que vêm desaparecendo. No entanto, no Marau, muitas pessoas são de opinião de que a anta está desaparecendo, mas não a citam em sua lista de animais caçados. Apenas 74 chefes de domicílio afirmaram que alguém da família ainda caça esse animal e 184 acham que ele está desaparecendo, tendo, pois, os restantes 110, deixado de caçá-lo.

Os Sateré-Mawé apontam o aumento populacional como sendo o principal motivo pelo desaparecimento da caça. Essa é a opinião de 497 chefes de domicílio, ou seja, 86% dos que declararam que alguém da família costuma caçar. Em menor escala aparecem, pela ordem, a caça predatória (48 respostas), as queimadas (26 respostas) e o uso da espingarda (14 respostas). Foram ainda citados, embora em muito menor escala, a falta de alimentos para os animais, o panema, as bombas, a poluição, a seca e a “perseguição”. Há, pois, quase um consenso em torno do aumento da população como causa do desaparecimento da caça, o que é observado em todas as áreas estudadas. No Baixo Marau, a caça predatória foi mais citada como um determinante do desaparecimento que nas demais áreas, mas, ainda assim, os de opinião favorável ao crescimento populacional são em número muito mais elevado.

Foi também solicitada aos responsáveis pelos domicílios a indicação de uma data aproximada ou uma época a partir da qual os animais de caça começaram a desaparecer das terras sateré-mawé. Como não poderia deixar de ser, devido à subjetividade da pergunta e ao modo com que os Sateré-Mawé tratam a temporalidade, as respostas foram dadas de diversas formas e com alguma imprecisão. Assim, as referências encontradas pelos entrevistados para apontar a época do desaparecimento são: o ano do calendário (1995, 1999, 2001, por exemplo), a idade anterior (desde os 10, ou 15 anos de idade,

desde criança, etc.) e o número de anos passados (há 4 anos, há 6 anos, há 15 anos, etc.). Uma quantidade significativa de entrevistados não soube informar há quanto tempo os animais vinham desaparecendo.

A tabela a seguir mostra os resultados obtidos para a época do desaparecimento dos animais. Pode-se observar que as respostas variaram muito, havendo pessoas que disseram ter percebido o desaparecimento da caça apenas em 2002 (um ano antes da pesquisa) e outras para quem a percepção já vinha desde antes de 1950. Este tipo de resposta pode estar relacionado à idade dos entrevistados, os mais jovens mencionando tempos mais recentes e os mais idosos tempos mais antigos, de uma forma geral. O importante é assinalar que, conforme a tabela, a percepção dos Sateré-Mawé sobre o desaparecimento dos animais de caça indica um fenômeno que parece vir ocorrendo há, pelo menos, uns 30 anos.

Tabela 55

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Domicílios cujos responsáveis declararam que a caça está desaparecendo, segundo a época do desaparecimento - 2003

Ano do desaparecimento	Número de informantes
2000 e após	49
1990-1999	206
1980-1989	152
1970-1979	38
1950-1969	21
Antes de 1950	2
Outras indicações	2
Não sabe	125
Total	595

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

A pesca nos rios das áreas indígenas

Pela própria natureza da atividade, que é exercida praticamente sem sair da aldeia (situada à beira do rio) a pesca é considerada como importante por mais pessoas do que a caça. De fato, dos 2363 homens com 10 anos e mais de idade, 1018, ou seja, 43%, declararam a pesca como uma das três atividades econômicas mais importantes que praticam. Entre as mulheres, apenas 53 consideram a pesca uma atividade importante.

Assim como a caça, a pesca se caracteriza como uma atividade de subsistência para o povo sateré-mawé, tendo importância econômica restrita. Entre os 1.018 homens citados anteriormente, apenas 111 declararam essa atividade como importante no seu

cotidiano, dos quais a maioria (57) são adolescentes e jovens com idade inferior a 20 anos, isto é, que talvez ainda não tenham atividades bem definidas no contexto familiar ou comunitário.

Contrariamente ao que ocorre com a caça, a pesca mobiliza os Sateré-Mawé desde a infância, estando dos 35 anos para baixo o maior contingente de homens que a consideram como uma atividade importante em seu dia-a-dia. Conforme visto, os moradores que caçam são muito reduzidos nas idades jovens (10-14 anos) e vão aumentando, atingindo o máximo aos 40 anos. Já a proporção dos que pescam na população entre 10 e 34 anos é de cerca de 50%, e varia muito pouco de uma faixa etária para outra, naquele intervalo. A partir dos 35 anos a quantidade relativa de pescadores começa a se reduzir, chegando a 19% para os que têm 70 anos e mais.

Dadas esses números, torna-se óbvio que a pesca, apesar de não ter grande relevância econômica nas terras indígenas, é uma atividade familiar da mais alta importância. De fato, segundo os chefes de domicílio entrevistados na pesquisa, de cada 100 residências, encontram-se, em média, 85 onde há alguém que pesca.

Entre as áreas pesquisadas, é no Uaicurapá que se encontra a maior porcentagem de residências onde moram pescadores (98%). Naquela área, entre 58 domicílios, apenas um não tem alguém que pesque. Num sentido contrário, o Baixo Andirá tem a menor proporção de residências com pescadores (81%).

Tabela 56

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Domicílios cujos responsáveis afirmaram ter pessoas que costumam pescar e proporção em relação ao total de domicílios cujo responsável foi entrevistado, por sub-região de moradia, 2003

Sub-região	Domicílios que têm pescadores	%	Total de domicílios com entrevista
Alto Marau	117	86,7	135
Baixo Marau	300	86,2	348
Urupadi	147	89,6	164
Alto Andirá	228	80,9	282
Baixo Andirá	392	83,8	468
Uaicurapá	57	98,3	58
Koatá-Laranjal	29	93,5	31
Total	1270	85,5	1486

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Dentre as espécies mais encontradas de peixe em área sateré-mawé estão o acará, o aracu, o charuto, o jacundá, o pacu, a traíra e o tucunaré, seguidos em importância pela piranha, a branquinha, a jatuarana, o jandiá, o peixe-liso, o matrichã, o arari, o barrigudo e outros.

Os Sateré-Mawé vêm sofrendo consideravelmente com a escassez de peixes em sua dieta alimentar, segundo relatos dos responsáveis pelos domicílios. A pesquisa procurou verificar a percepção que esses responsáveis têm sobre o desaparecimento dos peixes em área sateré-mawé. Entre os que declararam que alguém da casa pesca, 720 (58%), afirmaram que os peixes estão desaparecendo.

Essa opinião, contudo, não é compartilhada pela mesma proporção de pessoas em todas as áreas pesquisadas. Ela é bastante elevada na área do Marau (Ver Tabela 57). No Baixo Marau, são 81% os chefes de domicílio que acham que os peixes estão desaparecendo, e no Alto Marau eles são 78%. Já no Rio Urupadi, que é considerado pelos moradores como um rio piscoso, a proporção dos entrevistados que acham que os peixes estão sumindo é bem mais reduzida, caindo para 45%. No Andirá como um todo (Alto e Baixo Andirá), aproximadamente a metade dos entrevistados têm a mesma opinião, proporção que se reduz bastante quando se trata do Uaicurapá (33%) e do Koatá-Laranjal (27%). Enfim, pode-se dizer que, para a maioria dos moradores do Marau, com exceção dos que moram nas margens do Urupadi, os peixes estão desaparecendo. Essa mesma opinião é compartilhada pela metade dos moradores do Andirá e pela terça parte, ou menos, dos que residem no Uaicurapá e no Koatá-Laranjal.

Tabela 57

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal

Domicílios cujos moradores são de opinião de que a pesca está desaparecendo, por sub-região de moradia - 2003

Sub-regiões	Domicílios cujos responsáveis acham que a pesca está desaparecendo		Total de domicílios com algum pescador
	Número	%	
Alto Marau	91	77,8	117
Baixo Marau	242	80,7	300
Urupadi	66	44,9	147
Alto Andirá	128	56,1	228
Baixo Andirá	188	48,0	392
Uaicurapá	19	33,3	57
Kwatá-Laranjal	8	27,6	29
Total	742	58,4	1270

Fonte: diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Assim como visto para a caça, os peixes mais encontrados são também os mesmos que estão sumindo, mas há exceções importantes. A principal delas é dada pelo jaraqui, que foi pouquíssimas vezes citado entre os peixes mais pescados e, no entanto, é um dos mais mencionados como os que estão desaparecendo. É uma espécie das mais apreciadas pelos Sateré-Mawé, porém praticamente não é mais encontrado nas águas de seus rios. Muito embora apareça no comércio das cidades e nos regatões, o jaraqui encontra poucos compradores entre os indígenas, devido ao preço elevado com que é vendido.

O motivo principal citado pelos entrevistados para o desaparecimento dos peixes está relacionado ao aumento populacional e, em escala menor, ao uso do timbó, substância tóxica originária da raiz de mesmo nome. São citados ainda como causas do desaparecimento dos peixes o uso da malhadeira e as cheias, além de outros motivos de pequena importância numérica.

A opinião dos responsáveis pelos domicílios sobre a época do desaparecimento dos peixes (Tabela 58) é bastante parecida com o que foi visto para a caça. Também aqui já se mencionam épocas relativamente longínquas em que se notava que os peixes estavam desaparecendo. Do total de 720 informantes que indicaram esses períodos no tempo, 72 (10%) mencionaram anos anteriores a 1970, conforme mostra a tabela abaixo. Também, como na situação do desaparecimento da caça, há um número apreciável de pessoas que não souberam indicar o ano em que começaram a perceber o fenômeno.

Tabela 58

Terra Indígena Andirá-Marau e Koatá-Laranjal
Domicílios cujos responsáveis declararam que a caça está desaparecendo, segundo a época do desaparecimento - 2003

Ano do Desaparecimento	Número de informantes
2000 e após	73
1990-1999	248
1980-1989	177
1970-1979	58
1950-1969	12
Antes de 1950	3
Outras indicações	2
Não sabe	169
Total	720

Fonte: diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

9.2 Ocupação e rendimento dos Sateré-Mawé residentes em área urbana

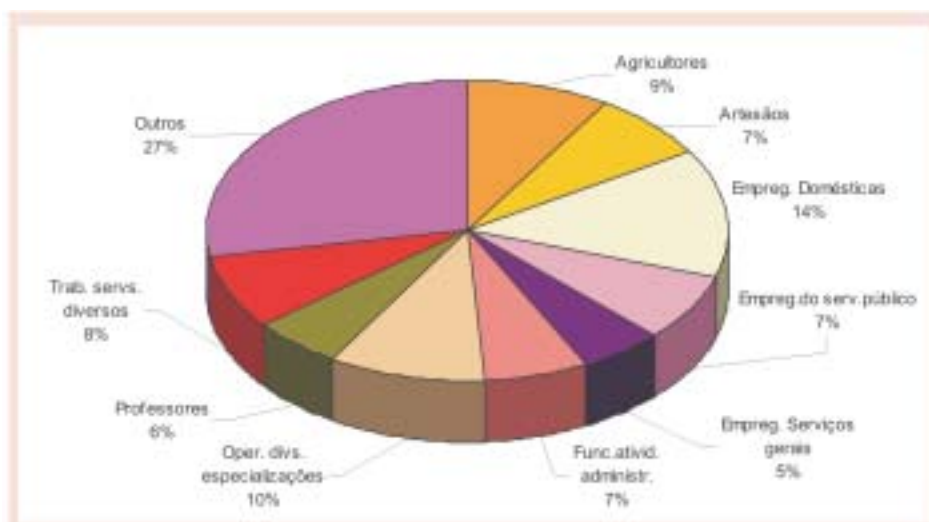
É bastante precária a situação de trabalho da população sateré-mawé residente nas cidades abrangidas no levantamento que originou este relatório. Apenas 137 pessoas, representando a quarta parte (26,1%) da população entre 15 e 64 anos de idade, tem algum trabalho remunerado nas áreas urbanas estudadas. Desses, a maioria (84) é composta por homens, tendo as mulheres uma fraca participação no emprego urbano indígena.

Residindo em cidades do interior, numa região de níveis elevados de desemprego, concorrendo desfavoravelmente no exíguo mercado de trabalho local, os Sateré-Mawé padecem da falta de emprego e, quando o conseguem, o fazem em condições bastante desfavoráveis. Além disso, os que têm algum tipo de atividade remunerada encontram-se dispersos em um sem-número de atividades, geralmente informais, conforme mostra o gráfico abaixo. Note-se a quantidade de trabalhadores enquadrados na categoria “outros”, além das rubricas relacionadas a atividades diversas, que ilustram aquela dispersão e o caráter informal dos trabalhos que os moradores executam.

Esse caráter informal e irregular das atividades da população indígena pode ser melhor evidenciado se tomarmos em conta o número de empregados com carteira assinada, que são apenas 37, correspondendo a 27% do total da população sateré-mawé que trabalha nas cidades. Desses 37 empregados com carteira assinada, 28 trabalham no serviço público, o que denota a importância desse setor de atividade no emprego da população indígena (fenômeno, aliás, extensivo ao conjunto da população dessas cidades e muito corrente nas regiões brasileiras mais empobrecidas, como o Norte e o Nordeste) .

Gráfico 39

Residentes com 10 anos e mais de idade que trabalham, segundo a ocupação principal declarada - Área Urbana, 2002/2003



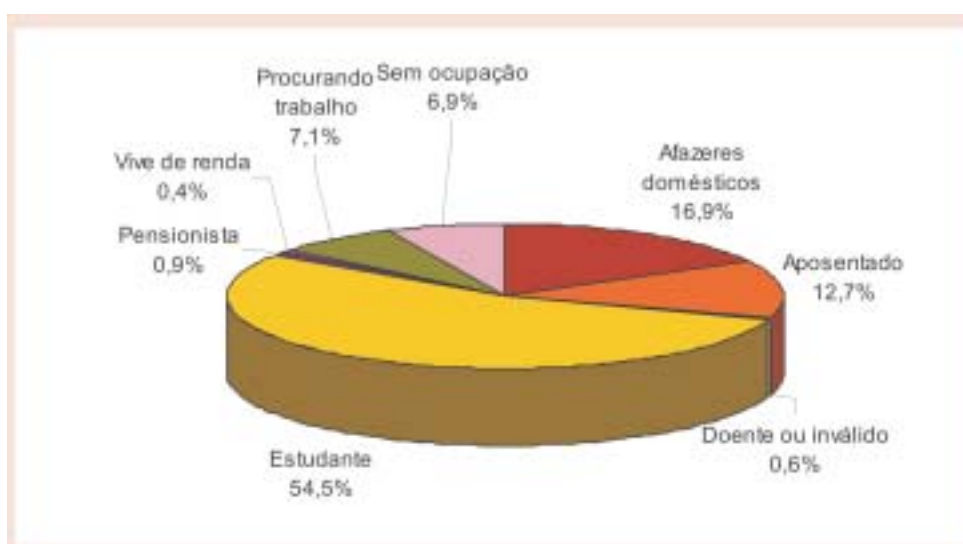
Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Dos residentes nas áreas urbanas que não estavam trabalhando quanto foi feito o levantamento, a maioria é composta de estudantes e dos que exercem apenas atividades domésticas, seguidos pelos aposentados (ver gráfico abaixo). Note-se que o número de homens é superior ao de mulheres entre os estudantes e os que estão à procura de trabalho, reforçando esse fato o caráter diferenciado de oportunidades de que as mulheres indígenas desfrutam nas cidades.

Como se pode ver no gráfico, é significativa a participação dos aposentados e pensionistas na composição da população sateré-mawé que reside nas cidades levantadas. Sua proporção, relativamente à população com 10 anos e mais de idade, é de 10,9%, sendo quase equivalente aos 12,5% encontrados em áreas indígenas, conforme já visto.

Gráfico 40

Residentes com 10 anos e mais de idade sem atividade econômica, segundo a situação em que se encontram atualmente - Área Urbana, 2002/2003



Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé

Os rendimentos da população sateré-mawé que vive nas áreas urbanas estudadas provém basicamente da remuneração pelo trabalho ou das aposentadorias. Há também pessoas que, mesmo não trabalhando ou não sendo aposentadas, recebem algum recurso de órgãos governamentais, sob a forma de auxílio como a bolsa-escola, a bolsa alimentação, e outros. Considerando-se todas essas fontes de renda, o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios nas cidades levantadas se situa em torno de R\$ 280,00. Este valor está bem abaixo da renda média de R\$ 627,00 observada em 2000 pelo censo demográfico no estado do Amazonas e é menor ainda do que os R\$ 768,00 da renda média da população brasileira na mesma época. Mesmo não se levando em conta os fatores inflacionários, percebe-se que os recursos monetários de que dispõem as famílias sateré-mawé nas cidades de Parintins, Barreirinha, Maués e Nova Olinda do Norte são exíguos, fato muito mais relevante quando se sabe que sua sobrevivência depende quase que exclusivamente dessa renda.

10. CONCLUSÃO



Área do rio Marau. Vista do rio.

Longe de pretender esgotar a gama de possibilidades de análise abertas a partir do levantamento e do processamento das informações para o Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé, o relatório em pauta procura mostrar e analisar, com base nas informações levantadas nas terras indígenas e nas cidades onde vivem os Sateré-Mawé, algumas das mais relevantes características sócio-demográficas, culturais e econômicas desse povo.

Foram considerados, no decorrer do texto, aspectos da contextualização em que se deu a pesquisa, desde as discussões que antecederam a elaboração do projeto, passando pelas parcerias que se foram desenvolvendo no decorrer do processo, especialmente com as várias organizações indígenas sateré-mawé, até o desenvolvimento das condições que garantiram a plena participação da comunidade no decorrer das atividades de pesquisa. Partindo da enumeração dos principais objetivos do projeto, o relatório apresenta as áreas e localidades cobertas, o número de domicílios levantados e de moradores entrevistados, assim como a metodologia utilizada, a operacionalização das atividades de campo, o treinamento dos entrevistadores, o levantamento nas cidades e nas terras indígenas, a forma e a intensidade como se desenvolveu a participação das lideranças e da comunidade como um todo.

Relativamente à análise das informações levantadas, o relatório discute temas concernentes à vida do povo sateré-mawé. Assim, foram tratados os aspectos demográficos, com ênfase para a estrutura etária e por sexo, as migrações e a fecundidade; os casamentos, o registro civil e as práticas religiosas; as condições de saúde, sobretudo o atendimento à saúde e a saúde reprodutiva, com passagem pela percepção e conhecimento da AIDS; a educação, enfocando os principais aspectos do ensino fundamental e da prática da educação escolar indígena nas comunidades; o idioma, em que se eviden-



Manaus. Fundação Joaquim Nabuco. Equipes: pesquisa em campo e digitação

cia os esforços para o aprendizado da língua sateré-mawé nas áreas indígenas e os riscos de sua perda nas cidades; finalmente, são mostradas as características essenciais da atividade econômica dos moradores. Toda esse conjunto temático foi desenvolvido num contexto das relações entre gêneros e entre terra indígena e área urbana.

Muito há que se analisar com base nas informações levantadas, o que poderá ser feito a partir da revisão e da configuração definitiva da base de dados e do interesse de todos os atores dispostos a aprofundar os conhecimentos sobre o povo sateré-mawé. Evidentemente, caberá às lideranças indígenas, em primeiro lugar, traçar as grandes linhas de utilização do potencial de informação existente, mostrando aos investigadores e estudiosos, sejam eles indígenas ou não, aquilo que mais interessa aos Sateré-Mawé como instrumento de promoção do seu bem-estar.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, M. P. 2001. **O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá.** (mimeo)
- BRASIL, M.C., MOURA, H. A. de. Tendências da fecundidade no Estado do Amazonas. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, vol. 17, nº 1, jun./jul., 2001. pg. 51-70.
- CARVALHO, J. A. M. **Fecundidade e mortalidade no Brasil – 1960/70.** Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1978. (Relatório de Pesquisa).
- EARLY, J.D. e PETERS, J.F., 1990. **The Population Dynamics of the Mucajai Yanomama.** Nova Iorque: Academic Press.
- FLOWERS, N. M., 1994. *Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso.* In: Ricardo V. Santos e Carlos E. Coimbra Jr. (orgs.). **Saúde dos Povos Indígenas.** Rio de Janeiro: Fiocruz. pp. 213-242.
- GOMES, M. P., 2002. **O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1ª edição.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos. Disponível em www.ibge.gov.br/ link SIDRA. Acesso em 09/12/2003.
- LARAIA, R. de B. 1986. **Tupi: Índios do Brasil Atual.** São Paulo: Editora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.
- LORENZ, S. da S. 1992. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista.
- PAGLIARO, H., 2002. **A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas:** a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999). [Tese de doutorado apresentada na FSP da USP].
- PAGLIARO, H.; MENDAÑA, L. G. S.; RODRIGUES, D. e BARUZZI, R. G., 2001. *Comportamento demográfico dos índios Waurá no final do século XX.* **Anais da XXIV General Population Conference**, IUSSP, Salvador, p. 1583-1594.
- PAGLIARO, H., SANCHES, L.G., ROMÃO, R.A.L. e BARUZZI, R.G., 2003. Índios Juruna (Yudja): Comportamento demográfico e condições de saúde. Parque Indígena do Xingu (1970-1999). In: VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Resumos, p. 620, Brasília: ABRASCO.
- SOUZA, L. G. de e SANTOS, R. V., 2001. *Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil.* **Cadernos de Saúde Pública**, 17(2):355-366.

REALIZAÇÃO

**Universidade Federal do Amazonas
Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas
Secretaria de Educação do Estado do Amazonas
Fundação Joaquim Nabuco
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira**

APOIO

**UNICEF
Fundo de População das Nações Unidas**